

36º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN – CICT 2025



36º cict

Planeta Água: a cultura oceânica
para enfrentar as mudanças
climáticas no meu território.

ANAIS

EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) é um evento aberto à comunidade no qual todos os aproximadamente 1.700 alunos de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (bolsistas e voluntários) apresentam os resultados de suas pesquisas desenvolvidas ao longo de um ano, como cumprimento de um plano de trabalho elaborado e orientado por um professor/pesquisador do quadro permanente da Instituição.

O CICT está entre as ações inseridas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que possui entre seus objetivos: a) Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e c) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.

A 36ª edição do Congresso teve como tema “Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”, estando alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Ao submeter os trabalhos ao Congresso, os alunos indicaram os objetivos da Agenda 2030 aos quais suas pesquisas estavam relacionadas. Essa iniciativa visa estimular a pesquisa científica e tecnológica voltada para a busca por soluções para os desafios sociais contemporâneos. Em uma etapa inicial do CICT, denominada Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram realizadas as apresentações dos trabalhos submetidos pelos participantes do evento. As apresentações ocorreram de forma assíncrona, por meio de arquivos digitais (trabalho completo e vídeo), sendo disponibilizadas não só aos avaliadores do congresso pelos Sistemas da UFRN, mas também ao público em geral por meio do site do evento (www.cic.propesq.ufrn.br). Após essa etapa inicial, que ocorreu sob o formato virtual, os 48 melhores trabalhos do evento foram selecionados para apresentação oral em uma etapa complementar do congresso que ocorreu de forma presencial.

Os alunos concorreram ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que foi instituído pela Pró-Reitoria de Pesquisa em 2017 para reforçar as ações dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica. O prêmio contemplou as categorias Trabalho Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e Vídeo Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica) e na subcategoria de Inovação. Os premiados foram agraciados com bolsas mensais de até R\$ 1100,00 (mil e cem reais) durante o período de um ano. Os orientadores dos alunos premiados adquiriram precedência em relação aos demais para efeitos de concorrência no Edital de Bolsas de Pesquisa da UFRN em 2026.

Ainda em 2025, a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou a 7ª Edição do Prêmio Pesquisador Destaque da UFRN, certame instituído em 2019 e que é concedido anualmente aos pesquisadores da instituição que tenham apresentado relevantes contribuições para o desenvolvimento da ciência em cada uma das três grandes áreas do conhecimento: Ciências da Vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. Além de troféu e certificado, todos os premiados foram contemplados com auxílio no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para custear despesas específicas, discriminadas em edital, e tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências com os participantes do CICT 2025 em uma mesa redonda.

O congresso cumpriu três funções valiosas para o desenvolvimento da ciência na instituição: inserção dos discentes em um ambiente acadêmico de publicação e apresentação dos resultados da pesquisa; divulgação científica por meio dos vídeos que utilizam uma linguagem científica, porém acessível a todos; e, por fim, a popularização da ciência.

PROGRAMAÇÃO

Outubro – 2025

15/10 Divulgação da lista dos pré-selecionados para concorrer ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN

Novembro – 2025

03/11 Abertura oficial do evento

03/11 a 07/11 CICT 2025 – Etapa presencial

04/11 a 06/11 Sessões de Apresentações Orais

07/11 Cerimônia de premiação e encerramento do evento

IHEI

INSTITUTO HUMANITAS DE ESTUDOS
INTEGRADOS

CÓDIGO: HS0059

AUTOR: ALINE CRISTIANE PORTELA ALVES

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: OCUPAÇÕES EM NATAL/RN: LUTA POR RECONHECIMENTO E
DINÂMICAS DE PODER.

Resumo

O artigo analisa as ocupações urbanas em Natal/RN entendendo-as como formas de resistência diante da negação sistemática do direito à moradia. A partir de entrevistas com lideranças do Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), além de participantes, moradores e professores de diferentes áreas, tentou-se compreender os sentidos atribuídos ao território e à vida coletiva nas ocupações. A análise fundamenta-se no direito à cidadania (José Murilo de Carvalho), nas três dimensões do poder (Lukes), na categoria de reconhecimento (Honneth) e nas práticas de subversão cotidiana do espaço (Debord; Vaneigem). As ocupações são compreendidas como territórios insurgentes que produzem formas de vida solidárias, autogeridas e politicamente ativas, confrontando o urbanismo excludente e afirmando novas possibilidades de cidadania.

Palavras-chave: ocupações urbanas. reconhecimento. poder. resistência.

TITLE: OCCUPATIONS IN NATAL/RN: STRUGGLE FOR RECOGNITION AND
POWER DYNAMICS

Abstract

This article analyzes urban occupations in Natal, Brazil, understanding them as forms of resistance to the systematic denial of the right to housing. Based on interviews with leaders of the Popular Housing Struggle Movement (MLMP) and the Movement for Struggle in Neighborhoods, Villages and Slums (MLB), as well as with participants, residents, and teachers from different fields, it seeks to understand the meanings attributed to territory and collective life within these occupations. The analysis is grounded in the right to citizenship (José Murilo de Carvalho), the three dimensions of power (Lukes), the category of recognition (Honneth), and the practices of everyday subversion of space (Debord; Vaneigem). The occupations are understood as insurgent territories that foster forms of life that are solidaristic, self-managed, and politically active, challenging exclusionary urbanism and affirming new possibilities for citizenship.

Keywords: urban occupations. recognition. power. resistance.

Introdução

A cidade, embora cimentada por avenidas, viadutos e mapas oficiais, pulsa debaixo da superfície como território de desejos e lutas. O espaço urbano não é uma paisagem neutra. É uma escrita social carregada de rasuras, gritos abafados, vozes que se entrelaçam ou se perdem. Para além da racionalidade técnica que busca administrar seus fluxos, a cidade é o palco onde a dignidade e o silêncio, o asfalto e a memória, o concreto e o gesto se enfrentam na arquitetura sutil da dominação moderna.

Como observa Steven Lukes (2005), o poder não se expressa apenas nas decisões visíveis, mas sobretudo nas ausências. Nas cidades, essa forma de dominação se traduz em zonas interditas de pertencimento: territórios onde o direito de morar é permanentemente vigiado, onde o “informal” carrega o peso do ilegítimo, e a habitação se converte em ameaça. As ocupações urbanas, nesse cenário, não são desvios da ordem, mas denúncia viva de uma ordem que já nasceu excludente.

A luta por moradia, no entanto, escapa a qualquer lógica puramente técnica. Ela é, como propõe Axel Honneth (2003), uma luta por reconhecimento. Nominar os becos, reivindicar o chão e recusar o apagamento são formas de insurgência simbólica. Mas seria ilusório crer que bastam leis ou decretos para romper esse ciclo de negação. O urbano foi colonizado por imagens — estetizado para o consumo, higienizado para a propaganda e coreografado para o turismo. O morador de uma ocupação destoa, não porque seja dissonante, mas porque revela a farsa da harmonia construída.

No Brasil, essa tensão entre planejamento e vida real se materializa nas lutas dos movimentos populares por moradia. Presentes em todo o país — e no Rio Grande do Norte, com ao menos dois grupos atuantes — esses coletivos desenham outras cartografias com seus gestos. Foi nesse espírito que o Programa de Educação Tutorial (PET) de Ciências Sociais da UFRN, sob a tutoria do professor João Bosco Araújo, mergulhou em campo para escutar e visibilizar essas experiências. Ao longo de 2025, o grupo esteve presente nas ocupações urbanas de Natal/RN e promoveu também rodas de conversa no auditório E do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), reunindo professores, lideranças comunitárias e moradores. Mais do que coletar dados, tratou-se de abrir espaço para que essas narrativas emergissem — narrativas que falam de exclusão, sim, mas também de solidariedade, de organização e de coragem.

Metodologia

A cidade não se resume a um conjunto de edificações e infraestruturas; ela se configura como uma expressão viva e mutável das relações sociais, políticas e econômicas que a moldam ao longo do tempo. Sob essa ótica, o espaço urbano não pode ser reduzido à sua materialidade: ele é produzido por práticas sociais que expressam disputas, exclusões e possibilidades de reinvenção e reivindicação. As cidades são marcadas por tensões sociais e pela desigualdade material entre os grupos que a compõem. “Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o ‘tecido urbano’” (Lefebvre, 2001, pág. 19).

A urbanidade não se reduz a uma soma de edificações ou fluxos econômicos; ela é, sobretudo, um produto histórico da ação humana, no qual coexistem conflito, resistência e produção de sentido (Lefebvre, 2001). Nas últimas décadas, o avanço da urbanização capitalista intensificou os processos de segregação espacial e marginalização social, evidenciando o abismo entre o direito formal à cidade e o acesso real a uma moradia digna. “A crise política vivida no Brasil acirra as contradições e reforça a urgência de novas reflexões teórico-práticas e de um novo urbano” (Volochko e Prizon, 2024, pág. 07).

Para José Murilo de Carvalho (2002), a cidadania no Brasil é historicamente fragmentada e seletiva; nesse sentido, pode-se pensar os moradores das ocupações, que não lutam apenas por abrigo físico, mas por sua constituição como sujeitos plenos de direitos — inclusive o direito de nomear seu espaço, definir suas prioridades e disputar os sentidos da cidade.

Em cidades como Natal/RN como em outras cidades, ocupações urbanas emergem como formas de resistência que vão além da reivindicação por habitação: constituem-se como atos políticos que reconfiguram o território e desafiam estruturas hegemônicas. Essas práticas territoriais dão visibilidade a sujeitos historicamente silenciados e propõem novas formas de pertencimento, construídas na coletividade e na luta cotidiana autogestionária.

É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade (Santos, 2001, pág. 18).

A tensão entre instâncias participativas — como assembleias populares e organizações comunitárias — e os conflitos estruturais de classe, longe de dissolver o pertencimento, revela justamente o enraizamento afetivo e político que os sujeitos estabelecem com o território. Mesmo diante das desigualdades impostas por um modelo urbano excludente, os moradores das ocupações constroem vínculos que transcendem a materialidade da moradia, investindo o espaço de significados, memórias e projetos coletivos. Como afirmou a professora Amiria Bezerra Brasil (2025), do Departamento de Arquitetura da UFRN, em entrevista ao PET de Ciências Sociais: “Não se trata apenas de um movimento de ocupação, mas da construção de um novo projeto político para a cidade”. A partir dessa perspectiva, as ocupações não devem ser vistas como exceções ao ordenamento urbano, mas como expressões legítimas de reinvenção da cidade — elaboradas desde baixo, por sujeitos que recusam o apagamento e reivindicam o direito de decidir os rumos do espaço que habitam.

A Ocupação Urbana Palmares (Natal/RN), ligada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), iniciada em 09 de maio de 2025, representa um exemplo concreto dessa disputa pela cidade. Foram esses sujeitos que, historicamente excluídos, que arrancaram do Estado instrumentos legais como as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) abrindo frestas na rigidez do urbanismo tecnocrático. Hoje, em meio a um contexto de retrocesso, esses dispositivos sofrem desmontes silenciosos, enquanto o direito cede lugar novamente ao lucro.

O Plano Diretor de Natal (PDN), na versão de 2022, classifica as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) como porções do território urbano que demandam um tratamento urbanístico específico devido às suas características peculiares. Essas áreas são, geralmente, ocupações de baixa renda, podendo ser compostas por assentamentos irregulares (como favelas, vilas ou

loteamentos informais) ou terrenos não edificadas ou subutilizados. O PDN 2022 distingue duas categorias de AEIS.

A definição dessas áreas e normas tem como premissa a promoção da justiça social, o acesso à moradia digna e a preservação ambiental, alinhados aos direitos urbanos previstos na Constituição Federal e nas diretrizes do Estatuto da Cidade. Essas áreas estão inseridas no macrozoneamento da cidade, que divide o território entre zonas adensáveis e zonas de proteção ambiental. A regulamentação das AEIS é essencial para proporcionar um desenvolvimento urbano que não apenas atenda às necessidades habitacionais de populações vulneráveis, mas que também respeite as características ambientais e sociais locais (Prefeitura Municipal De Natal, 2022).

Em conclusão, as ocupações urbanas em Natal/RN representam uma luta por reconhecimento e justiça social, indo além da simples demanda por moradia. Elas buscam reconfigurar o espaço urbano e garantir a participação ativa das populações vulneráveis no processo de planejamento. A regulamentação das AEIS no Plano Diretor de 2022 é um avanço importante, mas sua efetividade depende da aplicação concreta de políticas que respeitem as necessidades e características dessas áreas, destacando a cidadania e os direitos urbanos como elementos essenciais para uma cidade mais inclusiva.

Resultados e Discussões

A partir da teoria do reconhecimento desenvolvida por Axel Honneth (2003), é possível compreender tais ocupações como manifestações de uma luta moral por visibilidade e dignidade. O desrespeito vivido por populações excluídas da política habitacional não apenas fere sua existência material, mas também compromete sua autoestima e seu reconhecimento como sujeitos plenos. Nesse contexto, os movimentos de ocupação não apenas resistem às lógicas de exclusão impostas pela especulação imobiliária e pelo Estado, mas também utilizam a luta social como instrumento político de transformação, tensionando o modelo vigente de cidade e propondo novos projetos coletivos de urbanidade.

A ação dos movimentos de ocupação representa uma resposta ética e política à violência estrutural, impulsionada, no plano motivacional, pela experiência direta do desrespeito — exatamente como Honneth (2003) propõe ao afirmar que a violação do reconhecimento pode gerar "impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento" (Honneth, 2003, p. 214).

Segundo Osvaldo Coggiola (2015), ao analisar criticamente as origens históricas do capitalismo no Curso Livre Marx-Engels: A criação destruidora, o autor enfatiza que esse sistema não emergiu de uma evolução espontânea ou de uma lógica natural das relações sociais, mas sim de um processo violento e estruturado de expropriação dos produtores. Nas palavras do autor:

[...] O capitalismo teve sua origem não em uma lógica natural da sociedade humana, mas em uma expropriação dos produtores, que é chamada de acumulação capitalista primitiva, realizada por meio da força do Estado, quando se desenvolveu um modo de produção permeado de contradições que colocam em questão, cada vez mais, a própria existência (Coggiola, 2015, pág. 74 - Curso livre Marx-Engels: A Criação Destruidora)

Ao deslocar a origem do capitalismo de uma suposta racionalidade evolutiva para um processo histórico de expropriação e violência institucionalizada, Coggiola (2015) desvela a base coercitiva sobre a qual se ergue a modernidade econômica. Essa compreensão permite entrever que a dominação material não se esgota em seus efeitos econômicos imediatos, mas transborda para a constituição subjetiva dos indivíduos afetados. Nesse ponto, a crítica econômica se entrelaça à teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), ao evidenciar que formas sistemáticas de desrespeito — como a negação do direito à moradia — operam não apenas como privação, mas como degradação moral e invisibilização social. A violência fundadora da acumulação primitiva reverbera, assim, nas práticas contemporâneas de exclusão, onde o que está em jogo é a própria possibilidade de ser reconhecido como sujeito de direitos.

Nas ocupações urbanas, isso se manifesta, por exemplo, em despejos forçados, como relatados pelos moradores da ocupação Valdete Guerra (Natal/RN), repressão policial, humilhações públicas e ameaças constantes de remoção, onde o corpo das pessoas é colocado sob o domínio de forças externas e arbitrárias — o Estado, o capital imobiliário ou as elites locais. Como afirma Honneth (2003), “o que é aqui subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural por aquela disposição autônoma sobre o próprio corpo”, o que leva a “uma perda de confiança em si e no mundo”, associada a uma “espécie de vergonha social” (Honneth, 2003, p. 215). Essa vergonha não é individual; ela é politicamente induzida e socialmente reproduzida por discursos que criminalizam a pobreza e deslegitimam as formas populares de organização e resistência.

E assim, as ocupações urbanas em Natal/RN ecoam esse espírito de resistência situacionista, ao tomarem posse de espaços negligenciados pelo Estado. Raoul Vaneigem (2016), um dos principais teóricos da Internacional Situacionista, propõe em sua obra *A Arte de Viver para as Novas Gerações* (2016) uma reflexão profunda sobre a necessidade de transformar a vida cotidiana como um caminho essencial para a emancipação social. Para ele, a verdadeira revolução não ocorre apenas nas esferas políticas ou econômicas tradicionais, mas começa nas pequenas ações diárias, nas formas como as pessoas vivem, se relacionam e percebem o mundo ao seu redor. Esse processo, que Vaneigem chama de “revolução do cotidiano”, convida à criação de novas experiências e práticas que rompam com a alienação, o conformismo e a passividade, propondo um modo de vida baseado na liberdade e na autogestão.

Tal perspectiva amplia o campo da resistência para além das grandes estruturas, situando o poder transformador no dia a dia, na prática vivida por cada indivíduo e comunidade.

“Por causa da sua crescente banalidade, a vida cotidiana conquistou pouco a pouco o centro das nossas preocupações (1). Nenhuma ilusão, nem sagrada nem dessacralizada (2), nem coletiva nem individual, pode dissimular por mais tempo a pobreza dos gestos cotidianos (3). O enriquecimento da vida exige, inexoravelmente, a análise das novas formas adquiridas pela pobreza e o aperfeiçoamento das velhas armas de recusa (4)” (Vaneigem, pág. 10, 2016)

Assim como os situacionistas buscavam ressignificar as relações urbanas e dismantelar a lógica do espetáculo, as ocupações de Natal/RN subvertem o espaço urbano, transformando-o em um ambiente de solidariedade e autonomia.

Esse tensionamento é coerente com a crítica de Guy Debord (2003) à “sociedade do espetáculo”, na qual os desejos são produzidos artificialmente pelo sistema de consumo e os sujeitos são integrados a um circuito contínuo de aquisição e obsolescência. A casa, nessa

lógica, deixa de ser concebida como território de cuidado, convivência e produção de vínculos e passa a operar como símbolo de sucesso individual, passível de valorização econômica. Vaneigem (2016) aprofunda essa crítica ao argumentar que o urbanismo dominante tende a reduzir a experiência urbana à funcionalidade e ao controle, neutralizando a potência inventiva dos espaços produzidos pela coletividade.

As formas de desrespeito vivenciadas pelas famílias que ocupam terrenos e imóveis ociosos em Natal/RN excedem a privação de recursos materiais: elas penetram a camada mais íntima da experiência subjetiva, afetando diretamente a maneira como os sujeitos se percebem e se posicionam no mundo. Como evidenciado nas visitas de campo, o que está em jogo não é apenas a ausência de um teto, mas o comprometimento da dignidade, da agência e da possibilidade de habitar politicamente a cidade. A moradia, nesse sentido, é indissociável do direito de existir com reconhecimento.

4. PODER E DISCURSO (DIMENSÕES DO PODER)

Como afirma Marx, “men make their own history but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given and transmitted from the past” (Marx apud Lukes, 2005, p. 26). As entrevistas realizadas com integrantes dos movimentos sociais urbanos — notadamente do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) — revelaram-se fundamentais não apenas como fontes de dados empíricos, mas como operadores teóricos vivos, que tensionam categorias institucionalizadas e escancaram o funcionamento concreto do poder nas disputas por território, linguagem e pertencimento. Nesse contexto, a teoria das três dimensões do poder, elaborada por Steven Lukes (2005), revela-se especialmente fértil para a análise.

A primeira dimensão, segundo Lukes (2005), a mais visível, refere-se ao poder exercido nas arenas de decisão: onde há conflitos declarados, embates públicos, decisões políticas e enfrentamentos diretos. As falas de Wellington Bernardo (MLMP), por exemplo, evidenciam essa camada ao descrever as rupturas internas que levaram à criação de um novo movimento, divergente do MLB. A fundação do MLMP, em 2019, representou uma escolha política densa, articulada a partir de desacordos sobre coordenação, território e estratégias de luta. O movimento, desde então, consolidou seis ocupações e dez núcleos em diferentes bairros de Natal, desafiando abertamente tanto o poder estatal quanto o controle institucionalizado da luta por moradia. Wellington (MLMP) também relatou sua candidatura a vereador nas eleições municipais de 2024, momento em que obteve 1.086 votos. A entrada no campo institucional simboliza uma ampliação tática do campo de disputa, levando a luta dos territórios populares para dentro da arena eleitoral.

Também nessa primeira dimensão (Lukes, 2005), identificam-se os enfrentamentos cotidianos entre os moradores das ocupações e o poder público: ameaças de despejo, participação em audiências públicas, negociações com órgãos municipais e estaduais, ações judiciais e intervenções policiais. São situações em que o conflito se manifesta com clareza e as forças em disputa se posicionam frontalmente.

A segunda dimensão do poder, por sua vez, se refere àquilo que Lukes (2005) chama de “não-decisão”: a capacidade de certos grupos em impedir que determinados temas sejam sequer colocados em discussão.

“Power was not solely reflected in concrete decisions; the researcher must also consider the chance that some person or association could limit decision-making to relatively noncontroversial matters, by influencing community values and political procedures and rituals, notwithstanding that there are in the community serious but latent power conflicts” (Lukes, 2005, pág. 06).

No caso das ocupações urbanas, essa lógica é perceptível nas descon siderações dessas comunidades nos planos diretores e instrumentos de planejamento urbano, especialmente em aspectos fundamentais como a regularização fundiária e a infraestrutura básica. Embora tenham sido inclusas de alguma forma nos processos de planejamento, muitas vezes elas são descon sideradas em questões cruciais para a melhoria das condições de vida, refletindo uma aplicação incompleta ou inadequada dos instrumentos de urbanização.

A eleição de delegados em conferências municipais, estaduais e nacionais, a formulação de propostas e a participação ativa nos debates institucionais representam esforços para romper com a lógica excludente da “não-decisão”, pressionando o Estado a reconhecer sujeitos historicamente silenciados. Essas ações visam garantir visibilidade e inclusão aos grupos marginalizados, desafiando a hegemonia das decisões top-down e estabelecendo um espaço para a expressão das demandas sociais de forma legítima e participativa.

Um dado significativo emergente das entrevistas realizadas com moradores e lideranças das ocupações urbanas em Natal/RN é a recorrência da categoria “casa própria” como horizonte final da luta por moradia. Tal formulação, ainda que compreensível diante das privações históricas enfrentadas, revela a eficácia de um dispositivo simbólico forjado no próprio interior das lógicas do mercado. A noção de “casa própria”, enquanto bem individual, titulado e juridicamente reconhecido, reproduz o ideal burguês de acesso à cidade mediado pela propriedade privada.

Ao incorporar essa meta como fim último, muitos sujeitos acabam por mobilizar categorias que lhes foram historicamente negadas e, paradoxalmente, mantém-se dentro dos marcos do urbanismo neoliberal, tecnocrático e excludente. As conferências públicas — como as de habitação e de cidades — tornam-se espaços estratégicos onde os movimentos disputam não apenas direitos, mas também a visibilidade de suas pautas. Trata-se, portanto, de uma captura do imaginário urbano pela racionalidade do capital, que limita o campo do possível e enfraquece, em seu nível mais sutil, a potência transformadora das ocupações enquanto experiências de reinvenção do espaço.

Essa questão não apenas desestabiliza a narrativa dominante da “casa própria” como objetivo último, mas também aponta para o esvaziamento político que acompanha os processos de regularização fundiária. Quando uma ocupação é convertida em assentamento formal, como no caso da Ocupação Leningrado, frequentemente ocorre uma “despolitização do espaço”: no sentido de que o que era território de luta passa a ser disciplinado pelas exigências do mercado e pelas normas da propriedade privada, apagando a memória coletiva e as práticas de solidariedade que ali floresceram..

Por fim, a terceira dimensão do poder, segundo Lukes (2005), a mais sutil e penetrante, refere-se à capacidade de moldar desejos, crenças e percepções, fazendo com que os próprios sujeitos dominados aceitem sua situação como legítima, inevitável ou natural. “It is, however, that pinpoints the so-called ‘third dimension’ of power – the power ‘to prevent people, to whatever degree, from having grievances by shaping their perceptions, cognitions and

preferences in such a way that they accept their role in the existing order of things” (Lukes, 2005, pág. 11).

“These and other mechanisms constitute power’s third dimension when it works against people’s interests by misleading them, thereby distorting their judgment. To say that such power involves the concealment of people’s ‘real interests’ by ‘false consciousness’ evokes bad historical memories and can appear both patronizing and presumptuous, but there is, I argue, nothing inherently illiberal or paternalist about these notions, which, suitably reigned, remain crucial to understanding the third dimension of power” (Lukes, 2005, pág. 13).

Essa dimensão se torna evidente nas falas de moradores que, muitas vezes, hesitam em reivindicar seus direitos ou se envergonham de contar onde moram. O uso recorrente da palavra “barraco”, por exemplo, carrega um estigma associado à informalidade e à precariedade — mas, ao mesmo tempo, é ressignificado pelas lideranças como marca de resistência e pertencimento. Como nos lembra Axel Honneth (2003), as lutas por reconhecimento não se travam apenas nas instituições, mas também nos vocabulários, nos gestos e nas formas de nomear o mundo.

A partir da terceira dimensão do poder proposta por Steven Lukes (2005), é possível compreender que tal adesão não se dá por coerção explícita, mas sim por uma forma de dominação ideológica mais profunda, que atua modelando preferências, desejos e percepções de mundo. A criminalização simbólica das ocupações opera com eficácia nessa dimensão. Não é preciso que a repressão seja cotidiana ou armada: basta o discurso, as manchetes, os comentários de senso comum. Como relata uma moradora da Ocupação Valdete Guerra durante entrevista, “as crianças perderam o direito de ser criança” — uma frase que expressa com força simbólica os efeitos mais profundos da dominação ideológica. A criminalização simbólica das ocupações opera com eficácia na terceira dimensão do poder, conforme proposta por Lukes (2005), pois não se manifesta apenas por meio de coerção explícita ou repressão armada cotidiana: basta o discurso, as manchetes, os comentários de senso comum.

Muitos moradores, como aponta Wellington (MLMP), passam a sentir que estão “fazendo algo errado”, mesmo ao lutar por um direito fundamental. É esse poder que atua na linguagem, na vergonha, no medo — e que, por agir sem confronto aberto, se mostra ainda mais insidioso. É esse poder que age invisivelmente — na linguagem, na vergonha, no medo — e que Lukes (2005) descreve como o mais insidioso, justamente porque atua sem confronto aberto.

Nesse cenário, as ocupações urbanas de Natal não apenas reivindicam moradia. Elas performam a cidade de outro modo. Elas constroem a partir de vínculos de cuidado, de redes de solidariedade, de creches organizadas pelas mães, de assembleias populares, de festas coletivas, de muros que abrigam, mas também comunicam. Elas desestabilizam a ideia de que o urbano pertence ao mercado e afirmam que ele também pode ser território de invenção política.

Conclusão

As ocupações urbanas em Natal/RN emergem como expressões concretas de resistência diante de um cenário histórico de negação do direito à moradia e exclusão das camadas populares dos projetos de cidade. Longe de serem respostas espontâneas ao déficit

habitacional, essas iniciativas articulam ações coletivas, práticas autogestionárias e disputas simbólicas em torno do espaço urbano, desafiando o monopólio do Estado e do mercado na produção e normatização da cidade.

A partir das entrevistas com militantes e moradores — como Bianca (MLB) e Wellington (MLMP) — foi possível perceber como o discurso, a memória e o cotidiano dos sujeitos operam como ferramentas críticas que desestabilizam categorias fixas, como “invasão” ou “irregularidade”, e afirmam novas gramáticas de pertencimento. As falas revelam não apenas demandas por infraestrutura ou reconhecimento formal, mas um projeto de mundo baseado na solidariedade, na autonomia e na recusa da lógica mercantil que transforma o lar em mercadoria.

As reflexões teóricas de autores como Axel Honneth (2003), Steven Lukes (2005), Henri Lefebvre (2001), Guy Debord (2003) e Raoul Vaneigem (2016) contribuíram para aprofundar a análise dos mecanismos de dominação e resistência presentes nas ocupações. De um lado, evidenciam-se as múltiplas formas de desrespeito — materiais, simbólicas e subjetivas — que atingem os moradores; de outro, destacou-se a potência política das ocupações enquanto territórios insurgentes que não apenas resistem, mas propõem. A noção de “revolução do cotidiano”, conforme os situacionistas, aparece nas pequenas práticas que ressignificam o espaço: o barraco que vira lar, a horta que vira rede de apoio, a creche construída pelas mães que vira centro comunitário.

No interior dessas experiências, a luta por moradia ultrapassa a dimensão habitacional e se converte em luta por reconhecimento, por visibilidade e por reinvenção do urbano. Reconhecer os territórios informais da cidade não é um gesto de benevolência institucional — é um ato de justiça histórica. A luta urbana, longe de ser um problema a ser contido, é talvez uma das últimas formas autênticas de reinventar o comum. Porque a cidade real não se mede em metros quadrados, mas em vínculos. E nelas, cada passo insurgente desenha um futuro possível. Diante do avanço da financeirização do solo urbano e da criminalização das práticas populares de organização, torna-se urgente escutar — e aprender com — os sujeitos que constroem cidade todos os dias a partir das margens. Porque é ali, onde a institucionalidade falha, que germinam as formas mais criativas de reinvenção do comum.

Referências

BIANCA. Entrevista concedida ao PET de Ciências Sociais da UFRN com a participação do Prof. João Bosco Araújo Costa. Natal: Auditório E do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFRN. Entrevista gravada com autorização da entrevistada.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; MORETTI, Ricardo de Sousa; DIÓGENES, Maria Caroline Farkat. Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo. In: VI ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Limiaridade: processos e práticas em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, DF, 1–5 mar. 2021. Anais do VI ENANPARQ. Brasília: ANPARQ / UNB, 2021.

BERNARDO, Wellington. Entrevista concedida ao PET de Ciências Sociais da UFRN com a participação do Prof. João Bosco Araújo Costa. Natal: Auditório E do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFRN. Entrevista gravada com autorização do entrevistado.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Curso livre Marx-Engels : a criação destruidora / organização José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015. Inclui bibliografia Vários autores ISBN 978-85-7559-469-8 1. Socialismo. 2. Filosofia marxista. I. Netto, José Paulo. II. Título

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

FREIRE, Rafael. Nasce a Ocupação Palmares, em Natal. A Verdade, 21 mar. 2022. Disponível em:<https://averdade.org.br/2022/03/nasce-a-ocupacao-palmares-em-natal/>. Acesso em: 19 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Escolha das condições de ocupação da moradia e política habitacional no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em:<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/be0e213f-d35c-4a57-9086-d8faf909a590/content>. Acesso em: 19 maio 2025.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008. (Tradução da 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p. Tradução de: Kampf um Anerkennung.

MÃES constroem creche na Ocupação Emmanuel Bezerra. A Verdade, 24 mar. 2021. Disponível em:<https://averdade.org.br/2021/03/maes-constroem-creche-na-ocupacao-emmanuel-bezerra/>. Acesso em: 19 maio 2025.

MIRIAM. Entrevista concedida ao PET de Ciências Sociais da UFRN com a participação do Prof. João Bosco Araújo Costa. Natal: Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFRN. Entrevista gravada com autorização da entrevistada.

NATAL (Município). Plano Diretor contribui para alta valorização imobiliária em Natal. Portal da Prefeitura do Natal, 29 jun. 2022. Disponível em:<https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/41375>. Acesso em: 19 maio 2025.

REDAÇÃO TRIBUNA DO NORTE. Leningrado: de assentamento a conjunto habitacional. Tribuna do Norte, Natal, 7 out. 2007. Disponível em:<https://tribunadonorte.com.br/natal/leningrado-de-assentamento-a-conjunto-habitacional/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ROSENDO, Ezequias. Nasce a Ocupação Valdete Guerra na periferia de Natal. A Verdade, 5 jul. 2021. Disponível em:<https://averdade.org.br/2021/07/nasce-a-ocupacao-valdete-guerra-na-periferia-de-natal/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SAIBA MAIS. 100 famílias sem teto ocupam galpão abandonado nas Rocas pertencente à prefeitura de Natal. Saiba Mais, 21 mar. 2022. Disponível em:<https://saibamais.jor.br/2022/03/100-familias-sem-teto-ocupam-galpao-abandonado-nas-rocas-pertencente-a-prefeitura-de-natal/>. Acesso em: 19 maio 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE NATAL (SEMURB). Cartilha explicativa: Lei Complementar nº 208/2022 – Novo Plano Diretor de Natal. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 2022. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/semurb/publicacoes/cartilhaexplicativa_lc2082022.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

VANEIGEM, Raoul. A arte de viver para as novas gerações. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2016. 336 p. ISBN 978-8563137661.

VOLOCHKO, Danilo; PRIZON, Leonardo Palhares (orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora [recurso eletrônico]. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. 1 arquivo digital (EPUB). ISBN 978-65-250-5492-6.

WELLINGTON BERNARDO assume presidência do PSB de Natal. O Potengi, 21 mar. 2024, 15h00. Disponível em: opotengi.com.br/wellington-bernardo-assume-presidencia-do-psb-de-natal/. Acesso em: 30 jul. 2025.

CÓDIGO: HS0459

AUTOR: GABRIELA CARVALHO GALLOTTI

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: MORADIA E CIDADANIA: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as dinâmicas urbanas da contemporaneidade, visando compreender as cidades como espaços complexos de diversas interações, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou simbólicas. Ao considerar os processos históricos de urbanização e industrialização que moldam a configuração territorial e social das cidades, a pesquisa reconhece que tais transformações revelam distintos modelos de desenvolvimento e são atravessadas por desigualdades latentes. A partir dessa perspectiva, o trabalho concentra-se na problemática do acesso à moradia e sua expressão das injustiças socioespaciais no Brasil. Enfocando o estado do Rio Grande do Norte e sua capital, Natal, entre os anos de 2016 e 2024, o estudo parte da análise de movimentos sociais de luta por habitação, sendo eles MLB e MLMP. Quanto aos objetivos da pesquisa, foi exploratória, em sua dimensão teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes de informação como artigos, periódicos, livros e capítulos de livros. Além de outras fontes documentais, tais como relatórios técnicos, e a implementação de estratégias qualitativas como “rodas de conversa” e entrevistas. Assim sendo, o estudo busca contribuir para a compreensão das dinâmicas urbanas, da justiça social e do direito constitucional à moradia. Os resultados, indicam a necessidade inadiável de rever as atuais políticas públicas referentes ao acesso à moradia.

Palavras-chave: Movimentos de Luta. Desigualdade. Luta por Moradia. Cidade. Natal/RN

TITLE: Housing and Citizenship: An analysis of the Movements of Struggle for Housing in the Municipality of Natal/RN (2016/2024)

Abstract

The present study proposes a critical reflection on contemporary urban dynamics, aiming to understand cities as complex spaces of diverse interactions, may they be social, economic, cultural and symbolic. By considering the historical processes of urbanization and industrialization that shape the territorial and social configuration of cities, the research acknowledges that such transformations reveal distinct models of development and are permeated by latent inequalities. From this perspective, the study focuses on the issue of housing access and its manifestation of socio-spatial injustices in Brazil. Centered in the state of Rio Grande do Norte, and its capital, Natal, between the years of 2016 and 2024, the

research is grounded in the analysis of social movements advocating for housing rights. Regarding its methodological approach, the study is exploratory in its nature. The theoretical dimension involved a bibliographic review of documentary materials including technical reports. Additionally, qualitative strategies were employed, such as dialogue circles and interviews. Thus, the study seeks to contribute to the understanding of urban dynamics, social justice, and the constitutional right to housing. Overall, the findings underscore the urgent need to reassess current public policies related to housing access.

Keywords: Housing Rights. Inequality. Struggle Movements. City. Natal/RN

Introdução

As cidades contemporâneas configuram-se como complexos territórios de interações humanas, nas quais se entrelaçam múltiplas dimensões da vida social, econômica, cultural e simbólica. Esses espaços urbanos, não são apenas aglomerados de construções e infraestrutura, mas constituem de cenários vivos e dinâmicos onde se expressam relações de poder, desigualdades sociais, fluxos econômicos, manifestações culturais, como afirma Magnani (2002), que em sua obra, utilizou da etnografia para observar as dinâmicas que caracterizam o espaço vivo que é a cidade.

Ao longo do tempo, esses espaços urbanos têm sido atravessados por processos de urbanização e industrialização, cujos efeitos têm imprimido marcas singulares em sua conformação territorial, em seu desenho arquitetônico e em sua organização social. Esses processos, ao mesmo tempo em que impulsionam o crescimento material e cultural das cidades, também revelam diferentes configurações históricas e modelos de desenvolvimento urbano.

Dessa forma, compreender a cidade contemporânea requer uma análise crítica de suas múltiplas facetas, fluxos e temporalidades, reconhecendo-a como expressão de transformações estruturais que perpassam distintas fases da história urbana. Com isso, a fim de estabelecer uma compreensão crítica dos processos urbanos em território nacional, é imperativo reconhecer que o Brasil apresenta um quadro de desigualdade social profundamente enraizado em sua estrutura histórica e institucional.

Ao aplicar os referenciais teóricos que discorrem sobre a urbanização e a sociabilidade moderna ao contexto brasileiro, sobressai um cenário caracterizado por intensas assimetrias sociais, como é possível notar em obras como “A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades” de Adalberto Cardoso, que visa trabalhar não apenas a constituição histórica da sociedade do trabalho, mas também investigar como as desigualdades atuam de forma secular no Brasil. Propondo assim, um auxílio teórico para o que este trabalho busca perscrutar.

Tais desigualdades, como discutido por Cardoso (2010), não se configuram meramente como desvios pontuais ou distorções econômicas, mas sim como elementos estruturantes da dinâmica social brasileira, sendo diretamente associadas à distribuição seletiva e não democrática das conquistas civilizatórias. Como é possível inferir no seguinte trecho,

A desigualdade tende a ser elemento estruturante da sociabilidade, estando presente em cada momento das relações sociais. A insatisfação popular não apenas é mais provável, como está

diretamente associada às atitudes em face da distribuição das benesses civilizatórias (Cardoso, 2010, p.30)

Neste contexto, a questão habitacional assume papel central na análise das injustiças urbanas que atravessam a sociedade brasileira. O acesso à moradia, longe de ser universalizado ou garantido constitucionalmente de forma equitativa, revela-se como uma das expressões mais importantes da marginalização socioespacial, evidenciando uma problemática cuja solução requer não apenas ações governamentais pontuais, mas também uma revisão estrutural de políticas públicas e do compromisso constitucional com o direito à cidade.

Assim, o presente trabalho parte do reconhecimento desses entraves históricos e institucionais para investigar, com maior profundidade, como se configuram os processos de luta por habitação no Brasil. Com enfoque específico no estado do Rio Grande do Norte e, mais precisamente, em sua capital, Natal, o estudo parte da análise de mobilizações sociais voltadas à conquista de moradia digna no período de recorte entre os anos de 2016 e 2024.

A partir do exame dos movimentos de luta por moradia, busca-se construir um novo paradigma interpretativo, capaz de iluminar os desafios da urbanização brasileira e suas implicações para a justiça social e o direito constitucional à moradia.

Metodologia

Para concretizar os objetivos propostos no trabalho, se fez necessário o mapeamento de métodos de pesquisa que atendam ao rigor exigido pelas métricas estabelecidas a trabalhos científicos. Assim sendo, a metodologia utilizada nesta pesquisa classifica-se como exploratória, pelo seu levantamento de dados bibliográficos na área do conhecimento remetente a temática da pesquisa, além de descritiva por atuar na análise de dados em diálogo direto com a bibliografia discutida.

Para além das estratégias metodológicas citadas, infere-se que a pesquisa contém um caráter qualitativo, que é materializado por meio da análise dos principais conceitos temáticos da área, seguido de um enfoque prático, que se faz em forma de rodas de conversa, entrevistas em campo, e análise das mesmas.

Posto isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente, que contemplou diversas fontes de informação, tais como livros, capítulos de livros, artigos científicos, periódicos e relatórios técnicos voltados para a área do conhecimento a ser abordada.

Ademais, ao considerar as inquisições de Georg Simmel, na obra “Questões fundamentais da sociologia”, especificamente no capítulo “Sociabilidade”, onde o pensador apresenta o conceito de “conversa sociável”, que exprime a ideia de uma conversa que se distingue de seu caráter lúdico em prol de um diálogo sem um objetivo utilitário claro. Foi então, aplicado a teoria de Simmel na prática da pesquisa, ao introduzir o método de “rodas de conversa”.

Ao adotar tal estratégia metodológica, nota-se que nessas sessões, participaram entrevistados com vínculos pertinentes ao objeto de estudo como por exemplo, líderes de movimentos de luta por moradia e integrantes dos movimentos, professoras do departamento de arquitetura da UFRN envolvidas em projetos relacionados ao questionamento proposto, entre outros.

A estrutura da roda de conversa foi cuidadosamente planejada para proporcionar um ambiente propício ao diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, além de contar com a falta de um roteiro pré-estabelecido, que viabilizou um diálogo espontâneo por parte do entrevistado. O conteúdo emergente das interações foi utilizado como suporte prático da fundamentação teórica delineada previamente, permitindo o estabelecimento de vínculos com os referenciais teóricos estudados.

Dessarte, a pesquisa também contou com atividade de campo, onde os pesquisadores compareciam a ocupações pré-estabelecidas, com permissão e consenso anteriormente discutido, obtido a partir dos contatos estabelecidos nas rodas de conversas. Assim, eram redigidas as entrevistas nas ocupações com os moradores que concordaram em serem entrevistados. A experiência presencial possibilitou não apenas um novo paradigma prático de análise, mas também a imersão do pesquisador em seu objeto de estudo.

Dessa forma, observa-se que a pesquisa foi estruturada com base em três estratégias metodológicas. A primeira consistiu no mapeamento sistemático da literatura pertinente na área de estudos, que tem como objetivo identificar e reunir os principais conceitos teóricos disponíveis. A segunda corresponde à realização de rodas de conversas, nas quais foram convidados participantes com experiência e conhecimento sobre os movimentos sociais de luta por moradia, esses encontros possibilitaram a coleta de dados de relatos e reflexões que contribuíram para o aprofundamento da pesquisa. Por fim, a pesquisa contou com o ato de ir a campo, observar de forma prática as ocupações e realizar entrevistas não estruturadas com moradores das ocupações visitadas.

O arcabouço teórico e prático formado a partir das estratégias delimitadas permitiu a chegada de resultados relevantes para a supracitada área estudada. Assim sendo, caracteriza-se a importância da metodologia científica no processo de pesquisa, sendo essencial para o entendimento do tema e sua consequente aplicação.

Resultados e Discussões

Como evidenciado anteriormente, as cidades não constituem apenas estruturas físicas, mas sim representam cenários vivos nos quais se articulam relações de poder, fluxos sociais e disputas simbólicas, e práticas culturais, como evidenciado por Magnani (2002) em sua abordagem etnográfica aplicada para o estudo das cidades como um ambiente vivo.

Os espaços urbanos são, analogamente, marcados por desigualdades, a urbanização brasileira demarcou concentrações progressivas da população em determinados núcleos urbanos (Rolnik, 2006), o que destaca o caráter evidentemente desigual das cidades desde seu surgimento.

Assim sendo, é inegável a presença edificante que os movimentos sociais de luta por moradia têm na construção de cidades no Brasil. Como é possível evidenciar em “Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana”, David Harvey afirma que “Reivindicar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que conduz a esse objetivo” (Harvey, 2014, p.24).

Harvey destaca a importância dos movimentos sociais e das lutas no processo de construção da cidade, os espaços urbanos podem ser encarados, mediante a mesma perspectiva, como algo intrinsecamente mutável. Em diálogo com Magnani, vemos que o contexto urbano é um

espaço vivo, de múltiplas sociabilidades e culturas, assim como múltiplas facetas da luta por dignidade, sejam elas econômicas, de gênero, ou neste caso, por moradia.

Ao trazer tais pontos de vista para o escopo local, da cidade do Natal, observamos que os movimentos por luta por moradia estão presentes na cidade, e sua importância é inegável. Contudo, antes de adentrar as possibilidades apuradas na pesquisa, cabe ressaltar que ao analisar questões contemporâneas e mutáveis, as mesmas estão propensas a alterações e possíveis equívocos.

Assim sendo, com auxílio do mapeamento metodológico foi possível delimitar a existência de dois movimentos de luta majoritários na cidade, sendo eles: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP).

Infer-se que o MLB se configura como um movimento de cunho nacional, com seus respectivos núcleos em várias cidades do Brasil. A vista disso, a partir das rodas de conversa com três integrantes do MLB, entre eles a coordenadora nacional do movimento de luta, constata-se que o movimento conta atualmente com 21 anos de história local e 25 anos de história nacional, assim como três principais ocupações em Natal, sendo elas, Valdete Guerra, Palmares e Emmanuel Bezerra.

Todavia, foi constatado pelos entrevistados algo de suma importância durante a conversa, a falta de registro documental relativo às ocupações, suas respectivas localizações, quantidade de famílias, acesso a direitos básicos, entre outras negligências. Nota-se, analogamente, que o movimento de luta por moradia estudado, advoga por maior representatividade política e a favor da asseguarção dos direitos constitucionais a cada indivíduo.

Ademais, os integrantes do MLB ressaltam a falta de homogeneidade entre os movimentos sociais de luta por moradia. Atentando para a separação dicotômica existente entre movimentos que visam, em sua essência, superar a mesma negligência institucional.

Com isso, é plausível seguir para a análise de outro movimento de luta por habitação, o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), a roda de conversa com o grupo contou com a presença do coordenador e fundador do movimento no Rio Grande do Norte.

A partir do diálogo apresentado na roda de conversa, infer-se que o MLMP, trabalha almejando a garantia do direito de moradia para todos os indivíduos que habitam as ocupações redigidas pelo movimento social. Assim como, assegurar vínculos institucionais para que isso aconteça.

O Movimento de Luta por Moradia Popular, a partir das informações delegadas pelo entrevistado, afirma ter cerca de 800 famílias reunidas em suas sete ocupações. Assim sendo, presume-se que o MLMP é atualmente o maior movimento de luta por moradia em Natal. As ocupações responsáveis pelo movimento são: Olga Benário; Marcos Dionisio; Aurora Maria; Tiradentes; Padre Tiago; Heleny Ferreira; Alto do Guarapes.

Por conseguinte, foi explicado que as ocupações do MLMP se configuram de duas formas distintas, sendo elas, ocupações em terrenos públicos, e ocupações em terrenos privados. O entrevistado aponta que as negociações diferem em ambos os terrenos, sendo diretamente com o poder público, quando se trata de terrenos públicos.

E em terrenos privados, após uma busca prévia acerca do terreno escolhido, foi relatado que os moradores esperam a ordem de despejo – processo judicial no qual o proprietário do

terreno pode retomar a posse do terreno ou imóvel –, e com a ordem de despejo, o MLMP entra em negociação com o poder público, neste caso o município.

Tal diferenciação existente na forma de negociar terrenos, dialoga com o que foi dissertado por Carina Costa Correa, que analisou o processo de propriedade e resistência em terrenos de ocupações, a autora discorre,

A ocupação destes espaços implica na decodificação dos moldes existentes na sociedade atual, enquanto a reconfiguram em uma nova forma, organizando os momentos antes de ocupar, a própria ocupação e o momento posterior desta ocupação aliada a diversos processos e diálogos para manter a nova configuração territorial, que altera radicalmente o sistema enquanto busca uma aproximação com o mesmo. (Correa, 2023, p.2)

A partir das inquisições de Correa, evidencia-se a existência de um processo extenso por trás da negociação de um terreno, que envolve procedimentos prévios de suma importância.

Ademais, constata-se também que, apesar de experiências distintas, ambos os movimentos populares destacam a falta de homogeneidade e proximidade entre os grupos. O MLMP declara que a falta de “organização” entre as relações entre os movimentos é uma parte contribuinte por trás da negligência evidenciada pelos movimentos.

Com isso, apesar do tom positivo do entrevistado ao falar das ocupações, fica claro que a precariedade dos moradores é algo que é constantemente falhado de ser assegurado por órgãos institucionais. Nota-se que a insegurança vivenciada por moradores de ocupações é largamente desconsiderada pelo poder público.

Analogamente, nota-se que, assim como o outro movimento de luta citado, o MLMP igualmente não apresenta levantamentos de dados relativos a documentos de relevância, como a quantidade de famílias por ocupação, quais das ocupações têm saneamento, eletricidade, água, entre outros direitos básicos. A história do movimento é perpassada de forma oral, de morador para morador.

De forma geral, considerando de forma supracitada todas as entrevistas dadas, e as análises formuladas a partir da metodologia expressa em rodas de conversa, evidencia-se alguns pontos de grande relevância.

Preliminarmente, verifica-se que existem pontos que se correlacionam entre ambos os movimentos existentes no território da cidade do Natal, destacando-se, entre eles, a carência de registros documentais de forma consistente, que conferem respaldo jurídico e legislativo aos processos desenvolvidos no âmbito das ocupações, assim como assegurar segurança para os movimentos em relação a lutas tratadas com o poder público.

Ademais, constata-se da mesma forma que ambos movimentos advogam por maior representação política em todos os órgãos institucionais, sejam eles, legislativos, judiciários e executivos. Analogamente, pleiteiam por melhores condições de diálogo com instituições públicas, visando proporcionar circunstâncias onde o direito à moradia seja garantido.

Além disso, considerando os pontos apresentados, os movimentos citados visam a propagação da luta coletiva, e a contemplação de moradia para todos os residentes das ocupações. As divergências existentes são evidenciadas em questões de formas diferentes de organização de cada movimento, porém, de forma geral, nota-se que ambos visam, essencialmente, os mesmos objetivos.

Concomitantemente, foram entrevistadas duas professoras do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, que se relacionam com a pauta estudada na presente pesquisa.

Com a contribuição das docentes foi possível inferir um novo ponto de vista, até o presente momento foi-se analisando as ocupações a partir dos atores sociais – considerando a teoria de Alain Touraine – que vivenciam o dia a dia nas mesmas. Com a ótica das docentes entrevistadas, foi possível acrescentar novas informações, em sua maioria de cunho estrutural, a visão até então tida de pessoas que participam do movimento de luta por moradia.

Foi relatado, similar ao compreendido com os movimentos, que a existência de pouca, ou nenhuma, documentação impacta o processo de conhecimento acerca das ocupações. Assim sendo, uma das entrevistadas expõe que ocasionalmente, via projetos de extensão, há o mapeamento de áreas em Natal, em que auxilia os movimentos a ter conhecimento das áreas que possam eventualmente servir de ocupações.

Outrossim, a contribuição da subsequente professora entrevistada, correlacionou com o ato de visitar as ocupações feita de forma semelhante pelos pesquisadores desta pesquisa. Apesar da área de trabalho da professora ser voltada para áreas rurais, foi a partir da discussão apresentada pela mesma que se foi possível evidenciar que as negligências de uma moradia digna é profundamente enraizada na desigualdade secular da sociedade brasileira.

O cenário de indiligência é recorrente em todos os pontos de vista, seja daqueles que participam ativamente da vivência precária, como aqueles que trabalham com o estudo das ocupações.

Conclusão

Posto isso, verifica-se que, a presente pesquisa, “Moradia e Cidadania: Análise dos Movimentos de Luta por Habitação no Município de Natal/RN (2016/2024)”, averigou, os movimentos sociais de luta por habitação em Natal. O questionamento foi posto em prática a partir de metodologias expressas em forma de entrevistas em campo, rodas de conversa e a análise bibliográfica do tema proposto. Os principais objetivos da pesquisa se configuram com a análise das estratégias de mobilização e reivindicação utilizadas por movimentos de luta por moradia, e suas subsequentes reivindicações para o poder público. Assim como produzir um mapeamento teórico dos movimentos existentes no território de Natal.

À vista disso, compreende-se que a análise pleiteada, evidencia que os movimentos sociais de luta, na cidade do Natal, constituem agentes fundamentais na formação do espaço urbano, como afirma Harvey (2014) e Cardoso (2010). Assim como também configuram essenciais no processo de reivindicação e produção de territorialidades, e práticas sociais e culturais (Magnani, 2002). A partir da fundamentação das rodas de conversas com representantes dos movimentos MLB e MLMP, assim como as contribuições de docentes vinculadas a UFRN, tornou-se possível delinear a existência de um panorama complexo e multifacetado, que é indubitavelmente marcado por tensões, resistências e estratégias de sobrevivência frente a negligência institucional historicamente consolidada.

Assim, destaca-se a ausência de documentação formal e sistematizada acerca das ocupações, bem como a escassez incontestável de vínculos institucionais consistentes com as demandas

apresentadas pelos movimentos de habitação. Tal fragilidade evidencia um cenário de invisibilidade não apenas social, como também jurídica e política que compromete a efetivação do direito à moradia digna. Ademais, analisa-se que, apesar das divergências organizacionais reveladas entre os movimentos, observa-se uma convergência em seus objetivos centrais, sendo eles, a promoção da justiça habitacional, ampliação da representatividade política local e nacional, assim como garantia de políticas inclusivas e democráticas que assegurem os seus direitos. Similarmente, com a interlocução do saber acadêmico, proporcionado pelas professoras entrevistadas, nota-se que o problema da moradia transcende a dimensão física e se inscreve nas estruturas profundas da desigualdade brasileira (Cardoso, 2010). As docentes advogam consecutivamente por abordagens que se comprometam com a transformação social, em prol de proporcionar dignidade na vivência dos residentes das ocupações.

Conclui-se que os movimentos de luta por habitação não apenas reivindicam espaços, mas constroem novas formas de pertencimento e memórias, configurando-se protagonistas na disputa do direito à cidade. Torna-se imperativo reconhecer e fortalecer essas iniciativas, assim como advogar pela construção axiomática de políticas públicas eficazes e propriamente reguladas e fiscalizadas.

Referências

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CORREA, Carina Costa. As ocupações de moradia e o território: propriedade e resistência. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 21., 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8Zoyr> Acesso em: 04 ago. 2025.

HARVEY, David; CAMARGO, Jeferson. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes-selo Martins, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, p. 11-29, 2002.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SIMMEL, G. (2006). Sociabilidade. In Questões fundamentais da sociologia (pp. 59-82). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

CÓDIGO: HS0717

AUTOR: VICTOR ENZO FONTES CÂMARA

ORIENTADOR: LUCAS FORTUNATO REGO DE MEDEIROS

TÍTULO: Meritocracia e Educação Básica: Contextos de Desigualdade e Cenários Alternativos de Êxito Individual

Resumo

A noção de meritocracia no contexto da educação básica traz uma problematização no que diz respeito aos seus limites diante das disparidades socioeducacionais. A ideia de mérito individual, embora seja difundida como ferramenta de incentivo à produtividade, mostra-se insuficiente quando é aplicada a contextos caracterizadas pela ausência de equidade de condições que impactam significativamente o desempenho escolar dos alunos. Por meio de diálogos teóricos com Byung-Chul Han e Peter Sloterdijk, destaca-se como a sociedade do desempenho e o conceito de antropotécnicas auxiliam na compreensão das pressões de produtividade colocada sob os discentes, assim como exercícios formativos os quais constroem a experiência dentro da instituição escolar. Além disso, com base em Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron e Michael J. Sandel, traz-se à tona como o sistema de educação pode atuar como um ambiente de reprodução das desigualdades por meio da naturalização dos privilégios em nome do esforço individual. Assim, vê-se que a meritocracia, quando tratada como princípio absoluto, tende a ocultar questões externas aos estudantes que impactam diretamente seu êxito escolar, e legitimar a noção de “vencedores” e “perdedores” em vez de promover equidade de oportunidades.

Palavras-chave: Meritocracia; Educação; Desigualdade; Antropotécnicas; Equidade.

TITLE: Meritocracy and Basic Education: Contexts of Inequality and Alternative Scenarios of Individual Success

Abstract

The notion of meritocracy in the context of basic education raises questions regarding its limits in the face of socio-educational disparities. The idea of individual merit, although widely promoted as a tool to encourage productivity, proves insufficient when applied to contexts marked by the lack of equity in conditions that significantly affect students' academic performance. Through theoretical dialogues with Byung-Chul Han and Peter Sloterdijk, it becomes evident how the performance society and the concept of anthropotechnics help in understanding the pressures of productivity placed on students, as well as the formative exercises that shape their experiences within educational institutions. Furthermore, drawing on Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, and Michael J. Sandel, it highlights how the education system can act as an environment that reproduces inequalities by naturalizing privilege in the name of individual effort. Thus, meritocracy, when treated as an absolute principle, tends to obscure external factors affecting students that directly influence their academic success and legitimizes the notion of “winners” and “losers” rather than promoting equity of opportunities.

Keywords: Meritocracy; Education; Inequality; Anthropotechnics; Equity.

Introdução

Meritocracia diz respeito a uma perspectiva acerca da ascensão individual, caracterizada pelos esforços e dedicações pessoais como fatores únicos para esse feito na sociedade. Esse debate vêm crescendo cada vez mais, principalmente em sociedades polarizadas, e ganha destaque no que diz respeito às noções de responsabilidade e liberdade individuais, políticas públicas e o papel do Estado para a população civil.

O tema em questão foi trazido por meio de um forte interesse em investigar a validade desse discurso, especialmente no contexto da educação básica - a qual é a base de todos os indivíduos para o seu êxito sócio-profissional. A ideia de meritocracia vem conquistando um espaço cada vez maior nas discussões sobre políticas educacionais, embasada na ideia de que o sucesso acadêmico e profissional depende do mérito individual. Em detrimento disso, a noção meritocrática é constantemente utilizada com o objetivo de justificar a implementação de sistemas onde os alunos são avaliados com base em seu desempenho, assim como momentos de premiações dadas pelas instituições de ensino-aprendizagem por meio de, por exemplo, certificados de “aluno destaque”.

Essa ideia tem sido, em muitas ocasiões, discutida no campo da educação básica brasileira. No entanto, a sua aplicação em contextos marcados por disparidades socioeducacionais despertam diversas análises.

Dentro do cenário da educação brasileira, existe uma variedade de realidades de estudantes, e diversas condições de permanência e êxito desses no sistema educacional podem impactar de maneira considerável os resultados da aprendizagem estudantil. Por isso, surgem diálogos acerca de possíveis limites do discurso meritocrático como uma ideia absoluta em relação ao desempenho dos alunos, especialmente quando é considerado ampla gama de vivências e trajetórias dentro da escola.

Este artigo tem como finalidade trazer um exame sobre como a noção de meritocracia é trabalhada na educação básica brasileira, buscando entender suas bases e implicações possíveis. Tomando como princípio análises teóricas e críticas de obras envolvendo o assunto em questão, assim como a aplicabilidade e possíveis adaptações do conceito de “antropotécnicas”, desenvolvido pelo filósofo alemão Peter Sloterdijk, como também ideias desenvolvidas pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, pretende-se trazer uma abordagem exploratória dessas diversas perspectivas que estejam - ou possam estar - relacionadas ao conceito e aplicação da meritocracia no ambiente escolar.

Metodologia

A metodologia utilizada diz respeito a uma revisão de literatura. As obras utilizadas dizem acerca de reflexões sobre o excesso de positividade (Han), o conceito de antropotécnicas (Sloterdijk), a escola como instrumento de manutenção das desigualdades (Bourdieu e Passeron) e a ênfase excessiva no mérito individual (Sandel).

Resultados e Discussões

.Meritocracia no ambiente escolar

No contexto das instituições de educação básica, a noção de meritocracia frequentemente é feita para com os discentes por meio de ferramentas avaliativas com o objetivo de averiguar o seu desempenho individual, como provas, seminários e entrega de trabalhos escritos. Essas maneiras de avaliação, apesar de serem, em essência, justificáveis em detrimento do incentivo ao esforço pessoal, podem se tornar mecanismos de entrave dentro de diferenças socioeducacionais existentes no país. Devido a essa realidade, assim como as necessidades presentes na sociedade atual para ascensão social e profissional, observa-se uma dinâmica significativa em relação ao desenvolvimento da dedicação. Han (2024) afirma que há uma mudança cultural na qual o indivíduo atual para de receber opressões vindas de estruturas externas, e passa a praticar a autoexploração. Essa nova prática é movida pelo desejo frequente de performance e produtividade.

“A positivação do mundo faz surgir novas formas de violência. Essas não partem do outro imunológico. Ao contrário, elas são imanentes ao sistema. [...] a violência da positividade não é privativa, mas saturante; não excludente, mas exaustiva.” (HAN, 2024, p. 18-19)

No trecho destacado, o filósofo sul-coreano defende que o excesso de positividade carrega consigo novas maneiras de violência inerentes ao próprio contexto individual dos seres humanos, o que pode não ser visto explicitamente muitas vezes. Essa dinâmica de disciplina vindo da “positivação do mundo” não possui uma natureza excludente nem coercitiva, as quais encontram-se em sociedades disciplinares - marcadas pela transmissão de padrões rígidos de comportamento -, mas sim exaustivas.

Em outras palavras, o reforço exagerado de estímulo, esforço e responsabilidade pessoal acarretam o desejo incessante da busca pela produtividade. Tomando esse princípio como norte, é visível, no contexto contemporâneo, que o indivíduo [especialmente, no caso, o estudante] é pressionado a desenvolver uma performance altamente satisfatória, levando pouco ou nada em consideração suas condições ou limites momentâneos (pessoal ou material).

“O imperativo da expansão, [...] pressupõe uma oferta de produtos ligados à identidade. Com quanto mais frequência se troca de identidade, tanto mais se impulsiona a produção. [...] a sociedade do desempenho não industrial necessita de uma pessoa flexível, para poder aumentar a produção” (HAN, 2024, p. 102)

Em relação à noção de produtividade e ambiente educacional, há uma relação direta no que diz respeito aos impactos da sociedade do desempenho, principalmente se o contexto escolar

no qual um aluno está inserido possui alguma tendência pedagógica liberal e/ou voltada à preparação para o mercado de trabalho. Nesse cenário, o aluno buscaria uma flexibilidade com o objetivo de atender às demandas presentes em suas atividades, o que impulsiona a produtividade acadêmica. Assim, estando ele inserido nessa realidade, haveria uma “mudança de identidade” frequente para que ele possa atingir ou tentar atingir os objetivos pedidos.

Ainda em diálogo com as escolas, a partir do momento em que as instituições reiteram que o bom desempenho escolar depende exclusivamente do esforço e dedicação individuais, pode ocorrer uma banalização das realidades externas, aspectos socioeconômicos, as quais atravessam o caminho de cada estudante. Nessa perspectiva, a retórica escolar que engrandece valores como independência e mérito, embora possa ser bem recebido como uma intenção legítima, também é capaz de trazer exigências que os aprendizes não consigam lidar de maneira igualitária.

Em determinadas situações, pode-se refletir que essa dinâmica entre estudante e instituição de ensino-aprendizagem aprofunde um tipo de pressão interna que ultrapasse limites pessoais desses alunos, o que se aproxima das experiências emocionais desgastantes. Sendo assim, o cotidiano de estímulo ao desempenho educacional por meio da iniciativa e dedicação exclusiva de cada discente sem considerar fatores externos traz possibilidades de “violência da positividade”.

. Meritocracia, educação e antropológicas

A escola, como uma instituição escolar voltada para a formação de cidadãos - embora algumas possam se diferenciar de outras quanto à maneira como a qual isso é feito -, em geral, é um local cujo desenvolvimento de competências é um dos objetivos. Nesse cenário, as práticas educativas são baseadas em finalidades de exercícios, construções de habilidades e competências, o que está em semelhança com a noção de antropológica.

Sloterdijk (2000) afirma que o ser humano se constrói frequentemente, ele molda a si mesmo por meio de um conjunto de técnicas e atividades cujos desenvolvimentos físico, intelectual ou espiritual são objetivos determinados. O autor defende, por meio de sua contextualização da mudança das sociedades, saídas do período monárquico / aristocrático e adentradas ao contexto contemporâneo, que o ser humano busca se aperfeiçoar para que se transforme naquilo que ele deseja ser, é o ato de se exercitar repetidamente. E, esse campo de pensamento, certamente, pode se relacionar com contextos de ensino-aprendizagem.

Assim sendo, as escolas inserem para os seus alunos repetições de atividades semelhantes (provas, seminários, etc), exercícios flexíveis (como conhecimento de mundo por meio de

aulas-campo, exercícios físicos), entre outras dinâmicas as quais visem o autodesenvolvimento.

“O ato produz o ativo, a reflexão, o refletido, a emoção, o senciante, o exame de consciência, a própria consciência. Os hábitos formam as virtudes e os vícios, os complexos de hábitos, as “culturas” (SLOTTERDIJK, 2018, p. 395).

Nessa afirmação supracitada, o filósofo sugere que as atividades frequentes desenvolvem a construção do indivíduo, ou seja, as ações não dizem respeito apenas às suas finalidades, mas também ao próprio ser humano em si. O exercício, em suas repetições, trabalha não apenas habilidades, mas também desenvolve condições profundas de consciência em diversos campos. Esse entendimento está relacionado a uma percepção de que os resultados dos exercícios repetidos não estão exclusivamente em seus resultados, mas também em seu processo de execução, mostrando uma interação conectiva do sujeito para com o seu contexto exterior.

Assim, a ênfase meritocrática na educação básica ganha um destaque a mais em detrimento da forma como as práticas escolares são oferecidas e incentivadas. Dentro de uma realidade em que o discurso sobre mérito individual se torna predominante, torna-se necessário o questionamento de se todos os discentes partem do mesmo ponto social e material para desenvolver em si mesmos os hábitos os quais os levariam ao alcance das virtudes escolares, os resultados das possíveis antropotécnicas no contexto educacional. Em outras palavras, afinal, se as formas de viver em sociedade e interagir com o mundo são, também, trabalhos de hábitos atravessados por circunstâncias pessoais e/ou estruturais - como a própria desigualdade socioeducacional -, então, a meritocracia pode ser questionada, pois o sucesso das pessoas não seja efeito apenas de dedicação isolada, mas no fato de que alguns indivíduos possam não ter tido a oportunidade de aprender os mesmos exercícios ao longo do tempo.

Além disso, a escola, como instituição social cujos desdobramentos do contexto histórico nela estão presentes, pode atuar como um ambiente onde as antropotécnicas - relacionadas à excelência acadêmica - trazem reflexos da era contemporânea.

“Tens de mudar a tua vida! - isto, por conseguinte, não significa nada mais para eles [indivíduos] do que o convite a seguirem os modelos de deuses ou de divindades feitas homem sob cuja influência se esbatem as fronteiras entre o possível e o impossível. Com o advento dos Tempos Modernos, o imperativo absoluto muda de alvo. Agora diz: tens de te portar de tal maneira que antecipas na tua pessoa o melhor mundo no mau. Já não está longe o dia em que o sentido da frase se transformará totalmente num manual de instruções para “uso externo”: tens de mudar o mundo de modo a que, se for remodelado da maneira correta, possas adaptar-te a ele com boa consciência. A Modernidade é a época em que os homens que ouvem o apelo à transformação já não sabem por onde começar: pelo mundo ou por eles próprios - ou por ambos ao mesmo tempo” (SLOTTERDIJK, 2018, p. 399)

Partindo disso, o autor supracitado apresenta as mudanças ao longo do tempo, enquanto havia um chamado ao autoaperfeiçoamento espiritual baseado em divindades em períodos históricos passados, hoje é visto uma tendência moderna caracterizada pela transformação individual e do mundo. A Modernidade destaca uma virada de atitudes onde os seres humanos não conseguem, a priori, avaliar se devem começar pela reformulação pessoal ou pela reformulação do mundo que os cercam. O sujeito é levado a evoluir a si mesmo ao mesmo tempo em que deseja moldar o cenário exterior para que possa ser habitável, garantindo sua integridade nele.

Essa dinâmica de construção de exercício pode ganhar notoriedade em contextos escolares no que diz respeito às estruturas externas as quais a reconstrução delas são necessárias. Antropotécnicas são exercícios constantes cujo objetivo é a elevação física, mental ou espiritual com um significado claramente definido, no entanto, quando o sucesso acadêmico é encarado como dependente exclusivo do trabalho duro dos discentes, a realidade do “mundo exterior”, ou seja, as estruturas que podem ser reformuladas, tem a atenção negligenciada. O que se observa nessa perspectiva é que, quando as instituições formativas trabalham em cima da ênfase do aluno sem levar em conta limitações das estruturas sociais, suas antropotécnicas terão, conseqüentemente, limitações - entraves atravessados pela realidade exterior que, por ainda não serem reconstruídas, interferem na elevação própria dos estudantes.

. Mérito individual e contextos socioescolares

A meritocracia, especialmente dentro das escolas, pode apresentar questões mais complexas quando se traz à tona a heterogeneidade das questões sociais e culturais as quais estão entrelaçadas ao cotidiano dos alunos. Bourdieu e Passeron (2023) defendem uma interpretação na qual o sistema de ensino-aprendizagem causa uma continuidade das desigualdades, em vez de contribuir para diminuí-las, mediante uma lógica que mascara como mérito aquilo que deveria ser reconhecido como privilégio. Diante disso, as ferramentas as quais avaliam a situação dos aprendizes, como “melhor aluno”, ou caso de “excelência acadêmica”, possuem o risco de naturalizar disparidades pré-existentes onde as interferências em suas trajetórias educacionais recebem impactos diretos.

Nessa discussão, coloca-se em análise as dinâmicas educacionais advindas das estruturas, uma realidade moldada direta ou indiretamente pelos mecanismos dominantes, onde o ponto de partida dos alunos pode não ser considerado.

“Devendo ter conseguido êxito num empreendimento de aculturação para satisfazer ao mínimo as exigências escolares em matéria de linguagem, os estudantes das classes populares e médias que ascendem ao ensino superior são necessariamente submetidos a uma mais forte seleção, segundo o próprio critério da competência linguística [...] Segue-se logicamente que

a mortalidade escolar só pode crescer à medida que se vai às classes mais afastadas da língua escolar, mas também que, numa população que é o produto da seleção, a desigualdade da seleção tende a reduzir progressivamente e às vezes a anular os efeitos da desigualdade ante a seleção”. (BOURDIEU, PASSERON, 2023, p. 104-105)

O sistema educacional, sendo assim, traz uma questão dinâmica e contínua de seleção tomando como princípio aspectos culturais, sobretudo o quesito linguístico, o qual é visto como mérito de maneira natural. Porém, revelando camadas profundas, atua como um reflexo de impactos da estrutura dominante fora do ambiente escolar, principalmente da instituição social da família. Aqueles que são advindos de classes populares e médias, quando chegam à educação superior - o que é o desejo de muitos em detrimento da vontade de mudar sua situação socioeconômica -, significa que vieram de uma filtragem na qual foi exigida deles uma forma de “aculturação”, que são códigos de linguagem e de cultura que, em algum grau, se distanciam de sua classe social de origem.

Dentro dessas circunstâncias, a exigência dessas competências são capazes de tornar mais ainda determinante essa “seleção”, aumentando a probabilidade de um desempenho escolar menos produtivo, pois o aluno não “se esforçou o suficiente”. Com a continuidade das etapas escolares, a tendência é permanecer as pessoas cuja adaptação a esse filtro já conseguiu praticar, o que tende a apresentar uma camuflagem dos entraves já existentes que não puderam permitir uma adaptação ainda maior, o que abre muitas brechas para a interpretação de que todos, ao final do processo, chegaram ali apenas pela competência individual.

“A divisão política que importava, os vencedores explicaram, não era mais esquerda versus direita, mas aberto versus fechado. Em um mundo aberto, sucesso depende de educação, de se equipar para competir e vencer em uma economia global. Isso significa que governos nacionais devem assegurar a todo mundo oportunidades iguais de receber a educação da qual depende o sucesso. Mas isso também significa que aqueles que chegam ao topo passam a acreditar que merecem o sucesso. Ademais, se oportunidades são verdadeiramente iguais, significa que aqueles deixados para trás também são merecedores do seu destino.” (SANDEL, 2020, p. 11)

A educação básica, a qual é a base de todas as sociedades - e de toda a humanidade - diz respeito ao momento no qual os seres humanos devem ser ensinados, moldados, construídos para os seus futuros exercícios. As próprias antropológicas desenvolvidas por essas pessoas nesse estágio da vida possuem um peso significativamente fundamental devido ao momento inicial do aperfeiçoamento individual, assim como o aperfeiçoamento do mundo feito por indivíduos bem educados. Partindo desse princípio, ao tratar-se dessa base social, a ênfase excessiva da meritocracia na educação básica pode, não apenas mascarar realidades adversas trazidas pelas diversas realidades estruturais, como também criar uma cultura de perdedores e vencedores. Juntando todos esses aspectos, a educação atua como uma ferramenta que não se limita ao aperfeiçoamento humano, mas também de reconhecimento das diversas situações humanas. A naturalização das desigualdades, o que está entrelaçado direta ou indiretamente

ao sentimento de “merecimento” do sucesso ou fracasso, diz muito sobre como a instituição escolar está lidando com seu papel, como ele é trabalhado.

Conclusão

A meritocracia no contexto da educação básica apresenta uma compreensão de que, apesar de a ideia de mérito individual ter relevância como ferramenta de valorização do esforço e dedicação pessoais, sua aplicabilidade em situações marcadas por disparidades sociais e educacionais apresenta limites consideráveis. O mérito, quando considerado como critério único de prosperidade acadêmica, tende a ocultar diferenças estruturais, naturalizando privilégios e criando uma noção de “merecimento” entre as pessoas para com seus resultados, que podem não ter sido positivos.

Nesse contexto, observa-se que a escola contemporânea, no momento em que reforça práticas voltadas ao desempenho e à autoexploração, insere o discente em situações de exigência de produção escolar a qual possa gerar uma pressão não saudável e, por conseguinte, desgaste emocional. Se, de um lado, as atividades feitas na instituição escolar podem ser classificadas como antropológicas quando trazem exercícios contínuos de formação, de outro, a ênfase na dedicação exclusiva ignora as realidades sociais que impactam diretamente nas possibilidades de autoaperfeiçoamento.

Além disso, e dentro dessa dinâmica de produtividade escolar, a escola também pode atuar como um local de reprodução da mesma desigualdade social ao exigir dos alunos mecanismos linguísticos, culturais e intelectuais que não são acessíveis de maneira igual. Sendo assim, a meritocracia reforça uma lógica de naturalização da seleção socioeducacional, recompensando aqueles que já são beneficiados pela estrutura desigual.

E, diante de todo esse exposto em suma, a ideia de mérito na educação básica deve ser trabalhada de maneira crítica, reconhecendo a sua essência justa de incentivo à dedicação do indivíduo, mas também seu risco de mascarar trajetórias marcadas por dificuldades sociais e educacionais. A escola, como instituição social voltada à construção de um futuro digno a todos os seus estudantes, deve conciliar o desenvolvimento de habilidades e competências com a responsabilidade individual juntamente com a sensibilidade diante das condições adversas de estudantes que necessitem dessa atenção para a construção de um ambiente caracterizado pela equidade de oportunidades.

Referências

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino. Tradução de Reynaldo Bairão - Rio de Janeiro, 8.º Edição: Editora Vozes, 2023

HAN, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2024

SANDEL, Michael J. A Tirania do Mérito: O Que Aconteceu Com o Bem Comum? Tradução de Bhuvi Libanio - Rio de Janeiro, 7.º Edição: Editora Civilização Brasileira, 2022.

SLOTERDIJK, PETER. Regras Para o Parque Humano: Uma Resposta à Carta de Heidegger Sobre o Humanismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques - São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2000.

SLOTERDIJK, PETER. Tens de Mudar de Vida: Sobre Antropotécnica. Tradução de Carlos Leite - [S.l]: Relógio D'Água Editores, 2018

Anexos

Vídeo

CÓDIGO: HS0947

AUTOR: MILENA NOBRE DA SILVA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: Os sonhos de luta e resistência de jovens negros nas ocupações em Natal

Resumo

Esta pesquisa investiga os sonhos, motivações e estratégias de resistência de jovens negros participantes de movimentos de ocupação urbana em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Ancorada nos quadros teóricos do "direito à cidade" de Henri Lefebvre e das discussões sobre racismo e formação identitária de Lélia Gonzalez e Frantz Fanon, o estudo argumenta que essas ocupações não são apenas uma resposta à crise habitacional, mas constituem espaços cruciais para a construção política e subjetiva da juventude negra. Foi empregada uma metodologia qualitativa, combinando pesquisa documental sobre políticas públicas de habitação, observação participante e entrevistas semiestruturadas com 22 sujeitos, incluindo gestores públicos, lideranças de movimentos dos dois principais movimentos: o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP). Os resultados revelam que as ocupações são percebidas como uma releitura contemporânea dos quilombos históricos, funcionando como territórios de resistência contra a segregação racial e espacial. Para os jovens envolvidos, a participação fomenta processos de construção identitária, empoderamento comunitário e o desenvolvimento de "sonhos de resistência" — projetos coletivos de futuro que desafiam a opressão estrutural. O estudo conclui que o acesso à moradia é uma luta antirracista e recomenda que políticas públicas incorporem o recorte étnico-racial, reconhecendo esses movimentos como atores legítimos

Palavras-chave: Ocupações Urbanas. Juventude Negra. Direito à Cidade. Identidade

TITLE: Dreams of Resistance: Black Youth and the Struggle for Housing in Urban Occupations in Natal/RN, Brazil

Abstract

This research investigates the dreams, motivations, and resistance strategies of black youth participating in urban occupation movements in Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. Grounded in the theoretical frameworks of Henri Lefebvre's "right to the city" and Lélia Gonzalez's and Frantz Fanon's discussions on racism and identity formation, the study argues that these occupations are not merely a response to the housing crisis but constitute crucial spaces for the political and subjective construction of black youth. A qualitative methodology was employed, combining documentary research on public housing policies, participant observation, and semi-structured interviews with 22 subjects, including public managers, movement leaders, and young participants from two main movements: the *Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas* (MLB) and the *Movimento de Luta por Moradia Popular* (MLMP). The results reveal that the occupations functioning as territories of resistance against racial and spatial segregation. For the youth involved, participation fosters processes of identity building, community empowerment, and the development of "dreams of resistance"—collective projects for the future that challenge structural oppression. The study

concludes that access to housing is an anti-racist struggle and recommends that public policies incorporate an ethnic-racial focus, recognizing these movements as legitimate actors in building more just and inclusive cities.

Keywords: Urban Occupations. Black Youth. Right to the City. Identity.

Introdução

A configuração do espaço urbano no Brasil é profundamente marcada por desigualdades históricas que refletem e perpetuam dinâmicas de exclusão social e racial. O conceito de "direito à cidade", cunhado por Henri Lefebvre, vai além do acesso físico ao espaço urbano; engloba o direito de participar ativamente da produção da cidade, usufruir de seus recursos e viver com dignidade. No entanto, para significativa parcela da população brasileira, em especial para a população negra, esse direito é sistematicamente negado. A segregação espacial observada nas grandes cidades não é fenômeno recente ou acidental, mas resultado de um processo histórico que remonta ao período colonial e à escravidão, e que se perpetuou após a abolição através da ausência de políticas de integração e reparação.

No contexto desse cenário de exclusão, os movimentos de luta por moradia emergem como uma resposta coletiva e organizada. Essas ocupações urbanas, longe de se restringirem à simples reivindicação por teto, transformam-se em palcos complexos de resistência política, cultural e identitária. Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, essa realidade se manifesta através da atuação de movimentos como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), que mobilizam centenas de famílias em situação de vulnerabilidade.

Esta pesquisa se insere nesse contexto, com o objetivo de investigar os sonhos, as motivações e as formas de resistência de jovens negros participantes desses movimentos de ocupação urbana. Parte-se do pressuposto de que a juventude negra periférica, duplamente marginalizada pela condição racial e de classe, reinventa estratégias de existência e luta nesses territórios. A partir de um diálogo teórico com autores como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon e Stuart Hall, que discutem racismo, diáspora e formação identitária, o estudo busca compreender como as ocupações funcionam como espaços de (re)construção da subjetividade, onde são elaborados projetos coletivos de futuro e "sonhos de resistência" que desafiam a opressão estrutural.

Assim, a presente investigação não apenas busca mapear e analisar a atuação desses movimentos, mas também pretende dar visibilidade às narrativas e experiências desses jovens, entendendo a luta por moradia digna como uma dimensão fundamental da luta antirracista e pela efetivação do direito à cidade para todos e todas.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando-se de múltiplos métodos para captar a complexidade do objeto de estudo, seguindo um modelo de triangulação de dados. O trabalho foi desenvolvido em três etapas principais:

A. Revisão da Literatura para a Construção do Quadro Teórico-Analítico

Inicialmente, foi realizada uma sistemática revisão da literatura nas bases SciELO, Google Acadêmico e CAPES Periódicos, abrangendo produções nacionais e internacionais. Os descritores utilizados incluíram: "direito à cidade", "movimentos de ocupação urbana", "juventude negra e periférica", "subjetividade e território", "racismo e espaço urbano" e "políticas habitacionais". Esta etapa permitiu a construção de um sólido quadro teórico-analítico, fundamentando-se em autores referenciais como Henri Lefebvre, Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Stuart Hall e Paul Gilroy, além de estudos nacionais recentes sobre movimentos sociais, juventude e território.

B. Pesquisa Documental

Em um segundo momento, foi conduzida uma minuciosa pesquisa documental para contextualizar o cenário específico de Natal/RN. Foram analisados:

Dados Secundários: Leis, decretos, planos diretores e relatórios de gestão municipal, com foco nas políticas públicas de habitação dos últimos dez anos.

Produções Acadêmicas: Teses, dissertações e artigos que tratassem do acesso à moradia, da juventude, das subjetivações políticas e da trajetória dos movimentos sociais urbanos no município.

Fontes Jornalísticas e Digitais:

Reportagens de jornais locais (Novo Jornal, Tribuna do Norte) e materiais publicados nas redes sociais e sites dos próprios movimentos sociais (MLB e MLMP), como boletins, manifestos e registros de atividades.

Esta fase foi crucial para mapear o histórico da luta por moradia na cidade, identificar os atores-chave e compreender o arcabouço legal e político no qual os movimentos estão inseridos.

C. Trabalho de Campo e Entrevistas Semiestruturadas

A etapa empírica consistiu em um trabalho de campo etnográfico, realizado ao longo de seis meses, com as seguintes ações:

Observação Participante: O pesquisador integrou-se às atividades dos dois movimentos de ocupação mapeados – o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP). As observações foram registradas em um diário de campo, detalhando interações, dinâmicas coletivas e símbolos observados.

Entrevistas Semiestruturadas: Foram conduzidas entrevistas, gravadas em áudio e posteriormente transcritas, com três grupos distintos:

1. Gestores Públicos (3 entrevistados): Técnicos e secretários municipais vinculados às pastas de Habitação e Assistência Social, com o objetivo de compreender a perspectiva institucional sobre a questão.

2. Lideranças dos Movimentos (8 entrevistados, entre 18 e 29 anos): Coordenadores do MLB e fundadores do MLMP, e participantes atuando de forma voluntária que cresceram ou não dentro dos movimentos, a finalidade da entrevista foi captar a história, estratégias e reivindicações das organizações, bem como os objetivos, desejos deles e do que observavam dos integrantes jovens dos movimentos.

3. Professores universitários (03 entrevistados): profissionais que atuam no campo do direito à cidade, arquitetura e urbanismo e que para além da experiência de pesquisa, tem contato direto com os movimentos e as populações pretendidas e realizam atividade de extensão junto a elas.

Resultados e Discussões

A pesquisa identificou e mapeou dois principais movimentos de luta por moradia atuantes em Natal/RN: o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), cada um com características distintas mas complementares na luta pelo direito à cidade.

O MLB caracteriza-se por sua atuação em nível nacional e por ocupações que visam pressionar diretamente o poder público, frequentemente localizadas em regiões centrais ou de valorização imobiliária. Sua estratégia enfatiza a "função social da propriedade" e mantém um discurso de confronto direto com o Estado, buscando negociar a regularização fundiária como reparação histórica.

O MLMP apresenta um perfil mais comunitário e local, com forte engajamento em ocupações em zonas periféricas, focando na autogestão e na construção de infraestrutura comunitária interna, como comedores populares, bibliotecas comunitárias e espaços de cultura. Sua atuação baseia-se no fortalecimento de vínculos comunitários como forma de resistência.

A análise dos dados revelou eixos centrais de discussão, que dialogam diretamente com os objetivos específicos do projeto de pesquisa:

Territórios como espaço de afirmação:

. Esta percepção dialoga diretamente com a noção de "contracolonização" de Santos (2015), na medida em que estes territórios são entendidos como espaços de afirmação de uma lógica civilizatória própria, baseada na comunalidade e na reciprocidade. A ocupação é vista como um território de autonomia e preservação cultural frente a um Estado percebido como ausente ou opressor. Como afirmou uma liderança do MLB: "Essa ocupação é onde a gente resgata a dignidade que o sistema tenta negar à população negra, periférica e classe trabalhadora todos os dias".

2. Racismo Estrutural, Segregação Espacial e o Acesso à Moradia

A experiência do racismo foi unânime entre os entrevistados, sendo apontado como a causa fundamental da precariedade habitacional de suas famílias. Os dados da pesquisa documental confirmam que as políticas habitacionais em Natal/RN historicamente privilegiaram áreas periféricas e distantes dos centros urbanos, perpetuando a segregação socioespacial. Eles descrevem a periferia e as ocupações como territórios racializados, corroborando as teses de Gonzalez (1984) e Nascimento (1978) sobre o genocídio do povo negro através da negação do direito à terra e à cidade. Um jovem participante relatou: "Eles não querem ver negro na área nobre. Quando a gente ocupa um prédio abandonado no centro, estamos quebrando essa lógica racista".

3. Construção Identitária, Subjetivações e "Sonhos de Resistência" A participação no movimento mostrou-se profundamente formativa para a identidade dos jovens, conforme

previsto no objetivo de investigar como as vivências impactam a subjetividade. Longe de serem apenas vítimas, eles se constroem como sujeitos políticos ("lutadores"). Seus sonhos individuais (moradia, profissão) estão intrinsecamente ligados aos sonhos coletivos de ver a comunidade consolidada, regularizada e com dignidade. Estes são os "sonhos de resistência" que Fanon (2008) associa ao enfrentamento das estruturas de dominação. A pesquisa identificou que os movimentos funcionam como espaços de produção de novas subjetividades políticas, onde os jovens ressignificam sua condição periférica e racializada em um projeto coletivo de transformação social.

4. Modos de Articulação, Organização Coletiva e Autoestima

A vivência democrática nas assembleias e a divisão de tarefas (segurança, limpeza, comunicação) fortalecem o sentimento de agência e pertencimento, reforçando a autoestima dos participantes. O movimento opera como uma "comunidade interpretativa" (HALL, 2003), onde os jovens aprendem a nomear suas experiências de opressão e a criar narrativas coletivas de empowerment, combatendo a estigmatização. Como explicou uma jovem do MLMP: "Aqui a gente aprende que não estamos sozinhos. Dividimos as tarefas e os sonhos. Isso fortalece nossa autoestima e nos faz perceber que juntos podemos mudar nossa realidade".

A análise demonstra que os movimentos de ocupação urbana em Natal/RN constituem espaços privilegiados para observação dos processos de produção de novas subjectividades políticas entre a juventude negra, conformando-se como territórios de resistência que articulam a luta material pela moradia com a luta simbólica pelo reconhecimento e pela construção de projetos de vida alternativos ao sistema opressor.

Conclusão

A presente pesquisa permitiu compreender, em profundidade, como os movimentos de ocupação urbana em Natal/RN, em especial o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), transcendem sua imediata reivindicação por moradia para se constituírem em territórios de resistência política, cultural e identitária para a juventude negra. Os resultados demonstram de forma contundente que a luta pelo espaço físico está intrinsecamente ligada à luta pelo reconhecimento, pela dignidade e pelo direito de reexistir na cidade.

A análise confirmou que a segregação espacial vivida por essa população é a materialização do racismo estrutural, uma herança direta do período colonial e da abolição inconclusa, que relegou a população negra à periferia física e social das cidades. Nesse contexto, as ocupações emergem como uma atualização contemporânea da luta histórica quilombola, conformando espaços onde são reavivados os princípios de comunalidade, autonomia e reciprocidade, em nítida contraposição à lógica individualista e mercantilizada da cidade capitalista.

O estudo alcançou seu objetivo central ao revelar que, para os jovens participantes, o engajamento no movimento é um poderoso processo de construção subjetiva e política. Longe de serem vítimas passivas, esses jovens se ressignificam como sujeitos políticos – "lutadores" – e elaboram, coletivamente, "sonhos de resistência". Estes sonhos articulam

aspirações individuais de futuro a um projeto coletivo de transformação social, desafiando a narrativa opressora que lhes é imposta.

As estratégias de organização coletiva, como as assembleias, os mutirões e a divisão de tarefas, mostraram-se fundamentais para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de agência e do pertencimento comunitário. O movimento opera, assim, como uma comunidade interpretativa, onde os jovens aprendem a nomear as estruturas de opressão que sofrem e a construir narrativas próprias de empowerment.

Portanto, conclui-se que a luta por moradia é, inescapavelmente, uma luta antirracista. Negar o acesso à terra e à cidade digna é perpetuar um mecanismo de exclusão que mantém intactas as hierarquias raciais brasileiras. Dessa forma, é imperioso que as políticas públicas de habitação incorporem um recorte étnico-racial explícito, que priorize a população negra em situação de vulnerabilidade e reconheça os movimentos sociais como interlocutores legítimos e necessários na construção de cidades verdadeiramente justas e democráticas. O direito à cidade só se efetivará quando for garantido, em sua plenitude, para aqueles que historicamente foram – e ainda são – dele excluídos.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. Agência Brasil, 24 abr. 2024. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficithabitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>. Acesso em: 29 jul. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Número de pessoas sem moradia no Brasil chega a 328 mil. Agência Brasil, 6 jan. 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencianacional/direitos-humanos/audio/2025-01/numero-de-pessoas-sem-moradia-nobrasil-chega-328-mil>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ALMA PRETA. Cartilha denuncia exclusão de mulheres negras no acesso à moradia. Alma Preta, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/cartilha-denuncia-exclusao-de-mulheresnegras-no-acesso-a-moradia-no-brasil/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MUNDO, EDUCAÇÃO, UOL. Problemas relacionados à moradia no Brasil. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/problemas-relacionados-moradia-nobrasil.htm>. Acesso em: 29 jul. 2025. NEXO JORNAL.

Como a habitação social tem colaborado para o racismo estrutural. Nexo Jornal, 1 set. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/como-ahabitacao-social-tem-colaborado-para-o-racismo-estrutural>. Acesso em: 29 jul. 2025. UFAC. A LUTA POR MORADIA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AO RACISMO.

Periódicos UFAC, 25 jul. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6955>. Acesso em: 29 jul. 2025. UFES. O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL TEM COR? CAMILA. Periódicos UFES, [s.d.]. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22966/15503>. Acesso em: 29 jul. 2025.

A VERDADE. 20 anos de MLB: o movimento que mostra a força do povo de Natal. A Verdade, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/mlb-rn-lutapopular-20-anos/>. Acesso em: 29 jul. 2025. G1 RN.

Famílias ligadas a movimento de luta por moradia ocupam terreno da Arquidiocese de Natal na Zona Oeste da capital. G1 RN, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/04/21/familias-ligadas-amovimento-de-luta-por-moradia-ocupam-terreno-da-arquidiocese-de-natal-na-zonaoeste-da-capital.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2025. MLB RIO GRANDE DO NORTE.

Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/mlb.rn/>. Acesso em: 29 jul. 2025. NATAL.RN.GOV.BR. Prefeito Álvaro Dias recebe representantes do Movimento de LUTA por Moradia Popular. Natal.rn.gov.br, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post/39489>. Acesso em: 29 jul. 2025.

O POTENGI. Movimento de Luta Por Moradia Popular realizará protestos cobrando avanços no Minha Casa Minha Vida. O Potengi, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://opotengi.com.br/movimento-de-luta-por-moradia-popular-cobra-avancos-nominha-casa-minha-vida-com-protestos-nacionais/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

VIEIRA, Enoque Gonçalves. Urbanização e segregação sócio-espacial: Natal, décadas de 1960-1970, a construção de uma paisagem. Rio Grande do Norte, UFRN, 2001.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. França, Revista Actuel Marx, vol. 18, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991. BONDUKI, N. Origens da Habitação social no Brasil. São Paulo: Estação liberdade, 1998.

KAMMSETZER, Christiane Silveira; PALOMBINI, Analice de Lima. Território e subjetividade: narrativas de jovens em uma remoção urbana. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 32, n. 1, p. 93-104, 2015.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. Psicologia & Sociedade, v. 31, n. 1, p. 1-13, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). Movimento negro em questão. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1988. p. 223-244.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Editora 34, 2001.

BONDUKI, Nabil. ****Origens da habitação social no Brasil****. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CARNEIRO, Sueli. ****Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil****. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FANON, Frantz. ****Os condenados da terra****. Tradução de José Laurêncio de Melo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. ****A integração do negro na sociedade de classes****. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

GOHN, Maria da Glória. ****Movimentos sociais e luta pela moradia****. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. ****Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX****. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZALEZ, Lélia. ****Racismo e sexismo na cultura brasileira****. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). **Movimentos sociais em questão**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1988. p. 223-244.

HALL, Stuart. ****Da diáspora: identidades e mediações culturais****. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LEFEBVRE, Henri. ****O direito à cidade****. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. ****O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado****. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo dos. ****Colonização, quilombos: modos e significações****. Brasília: INCTI, 2015.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. ****Psicologia & Sociedade****, v. 31, p. 1-13, 2019.

VALLADARES, Lícia do Prado. ****A invenção da favela: do mito de origem a favela.com****. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VIEIRA, Enoque Gonçalves. ****Urbanização e segregação sócio-espacial: Natal, décadas de 1960-1970, a construção de uma paisagem****. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CÓDIGO: HS1137

AUTOR: PEDRO LUCIO LIMA SOARES

ORIENTADOR: ALÍPIO DE SOUSA FILHO

TÍTULO: Direitos na e pela história? Breves reflexões ensaísticas sobre a concepção crítica marxiana do estado e da emancipação política atrelada aos direitos humanos

Resumo

O texto a seguir é uma atualização do andamento do projeto autoritarismo e violência nas prisões apresentado já nesse mesmo congresso em 2024 e também alguns apontamentos para uma possível contribuição ao debate do sistema prisional e da violência por uma perspectiva marxiana.

Palavras-chave: Direitos humanos; Estado; Prisões; Violência; Marx.

TITLE: Rights in and through history? Brief essayistic reflections on the critical Marxist conception of the state and political emancipation linked to human rights

Abstract

The following text is an update on the progress of the project authoritarianism and violence in prisons presented at this same congress in 2024 and also some notes for a possible contribution to the debate on the prison system and violence from a Marxist perspective.

Keywords: Human rights; State; Prisons; Violence; Marx.

Introdução

No texto do ano anterior (2024), composto para o mesmo congresso do qual escrevo agora, intitulado “Autoritarismo e violência nas prisões na região metropolitana de Natal”, apresentei brevemente o projeto de pesquisa (de código: “PVIH21207-2023 - AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA NAS PRISÕES – Um estudo sobre práticas de autoritarismo e violência em presídios no Rio Grande do Norte”) em que está inserido o meu plano de trabalho na qual foi renovado. Naquele escrito, tracei um percurso tanto de exposição da pesquisa, delimitando seus devidos objetivos gerais e específicos, a hipótese norteadora, bem como também os autores norteadores da investigação.

Ao final daquele trabalho, levanto pontuações preliminares pertinentes com os dados coletados, como, por exemplo, a diferenciação do “molde” ou da “forma” da violência num corte de gênero ou da vulnerabilidade ao cometer um “delito” como uma recorrência de relatos. Mais adiante, projeto os passos seguintes da pesquisa, a-saber: tabulação e categorização dos dados coletados, produção de relatório das entrevistas, correlações gráficas e delimitação dos “eixos” temáticos adjacentes aos demais participantes do grupo de pesquisa do qual o projeto se configura.

Desde então, os dados coletados foram, por sua vez, tabulados a partir do conhecido e extremamente utilizado “google formulários”, nele, foi realizado uma simulação de aplicação de formulário virtual, em que, as perguntas do questionário estruturado foram rigorosamente espelhadas e as respostas coletadas da mesma forma. A escolha de tal plataforma foi utilizada tanto por sua praticidade quanto pelos seus gráficos automaticamente gerados, bem como sua tabela em formato CSV. Tais configurações renderam uma visualização prévia em formato de gráficos pelos membros da equipe, permitindo aos mesmos rascunhar já possíveis correlações, que, por sua vez, foram geradas com o aplicativo RStudio, utilizando a tabela gerada anteriormente (que foi, propriamente, revisada e conferida diversas vezes com os questionários físicos).

Além disso, os relatórios das entrevistas compreensivas abertas foram elaborados, construídos e discutidos em reunião, o que resultou também um panorama geral entre a os resultados quantitativos e qualitativos. Com tudo isso, os membros do grupo estão produzindo suas análises e textos para serem compostos num livro coletivo do projeto a ser publicado futuramente, bem como artigos adjacentes provenientes do tema da pesquisa a partir de elucubrações de cada.

Dessa forma, diferentemente do texto pregresso, meu procedimento de divulgação científica a partir do molde de trabalho completo será, como o título aponta, uma contribuição que considero atípica no debate acadêmico sobre um objeto tão multifacetado como o sistema prisional. Trata-se, portanto, de uma possível ótica reflexiva marxiana sobre as prisões, elaborada a partir da discussão do autor acerca dos direitos humanos. Refiro-me aqui a uma “contribuição atípica” não apenas pelo fato de se tratar de um autor pouco lembrado sobre o tema dos direitos humanos, mas também no que diz respeito à própria prisão, tanto por Marx não adentrar especificamente sobre, como também por uma continuidade de escolas teóricas consideradas mais “adequadas” ao tema que são, por sua vez, também consideradas “concorrentes” ao marxismo e ao próprio Marx.

Metodologia

Importante salientar, que, tal reflexão foi desenvolvida por mim a partir de um diálogo direto não apenas com a pesquisa descrita, mas também com a disciplina “Teoria do reconhecimento e direitos humanos”, ministrada pelo professor Alípio de Sousa Filho e da professora Andressa Lídiccy Moraes Lima. Nessa disciplina, foi-me apresentada a discussão do reconhecimento por autores clássicos do tema como Hegel e Honneth, a quem tento fazer um diálogo com Marx em tal perspectiva. No entanto, as falhas e os hiatos teóricos deste escrito são de minha responsabilidade. Considerável referenciar, também, que o título acima é uma explícita referência ao texto ““Na e pela história.” Reflexões acerca de Sobre a questão judaica” de Daniel Bensaïd, inserida na edição de Sobre a questão Judaica da Boitempo, a qual utilizo durante todo o resto do trabalho.

Assim, o presente trabalho terá, daqui em diante, um caráter ensaístico, cujo objetivo será traçar uma possível contribuição marxiana para o tema dos direitos humanos e das prisões. Para tal, utilizo majoritariamente uma obra específica da vasta bibliografia escrita pelo autor: Sobre a questão Judaica, por a considerar pouco trabalhada sobre o tal assunto entre os outros próprios escritos de Marx (é claro que o próprio irá tocar no tema do estado em outros textos, como no seus escritos jornalísticos sobre a jurisdição do roubo de madeira e no próprio Capital e na Crítica da filosofia do direito de Hegel (além de que Engels irá trazer uma excelente elucubração no O socialismo jurídico) e que há uma vasta crítica marxista ao estado atrelado à crítica do direito por outros diversos autores como Pachukanis, Mészáros e Alysson Leandro Mascaro. Todavia, por limitação de tempo, de espaço textual e de intelectualidade não abordarei aqui.

Tal trabalho traça um curto período temporal da vida do próprio Marx (1843), sendo um texto do denominado “jovem Marx” que demonstra uma mudança política significativa do autor que é a conhecida passagem da social democracia para o socialismo (de antemão, é de conhecimento geral que há um debate considerável acerca da metodologia interpretativa da obra de Marx. Althusser, por exemplo, considera que há uma ruptura entre o Jovem Marx e o Marx maduro, Lukács, por sua vez, pensa que há uma progressão contínua na obra marxiana, já o conterrâneo nacional José Chasin possui outras considerações também distintas e igualmente válidas sobre. Tal discussão é importantíssima para traçar um delineamento correto e sério da bibliografia do autor que não me deterei aqui, mas aconselho ao leitor conhecer). O autor, então, ainda não se debruça sobre seu objeto de estudo mais conhecido (economia política), mas já estabelece categorias epistemológicas importantes que irão percorrer daqui em diante.

Com isso em mente, na primeira seção do texto faço um breve resumo da obra, logo em seguida estabeleço por quais motivos considero as discussões de Marx nesses escritos importantes para pensar os direitos humanos estabelecendo conexões com o debate de Honneth e Hegel acerca desses temas. Por fim, nas conclusões, faço também uma possível agenda de pesquisa para quem desejar expandir o debate desse modestíssimo trabalho.

Resultados e Discussões

A emancipação humana em Sobre a questão judaica

Apesar de ser um texto pouco lido quando comparado a outros clássicos de Marx como A ideologia alemã, Manuscritos econômicos filosóficos, O manifesto e a Crítica ao programa de Gotha; Sobre a questão judaica prepara terreno para o que começaria a ser a transição do Marx da social-democracia para a radicalidade ao trabalhar a complexidade da problemática judaica. Uma evidência disso é o famoso prefácio à contribuição crítica da economia política que citarei melhor adiante.

Dessa maneira, o texto (Sobre a questão Judaica) é construído como uma resposta direta ao texto de Bauer Die judenfrage. Em linhas gerais, de acordo com Marx, Bauer irá afirmar que os Judeus apenas irão se emancipar, num estado cristão, abdicando de seu próprio judaísmo. Dessa forma, essa complexa questão irá já martelar em Marx algumas categorias que serão tratadas futuramente como a questão da dominação ao trabalhar a religião dominante no estado cristão, o poder político como forma de organização abstrata da política (tratado mais na crítica a Hegel) e, esticando a corda, na totalidade histórica do ser social (tratarei mais adiante essa questão específica).

Tendo isso em vista, como os judeus serão emancipados num estado de constituição cristã? Ora, emancipando e/ou deslocando a figura do próprio estado da religião, na qual, para Bauer, se constitui como um desenvolvimento civilizatório, segue Marx resumindo Bauer:

“A forma mais cristalizada do antagonismo entre o judeu e o cristão é o antagonismo religioso. Como se resolve um antagonismo? Tornando-o impossível. Como se faz para tornar impossível um antagonismo religioso? Superando a religião. Assim que judeu e cristão passarem a reconhecer suas respectivas religiões tão somente como estágios distintos do desenvolvimento do espírito humano, como diferentes peles de cobra descartadas pela história, e reconhecerem o homem como a cobra que nelas trocou de pele, eles não se encontrarão mais em

uma relação religiosa, mas apenas em uma relação crítica, científica, uma relação humana. A ciência constitui então sua unidade. Todavia, na ciência, os antagonismos se resolvem por meio da própria ciência.” (Pág. 34 / Sobre a questão judaica)

Logo, a centralidade da crítica de Marx se dará no movimento da caracterização da emancipação como emancipação política e suas confusão e contratantes com a emancipação humana geral:

“{...} diante disso, vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o “Estado cristão”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, em consequência, de impor condições que só se explicam a partir da confusão a crítica da emancipação política com a emancipação humana geral. Em vista da pergunta de Bauer aos judeus: “Tendes, a partir do vosso ponto de vista, o direito de almejar a emancipação política?”, nós perguntamos em contrapartida: o ponto de vista da emancipação política tem o direito de exigir dos judeus a supressão do judaísmo e do homem de modo geral a supressão da religião?” (Pág. 36-37 / Sobre a questão judaica)

Com isso, Marx concentra a crítica em Bauer pela não visualização de sua crítica ao modelo político iminente: “a crítica a essa relação deixa de comportar-se reologicamente para com a religião, no momento em que ele se comporta como Estado, isto é, politicamente, para com a religião.” (Pág 37) . Assim:

“Não transformamos as questões mundanas em questões teológicas. Transformamos as questões teológicas em questões mundanas. Tendo a história sido, por tempo suficiente, dissolvida em superstição, passamos agora a dissolver a superstição em história. A questão da relação entre emancipação política e religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana. Criticamos a debilidade religiosa do Estado político ao criticar o Estado político em sua construção secular, independentemente de sua debilidade religiosa. Humanizamos a contradição entre o Estado e uma determinada religião, como, p. ex., o judaísmo, em termos de contradição entre o Estado e determinados elementos seculares, em termos de contradição entre o Estado e a religião de modo geral, em termos de contradição entre o Estado e seus pressupostos gerais.” (Pág. 38 - Sobre a questão judaica)

Aqui surge o velho problema do particular-universal e da institucionalização-normalidade. O Judeu apenas se emancipa do estado não o transformando num estado Judeu, mas na emancipação do estado para com a religião, e o próprio estado apenas se emancipa da religião, emancipando-se da religião do próprio estado (“quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado”). Num olhar atento, pode-se afirmar que Marx estaria muito Hegeliano ao firmar o estado como um ente em si só e possuindo sua própria lógica abastado de seu meio, mas, na página seguinte, afirma:

“Porém, o comportamento do Estado, principalmente do Estado livre, para com a religião nada mais é do que o comportamento das pessoas que compõem o Estado para com a religião. Disso decorre que o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do meio chamado Estado, ou seja, ele se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira abstrata e limitada, ou seja, de maneira parcial.” (Pág. 39 - Sobre a questão judaica)

Com isso, para Marx, a emancipação política se constitui na sociedade de duas formas: A de “membro da sociedade burguesa” e a “cidadão, a pessoa moral”.

Marx e Honneth - Uma possível relação?

Uma possível dimensão a ser trabalhada nesse texto é a breve questão ontológica em relação ao estado. Ora, uma das críticas de Marx a Bauer é que, para o segundo autor, os judeus precisavam abdicar do seu judaísmo para pertencer ao estado cristão, vimos que essa concepção é de cabo a rabo criticada por Marx, primeiro por que em Bauer há implícita uma concepção estática dos Judeus que é descartada “O judaísmo não conservou apesar da história, e sim através da história” (Pág. 57), “O judeu já se emancipou à maneira judaica” (Pág 56). Além disso, se, de alguma maneira, tal definição de Bauer fosse correta, o judeu teria de, alguma forma, abdicar-se de si mesmo para possuir direitos, tendo em vista que sua religião não é um membro que pode ser descolado de si, mas uma parte fundamental do entendimento subjetivo de si próprio.

Aqui já há uma possível, apesar de ousada e tendo que ser realizada de maneira extremamente cuidadosa, aproximação com Honneth, tendo em vista que Honneth irá dizer sobre o alemão que:

“Marx, que teve à disposição a Fenomenologia do espírito, mas não a Realphilosophie de Jena, retoma nos Manuscritos parisienses a idéia da luta por reconhecimento somente na versão estreita que havia assumido na dialética do senhor e o escravo; com isso, porém, ele sucumbiu, já no começo de sua obra, a tendência problemática de reduzir o espectro das exigências do reconhecimento a dimensão da auto-realização no trabalho.” (Pág 230 - Luta por reconhecimento)

Honneth passará o resto dos parágrafos seguintes se distanciando ainda mais de Marx e desenvolvendo esse parágrafo citado, em que irá dizer, em suma, que Marx centraliza as lutas sociais pela questão do trabalho, subtraindo, inclusive, o “espectro moral” (Pág. 234) das lutas. É uma discussão que não abordarei aqui pois acredito que não seja o objetivo deste trabalho, mas reafirmo a importância de tal.

Apesar disso, ao interpretamos a questão da subjetividade nesse texto específico como uma contradição de Marx encontrada na crítica a Bauer, a possibilidade de aproximação, então, na esfera das relações intersubjetivas de reconhecimento, aproximando-se aqui com Hegel e com Honneth na esfera do direito e da solidariedade:

“Para o direito, Hegel e Mead perceberam uma semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um "outro generalizado", que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões.” (Pág 179 / Luta por reconhecimento)

Caso ainda não tenha ficado explícito a relação, vejamos uma citação cristalina de Marx:

“A liberdade equivale, portanto, ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem. O limite dentro do qual cada um pode mover-se de modo a não prejudicar o outro é determinado pela lei do mesmo modo que o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca. Trata-se da liberdade do homem como mônada isolada recolhida dentro de si mesma.” (Pág 49 / Sobre a questão judaica)

Há uma teoria dos direitos em Marx?

Um bom início a essa discussão é revisitar o prefácio falado anteriormente de Marx:

“Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se, ao contrário, nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século xviii, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.” (Pág 34-35 / Prefácio à Contribuição à crítica da economia política)

Dessa maneira, a questão dos direitos em sobre a questão Judaica toma forma subjacente do homem egoísta da sociedade burguesa. Numa outra possível leitura, onde em Honneth a última esfera do reconhecimento é a da solidariedade, em Marx, no contexto da sociedade capitalista, é o egoísmo:

“Portanto, nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade. Muito longe de conceberem o homem como um ente genérico, esses direitos deixam transparecer a vida do gênero, a sociedade, antes como uma moldura exterior ao indivíduo, como limitação de sua autonomia original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a conservação de sua propriedade e de sua pessoa egoísta.” (Pág 50 / Sobre a questão judaica)

Mas como isso se dá na práxis?

“ {...}o direito humano à liberdade deixa de ser um direito assim que entra em conflito com a vida política, ao passo que pela teoria a vida política é tão somente a garantia dos direitos humanos, dos direitos do homem individual e, portanto, deve ser abandonada assim que começa a entrar em contradição com os seus fins, com esses direitos humanos. Porém, a práxis é apenas a exceção, a teoria é a regra.” (Pág 51 / Sobre a questão judaica)

Dessa limitação conceitual de Marx, o ápice de sua concepção crítica dos direitos do/pelo estado político imerso na sociedade capitalista se concentra nesse parágrafo:

“Consequentemente o homem não foi libertado da religião. Ele ganhou a liberdade de religião. Ele não foi libertado da propriedade. Ele ganhou a liberdade de propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo do comércio. Ele ganhou a liberdade de comércio.” (Pág. 53 / Sobre a questão judaica)

Com tudo isso em mente, podemos, em alguma medida, de forma novamente cuidadosa, afirmar que os direitos humanos em Marx constituem um primeiro objeto de uma certa protoforma de um esboço do materialismo histórico dialético. Aqui, as questões de particular-universal, individual-coletivo, história-presente e afins já estão claramente iniciadas e sua passagem para o socialismo está também anunciada ao compreender que os problemas estruturais da sociedade capitalista não podem ser resolvidos pela conjuntura estatal que os mantêm.

Relação com o sistema prisional

Como já dito anteriormente, o sistema prisional se constitui como um objeto de estudo com múltiplas facetas de discussão, não há como discutir prisão na modernidade sem discutir criminologia, direito, história da violência, direitos humanos e outros tantos atravessamentos. Tendo em vista que o projeto de pesquisa no qual componho tem por objetivo entender o sistema prisional como uma perspectiva crítica e procurando entender não só a existência das violências nas prisões mas também suas diversas formas de se acionar perante aquele cotidiano, tais apontamentos servem, então:

1. Para uma fundamentação da problematização de um estudo crítico dos direitos (para quem serve o direito tal qual como está colocado?) e dos direitos humanos no sistema prisional;
2. Para a compreensão da seletividade prisional por um viés de histórico marcado por uma dualidade de raça-classe;
3. Para o entendimento da Violência como instrumento ideológico do estado inconstitucional das coisas (concepção crítica);

4. Para uma aproximação a partir do punitivismo como um fenômeno estrutural pseudocientífico com Wacquant.

Conclusão

Neste trabalho, além de retomar e atualizar o leitor da fase atual do projeto de pesquisa violência nas prisões, tentei também realizar uma modesta e breve contribuição ao debate das prisões a partir da crítica ao estado e ao direito por um texto menos conhecido da obra marxiana, no qual considero uma boa direção para um novo olhar não só por uma discussão amplamente trabalhada por marxistas como Pachukanis e o próprio Mészáros, mas indo até mais além como na criminologia crítica. Ademais, busquei estabelecer brevemente uma possível relação positiva com Honneth e estabeleci algumas conexões mais diretas a serem desenvolvidas a posteriori.

Para uma ampliação desse pequeno texto e seguindo uma linha metodológica estabelecida aqui que é o Jovem Marx, recomendo o manuscrito Crítica da filosofia do direito de Hegel , Crítica da filosofia de direito de Hegel - introdução, A sagrada família e os despossuídos. Para um trabalho em Engels, Sobre a questão da moradia é um texto importantíssimo, além do já citado socialismo jurídico e Esboço para uma crítica da economia política.

Referências

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais / Axel Honneth; tradução de Luiz Repa. - São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p.

MARX, Karl. 1818-1883 Sobre a questão judaica / Karl Marx ; apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélío Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. - São Paulo : Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição crítica da economia política. In: Essencial sociologia / organização e introdução de André Botelho. — 1a ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

DE SOUSA FILHO, Alipio. Pelo fim das prisões: manifesto pelo fim das penas de encarceramento. Natal, RN: Editora Caule de Papiro, 2024.

MONTEIRO, F.M e CARDOSO, R.G. A seletividade do sistema prisional. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2013, p. 93-117.

SILVA LIMA, Erika Cordeiro. O estado de coisas inconstitucional do Sistema prisional brasileiro. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SOARES, Pedro Lúcio Lima. Autoritarismo e violência nas prisões na região metropolitana de Natal. Natal: XXXV Congresso de iniciação científica e tecnológica da UFRN - CICT - 2024.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CÓDIGO: HS1141

AUTOR: EMILLY VITORIA FREITAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: NARRATIVAS E EXPRESSÕES CULTURAIS NAS OCUPAÇÕES URBANAS EM NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

Esta pesquisa investiga as formas de produção simbólica e cultural nas ocupações urbanas da cidade de Natal/RN, entre 2016 e 2024, com ênfase em atividades cotidianas que expressam resistência e afirmam o pertencimento. Inicialmente, o estudo visava analisar práticas culturais estruturadas; contudo, entrevistas com militantes e moradores revelaram a predominância de ações espontâneas e simbólicas, frequentemente associadas a celebrações, ao cuidado coletivo do espaço e ao cotidiano das ocupações. Esses elementos, longe de serem secundários, evidenciam estratégias de resistência e reafirmam o direito à vida e à moradia, tensionando os limites tradicionais do conceito de cultura formalizada. A pesquisa adota abordagem qualitativa com recorte etnográfico em duas ocupações específicas, articulando a compreensão do espaço urbano como produto social em disputa (LEFEBVRE, 2001) e incorporando contribuições de Caldeira (2000), Harvey (2014), Certeau (1994) e Magnani (2012), interpretando tais práticas como táticas de apropriação criativa do território e de construção de identidades coletivas.

Palavras-chave: ocupações urbanas; cultura cotidiana; resistência; cidades

TITLE: NARRATIVES AND CULTURAL EXPRESSIONS IN URBAN OCCUPATIONS IN NATAL/RN (2016–2024)

Abstract

This research investigates the forms of symbolic and cultural production in urban occupations in the city of Natal/RN, between 2016 and 2024, with an emphasis on everyday activities that express resistance and affirm a sense of belonging. Initially, the study aimed to analyze structured cultural practices; however, interviews with activists and residents revealed a predominance of spontaneous and symbolic actions, often associated with celebrations, collective care of the space, and the daily life of the occupations. These elements, far from being secondary, highlight strategies of resistance and reaffirm the right to life and housing, challenging the traditional boundaries of the concept of formalized culture. The research adopts a qualitative approach with an ethnographic focus on two specific occupations, articulating the understanding of urban space as a socially contested product (LEFEBVRE, 2001) and incorporating contributions from Caldeira (2000), Harvey (2014), Certeau (1994), and Magnani (2012), interpreting these practices as tactics of creative territorial appropriation and collective identity building.

Keywords: urban occupations; everyday culture; resistance; belonging; cities

Introdução

A urbanização brasileira, desde o início do século XX, caracteriza-se por uma tensão estrutural entre a expansão das cidades, impulsionada pela mercantilização do solo urbano, e as estratégias populares voltadas a assegurar moradia digna. Essa contradição aprofunda-se com a ascensão do neoliberalismo, período em que a cidade passa a ser cada vez mais tratada como mercadoria, submetida à lógica da valorização imobiliária e da especulação (HARVEY, 2014).

Nesse cenário, populações de baixa renda são deslocadas para áreas periféricas ou recorrem à ocupação de terrenos como estratégia de sobrevivência. Em Natal/RN, essas tensões manifestam-se na presença de ocupações urbanas, que emergem como respostas coletivas à ausência de políticas habitacionais efetivas e à reprodução das desigualdades socioespaciais. Conforme Teresa Caldeira (2000) analisou em São Paulo, a segregação urbana se materializa não apenas em barreiras físicas, mas também em barreiras simbólicas, processo que dialoga com a realidade de Natal.

Compreender as ocupações exige, portanto, olhar para além da precariedade material, investigando as formas de resistência e produção simbólica que emergem nesses espaços. A pesquisa parte de uma perspectiva crítica para analisar como moradores e militantes das ocupações em Natal/RN constroem narrativas, práticas culturais e redes de solidariedade, afirmando o direito à cidade e ressignificando territórios historicamente marginalizados.

Esses territórios, embora marcados pela precariedade, configuram-se como espaços de produção simbólica. O conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre (2001) é central, pois ultrapassa o simples acesso à moradia, incluindo a participação ativa dos habitantes na produção e apropriação do espaço urbano. Sua perspectiva critica as dinâmicas capitalistas que segregam a cidade e oferece um referencial essencial para compreender como as ocupações criam novas territorialidades.

Michel de Certeau (1994) e José Guilherme Magnani (2012) oferecem ferramentas para interpretar as práticas culturais cotidianas como táticas de resistência frente às estratégias de dominação. Para Certeau, tais táticas emergem do cotidiano e subvertem normas institucionalizadas. Assim, atividades como festas comunitárias, rodas de conversa ou grafites podem ser lidas como instrumentos de reapropriação simbólica do espaço, que articulam solidariedade e pertencimento. A vida nas ocupações transcende a mera precariedade, constituindo-se em arenas de produção cultural e invenção social.

O recorte temporal da pesquisa (2016-2024) abrange os mandatos da Prefeitura de Natal sob Carlos Eduardo Alves (PSD) e Álvaro Dias (Republicanos), permitindo analisar como diferentes gestões lidaram com as políticas de habitação. A mudança de gestão não implicou avanços substanciais, reforçando a necessidade de compreender a cultura como recurso político e simbólico frente à omissão do Estado.

As entrevistas com militantes do MLB, MLMP e moradores revelaram a predominância de manifestações espontâneas, enraizadas no cotidiano e na manutenção coletiva do espaço. Longe de serem secundárias, essas práticas funcionam como mecanismos de coesão social, produção identitária e resistência simbólica, contrariando narrativas que associam as

periferias apenas à precariedade ou ilegalidade. A pesquisa justifica-se ao problematizar a invisibilidade dessas dimensões no debate urbano, demonstrando que as ocupações não apenas resistem materialmente, mas produzem sentidos e legitimidade. A análise dessas práticas revela o caráter estratégico da cultura como elemento central na luta pelo direito à cidade.

Metodologia

Esta pesquisa de Iniciação Científica integra o projeto “Moradia e Cidadania: análise dos movimentos de luta por habitação no município de Natal/RN (2016–2024)”, que investiga processos de mobilização popular em torno da moradia digna, enfocando organização coletiva, resistência simbólica e apropriação territorial nas ocupações urbanas da cidade.

Adota-se uma abordagem qualitativa, centrada na análise de narrativas e discursos de militantes e dirigentes dos movimentos sociais de moradia em Natal. A pesquisa se ancora na tradição da etnografia urbana, com ênfase na dimensão discursiva, tratando as falas dos entrevistados como expressões simbólicas, políticas e culturais. A fundamentação teórica considera a cidade como espaço social em disputa, atravessado por relações de poder, práticas de resistência e produção de identidades coletivas (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2005; CALDEIRA, 2000; CERTEAU, 1994; SANTOS, 1997; MAGNANI, 2012).

O recorte temporal (2016–2024) possibilita analisar como as gestões municipais lidaram com as demandas habitacionais e culturais, evidenciando a persistência de lacunas nas políticas públicas e a importância da cultura como mecanismo de resistência e afirmação social.

Objetivo geral:

Investigar como as expressões culturais e narrativas presentes nas ocupações urbanas de Natal/RN, entre 2016 e 2024, constituem formas de resistência e produção de identidades coletivas, analisando práticas cotidianas, simbólicas e solidárias que ressignificam o espaço urbano.

Objetivos específicos:

- a) Examinar práticas culturais espontâneas e coletivas, como mutirões, festas comunitárias, assembleias, brincadeiras e rodas de conversa, compreendendo seus significados sociais e políticos.
- b) Analisar como as narrativas orais e visuais expressam resistência, pertencimento e reivindicação de direitos;
- c) Discutir a relação entre essas práticas e a ausência ou insuficiência de políticas públicas de habitação e cultura durante as gestões municipais de 2016 a 2024.

A pesquisa concentrou-se em duas experiências:

A Ocupação Valdete Guerra, organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), referência na mobilização política por moradia em Natal;

O Conjunto Habitacional Leningrado, situado na Zona Oeste, frequentemente associado às dinâmicas de exclusão e estigmatização urbana, mas também marcado por fortes expressões culturais cotidianas.

O percurso metodológico foi organizado em três etapas principais:

a) Revisão bibliográfica

Leitura e fichamento de autores centrais sobre produção do espaço, urbanização desigual e práticas culturais em territórios populares, como Henri Lefebvre (2001), Teresa Caldeira (2000), David Harvey (2005), Michel de Certeau (1994), José Guilherme Magnani (2012) e Milton Santos (1997).

b) Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas com militantes e dirigentes dos movimentos de luta por moradia (MLB e MLMP), no âmbito das atividades do PET. As entrevistas buscaram explorar a trajetória das ocupações, as práticas culturais, os sentidos atribuídos ao espaço urbano e a percepção sobre políticas públicas.

c) Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir de análise temática, com foco nos seguintes eixos:

Cultura como forma de resistência;

Narrativas de identidade e pertencimento;

Percepções sobre Estado e políticas públicas de moradia.

Além das entrevistas, também foram mobilizadas fontes secundárias, como reportagens e documentos dos movimentos, para complementar a análise e contextualizar empiricamente as falas dos entrevistados.

Resultados e Discussões

A análise das entrevistas realizadas com dirigentes de dois movimentos sociais de moradia em Natal/RN, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), responsável pela Ocupação Valdete Guerra, e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), articulador de diferentes experiências de ocupação na cidade, revela tanto as convergências quanto às diferenças nas formas de resistência urbana e de organização comunitária. Tais experiências se inscrevem na dinâmica mais ampla da luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, ambos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, mas constantemente negados no cotidiano das populações periféricas.

1. Ocupação Valdete Guerra (MLB): identidade, cultura e resistência

A Ocupação Valdete Guerra, organizada pelo MLB em 2017, constitui-se como um espaço de resistência material e simbólica à exclusão habitacional e urbana em Natal. Nomeada em homenagem a uma militante histórica da luta por moradia, a ocupação mobiliza a memória e a identidade coletiva como estratégias políticas, ressignificando a presença dos moradores no território (Entrevista concedida por dirigente do MLB na Ocupação Valdete Guerra, Natal/RN, 2024).

Entre as práticas relatadas, destacam-se as assembleias comunitárias, que desempenham dupla função: são instrumentos de decisão política, mas também espaços de construção simbólica, onde os moradores reafirmam o pertencimento à coletividade. Além disso, eventos religiosos, festas populares e mutirões coletivos de manutenção do espaço traduzem a centralidade da cultura como prática de resistência. Como observa Certeau (1994), os usos cotidianos do espaço revelam táticas criativas de sobrevivência e de subversão frente às estruturas de poder, o que se confirma na experiência do MLB.

O estigma da “invasão” é enfrentado por meio da valorização cultural e da afirmação da identidade coletiva, na medida em que os moradores recusam a marginalização e reivindicam o direito à cidade. Essa disputa simbólica pode ser lida em diálogo com Caldeira (2000), que demonstra como os muros e as fronteiras da cidade segregada criam barreiras físicas e morais. Na Ocupação Valdete Guerra, a cultura aparece como meio de atravessar tais fronteiras, conferindo sentido e legitimidade à presença dos moradores.

2. Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP): organização, estratégia e autogestão

A entrevista com Wellington, dirigente do MLMP, revela outra dimensão da luta pela moradia: a ênfase na organização política, jurídica e comunitária das ocupações (Entrevista concedida por Wellington, dirigente do MLMP, Natal/RN, 2024). O ponto de partida de sua exposição é a crítica à ilusão de que o direito à moradia está assegurado no Brasil: para ele, trata-se de uma “perspectiva” ainda não efetivada, como evidencia o déficit habitacional de mais de 58 mil famílias apenas em Natal.

Nessa perspectiva, o MLMP fundamenta sua atuação no princípio da função social da propriedade, previsto na Constituição e no Estatuto da Cidade. Lefebvre (2001) contribui para a compreensão dessa luta ao afirmar que o espaço urbano é produto social, resultado de relações de poder e de disputas entre racionalidades. O MLMP, ao mapear terrenos ociosos e organizar ocupações planejadas, atua na materialização dessa disputa, desafiando o modelo excludente de produção da cidade.

Um dos pontos mais relevantes da fala de Wellington é a distinção entre ocupação e invasão. Enquanto a primeira é ação planejada, coletiva e estratégica, a segunda designa, segundo ele, práticas espontâneas e desorganizadas. Essa diferença não é apenas semântica: trata-se de uma disputa de narrativas. A mídia e o poder público criminalizam as ocupações ao rotulá-las como invasões, reforçando a marginalização social. Caldeira (2000) ajuda a interpretar essa dinâmica ao destacar a violência simbólica que acompanha a segregação urbana.

No cotidiano das ocupações organizadas pelo MLMP, a vida comunitária é sustentada por práticas de autogestão: divisão de lotes, cozinhas e creches comunitárias, regras de convivência contra violência, álcool e drogas, bem como formas de infraestrutura construídas coletivamente, como a instalação de energia elétrica e fossas sanitárias improvisadas. Esse modo de organização reafirma o caráter político da ocupação, que não se reduz à demanda por habitação, mas envolve a construção de uma comunidade pautada na solidariedade. Tal como afirma Magnani (2012), as práticas e circuitos culturais urbanos reforçam o pertencimento e a coesão social.

Do ponto de vista da relação com o Estado, o MLMP adota uma postura estratégica de negociação. Com terrenos públicos, dialoga diretamente com o ente federativo responsável; em terrenos privados, espera a decisão judicial de reintegração para convocar o poder público e mediar soluções habitacionais. Esse aspecto pode ser lido à luz de Harvey (2005), para

quem o direito à cidade é, sobretudo, o direito de transformar coletivamente o espaço urbano, mesmo em confronto com as instituições.

Por fim, a fala de Wellington evidencia o protagonismo das mulheres no movimento: a maioria das lideranças e participantes é feminina, o que reforça o caráter interseccional da luta. Ao mesmo tempo, o movimento enfrenta desafios de continuidade após a conquista da moradia, quando muitas famílias tendem a se desmobilizar.

3. Entre Valdete Guerra e MLMP: convergências e contrastes

A análise comparativa revela que, embora ambos os movimentos compartilhem o mesmo horizonte, o direito à moradia e à cidade, eles se diferenciam nas formas de atuação. O MLB, por meio da Ocupação Valdete Guerra, evidencia a centralidade da cultura e da identidade como práticas de resistência simbólica e comunitária. Já o MLMP, conforme expresso por Wellington, privilegia a dimensão organizativa, jurídica e estratégica, articulando autogestão, negociação institucional e construção de alternativas habitacionais formais.

Essas abordagens não se excluem, mas se complementam, evidenciando estratégias distintas e convergentes de luta pelo direito à cidade. Enquanto o MLB mobiliza narrativas culturais e coletivas como meio de legitimar a ocupação perante a sociedade, o MLMP organiza juridicamente e politicamente a luta, buscando garantir que a função social da propriedade seja respeitada. Em ambos os casos, as práticas cotidianas revelam o que Certeau (1994) chama de “táticas”: modos criativos e coletivos de resistir ao abandono e à exclusão.

4. Síntese da discussão

As ocupações urbanas em Natal, seja a Valdete Guerra organizada pelo MLB, seja as ações do MLMP, evidenciam que a luta por moradia transcende a reivindicação de casas e terrenos: trata-se de um movimento político, cultural e simbólico de afirmação de dignidade e de cidadania. Como afirma Lefebvre (2001), o direito à cidade não é apenas o direito de acessar o espaço urbano, mas de transformá-lo. É nesse sentido que as práticas culturais, a autogestão comunitária e a mobilização política se encontram como dimensões inseparáveis da luta.

Conclusão

A análise das ocupações urbanas em Natal/RN entre 2016 e 2024 evidencia como a luta por moradia articula dimensões políticas, sociais e culturais no cotidiano das comunidades. Entrevistas com dirigentes do MLB e do MLMP, assim como o exemplo etnográfico do conjunto Leningrado, mostram que a moradia vai além de um bem material, constituindo-se em espaço simbólico de resistência, identidade e pertencimento. Na Ocupação Valdete Guerra, práticas culturais como assembleias, mutirões, festas e atividades religiosas reforçam laços de solidariedade e produzem sentidos coletivos, demonstrando, à luz de Certeau (1994), como o cotidiano se converte em espaço de invenção política.

No MLMP, práticas como cozinhas coletivas, divisão equitativa dos lotes, centralidade das mulheres na liderança e regras de convivência indicam que a luta por moradia também é prática pedagógica de solidariedade, rompendo com lógicas individualistas e instituindo modos de vida que desafiam a ordem urbana excludente. Já no Leningrado, a cena das crianças brincando em meio à ausência de políticas públicas sintetiza a contradição entre

carência material e vitalidade cultural, evidenciando, conforme Santos (1997), que o espaço urbano é constantemente reinventado pelas práticas sociais que nele se inscrevem.

Com base nessas experiências, a luta por moradia em Natal se revela como reivindicação do direito à cidade (Lefebvre, 2001), incluindo a produção de cultura, memória e identidade. A dimensão cultural não é secundária, mas eixo central de resistência: legitima a ocupação, mobiliza moradores, subverte estigmas e reconfigura simbolicamente o espaço urbano. As ocupações funcionam como espaços culturais e políticos, onde práticas coletivas e narrativas de pertencimento reafirmam a dignidade frente à mercantilização do espaço urbano e às políticas públicas insuficientes. Ao inscreverem novas narrativas no território, os moradores transformam a ocupação em trincheira política e cultural, questionando a quem pertence a cidade e apontando para futuros possíveis em que a vida prevaleça sobre a lógica do lucro.

Referências

CALDEIRA, Teresa P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 37-56.

CÓDIGO: HS1158

AUTOR: DIOLINDO RIBEIRO DE FARIAS NETO

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Sobre a categoria espaço nas ciências sociais: Uma revisão de literatura

Resumo

A partir dos fenômenos gerados pelo acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação, informatização e globalização no século XXI, em especial aqueles que problematizam noções de espaço e distância, o presente texto tem como objetivo discutir o espaço como categoria analítica nas ciências sociais. Impulsionado pela chamada Virada espacial, nas últimas décadas, autores vêm destacando o peso da categoria do espaço como necessária a satisfatória análise de fenômenos sociais. A partir das considerações das obras de Edward Soja e Martina Löw, serão discutidas as contribuições diretas e/ou indiretas de clássicos e contemporâneos centrados na Teoria Social, tais como Georg Simmel e Michel Foucault.

Palavras-chave: Espaço. Viradas. Ciências Sociais. Teoria Social.

TITLE: On the category of space in the social sciences: A literature review

Abstract

Based on the questions raised by the accelerated development of communication media, computerization, and globalization in the 21st century, especially those that problematize notions of space and distance, this text aims to discuss space as an analytical category in the social sciences. Driven by the so-called Spatial Turn, in recent decades, the authors have highlighted the importance of the category of space as a necessity for satisfying the analysis of social characteristics. Based on the considerations of Edward Soja and Martina Löw, direct and indirect collaborators of this classical and contemporary movement centered on Social Theory, such as Georg Simmel and Michel Foucault, will be considered.

Keywords: Space. Turns. Social Sciences. Social Theory.

Introdução

O acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação, informatização e globalização no século XXI tem tornado a ideia de fronteiras físicas e culturais cada vez mais ociosas, não só no senso comum mas no âmbito da própria ciência social, impulsionando hipóteses que colocaram em cheque a necessidade de uma identidade nacional ou mesmo estado-nação. Não obstante, diferentes autores têm chamado atenção para a fragmentação da identidade cultural, desvinculação dos sujeitos do próprio espaço vivido (Hall, 2000; Sennett, 2003), bem como a necessidade de novas interpretações das ideias de proximidades e distâncias

físicas (Löw, 2013). Frente a tais problemáticas, destacam-se os chamados Turns [Viradas], que atuam não apenas na esfera epistêmica, ou seja, desestabilizando os métodos de pesquisa, mas também ontológica - pressuposto responsáveis por dar sentido e significado àquilo que existe. Essas incursões teóricas, muitas vezes disruptivas, constituem ainda uma agenda atual de pesquisa que se insere também a teoria social (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016, p. 22). Posto isso, localizamos um destes movimentos metateóricos do qual tem retomado um conceito que se não o era antes, principalmente no pós-guerra, tem sido cada vez mais problematizado: o espaço (Bachmann-Medick, 2016, p. 211-227), e consequentemente as problemáticas pontuadas inicialmente.

O chamado Spatial Turn [Virada Espacial] traz a categoria espaço para o centro do debate como um dos alicerces fundamentais no entendimento de fenômenos sociais. Se escolas ou linhas filosóficas partem de categorias já bastantes célebres - classe, gênero, raça, ação -, esta por possua vez postula que a “[...] a mudança social não pode ser explicada satisfatoriamente sem uma reconceituação das categorias relativas à componente espacial da vida social [...]” (Löw, 2013, p.17). Além disso, parte do trabalho dessa empreitada teórica é de trazer a tona como tal unidade de análise já havida sido utilizada ou pelo menos coloca em primeiro plano por autores/as da chamada geografia marxista, David Harvey e Henri Lefebvre; sociologia por Anthony Giddens e as teorias da ação; e mesmo Filosofia através de Michel Foucault, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Edmund Husserl (Bachmann-Medick, 2016; Löw, 2013; Soja, 1993). Tão diverso quanto suas entradas seriam também sua definição, seja na tradição marxista que atenta o fato de que “o espaço precisa ser compreendido como produto social ou atividade de criação[...]” (Löw, 2013, p.20), nas propostas alicerçadas na teoria da ação giddesiana em que a espacialidade seria uma espécie de plano de fundo na localização da ação (Löw, 2013, p.23), ou ainda uma entrada no plano cognoscível/ontológico: “não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo”, sendo necessário pensar em uma conjugação de espaços físicos, sociais e cognoscíveis (Soja, 1993, p. 131). Com isso, tais autores visam trazer para a cena da teoria social a importância e a necessidade da categoria espaço como condição basilar para a explicação satisfatória de fenômenos sociais modernos, e ainda na construção de uma teoria “verdadeiramente” crítica (Soja, 1993).

Colocado estes panorama, o presente trabalho pretende realizar uma revisão de literatura a fim de evidenciar como essa categoria e o um pensamento “espacializado” tem sido utilizado por diversos autores das ciências sociais e humanidades. Embora o foco seja as áreas do conhecimento citadas, tal conceito é compartilhado com outras ciências, em especial a geografia, e por isso será utilizado a obra Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica (1993) do geógrafo Edward William Soja como uma das principais referências, bem como o texto O spatial turn: para uma sociologia do espaço (2013) da socióloga alemã Martina Löw.

Metodologia

Ainda sobre a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como uma “atualização sistemática” que procura integrar os meios analíticos da “história dos conceitos” (Koselleck, 2020), do método de “reconstrução teórica” (Habermas, 1983; Honneth, 2003; 2018) e da metateorização (Ritzer, 2010). Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020, p. 29-30; 107-108), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados

conceitos. Já a “reconstrução teórica”, segundo definição de Habermas (1983, p. 11), significa que “uma teoria é desmontada e recomposta de modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou: esse é o modo normal [...] de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar.”. De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio Habermas em *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus* [1976] (1983) e também em Axel Honneth nas suas obras *Kampf um Anerkennung* [1992] (2003) e *Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie* [2006] (2018). A própria reconstrução teórica empregada em nossa investigação se inspira e segue de perto mais ou menos os mesmos passos sequenciais e analíticos adotados por Honneth (2018), a saber: 1) revisão conceitual; e 2) atualização sistemática a partir de aportes teóricos contemporâneos. Assim, pretendemos nos debruçar sobre as obras de Milton Santos centrado nas categorias espaço e território, Luta por reconhecimento : a gramática moral dos conflitos sociais de Axel Honneth e o aporte teórico da sociologia do espaço de Martina Löw , sob a ótica de afetos e espaço, buscando a forma de tratamento do conceito de identidade e território para analisar a problemática da desterritorialização e fragmentação de identidade. Do mesmo modo, as obras de Georg Simmel, Richard Sennett, Stuart Hall, Arjun Appadurai e Michel Foucault serão abordadas de forma a dar aporte de literatura.

Resultados e Discussões

Não é uma novidade que o conceito de espaço seja trabalhado como categoria sociológica por cientistas sociais. Dentro desse panorama de reconstituição de abordagens que podemos chamar de “espacializadas”, um nome que aparece de forma marginal no debate ou mesmo não chega a ser citado em alguns trabalhos que tratam sobre é o do sociólogo alemão Georg Simmel. Com uma extensa produção teórica, o autor aborda temas que extrapolam áreas do conhecimento, indo desde a sociologia, filosofia, epistemologia, estética até arquitetura e urbanismo. Porém, se vale evidenciar o aspecto pioneiro do autor em abordar a temática espacial principalmente em suas obras *A sociologia do espaço* (1903), *O espaço e os ordenamentos espaciais da sociedade* (1908) e que juntos culminaram no capítulo 9 da obra *Sobre a sociologia* (1986) intitulado *O espaço e os ordenamentos espaciais da sociedade*; e que tal tema tratado no primeiro texto precedeu a construção do ensaio *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903) (Frehse, 2013, p.70). Um pouco mais adiante no tempo, na primeira metade do século XX, Robert Park, um dos nomes consagrados da chamada Escola de Chicago, deu início a uma agenda de pesquisas em antropologia urbana utilizando as regiões morais e ecologia social para realizar estudos na emergente metrópole, seguida pelas demais gerações por nome como Everett Hughes, William Foote Whyte, Howard Becker, dentre outros. Da mesma maneira, conceitos como espaço, sociação, fronteiras e paisagens foram acionados por Erving Goffman em suas pesquisas sobre as interações sociais e os signos a ideia de lugar.

No Brasil, podemos mencionar ainda os nomes de Gilberto Velho, antropólogo carioca, que procurou aplicar muitas das categorias e teorias da Escola de Chicago no estudo da sociabilidade, individualismo e subjetividade em nossa sociedade brasileira. Para além deste, Milton Santos é outro nome que merece ser lembrado no estudo sociocultural do espaço social, posto que viu no espaço uma forma de práxis coletiva que reproduziria as relações sociais e o mesmo evoluiria com o movimento da sociedade (SANTOS, 1978).

Porém, é importante ressaltar que no próprio âmbito da geografia, esta incursão por uma teoria social espacializada remonta, em forma de movimento teórico-metodológico, os finais do século XX. Na sua obra *Geografias Pós Modernas: A reafirmação do espaço na teoria crítica social* (1993), o geógrafo americano Edward William Soja propõe não apenas essa retomada do espaço nas teorias sociais, mas realiza uma arqueologia; utilizando uma linguagem foucaultiana; das formas de tratamento da espacialidade nas ciências humanas, e num movimento inverso, o desenvolvimento de geografias embasadas nas teorias sociais. Neste surgimento das chamadas geografias pós-modernas, ou geografias humanas críticas, destacam-se figuras precursoras desse movimento familiares as ciências sociais e filosofia. Neste ponto, convergindo os escritos de Soja com os da socióloga alemã Martina Löw, podemos localizar a chamada *Spatial Turn* (Virada Espacial) no mesmo período das geografias humanas. Se o estruturalismo evidenciou a importância da linguística como importante ferramenta a fim de tentar compreender as chamadas “estruturas” nas sociedades, os autores da virada espacial irão propor a necessidade de se levar em conta o ambiente material na formulação de teorias e explicações para com os fenômenos sociais. Desta empreitada, pode-se localizar duas tradições em que fica evidente esse movimento.

A primeira seria a materialista, tendo como precursor o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre. De base fortemente marxista, Lefebvre argumenta que o espaço é um fator central no funcionamento do sistema capitalista, sendo que a partir do dinheiro se tem o controle não só do tempo, mas do próprio espaço. Nesta tradição ainda é central destacar as contribuições do geógrafo David Harvey que mostra a capacidade homogeneizante dos espaços a partir da capacidade do capitalismo em converter tudo no ente transmorfo chamado dinheiro. Nessa perspectiva materialista, “o espaço não se cria a partir da vivência subjetiva, mas é contemplado quase que objetivamente a partir de uma posição externa” (Löw, 2013, p. 19). A segunda tradição que Löw identifica é baseada na teoria da ação e que, embora esteja presente na linha materialista também, seus precursores dão ênfase no aspecto estrutural. Diferentemente da primeira, a teoria da ação “procura pensar a ação como categoria mediadora entre os aspectos materialmente perceptíveis dos espaços e as consequências sociais das estruturas espaciais” (Löw, 2013, p. 21). A esta tradição identificamos a teoria da estruturação de Anthony Giddens como um dos pilares, na qual compreende:

[...]estruturas no sentido de regras e recursos incrustados de modo recursivo nas instituições. Nesse sentido, regras referem-se à constituição de sentido ou à sanção da ação. Elas designam os modos de operação dos processos de negociação nas relações sociais, até o nível da codificação. Sua característica estrutural é de que a sua conceituação depende do referenciamento a recursos. Estes, por sua vez, são “mídias 10 através das quais o poder é exercido como elemento rotineiro da realização dos comportamentos, na reprodução social” (Giddens apud Löw, 1988, p. 67).

Löw apresenta em seu texto *O spatial turn: para uma sociologia do espaço* (2013) não apenas tais tradições de forma esquemática a fim de justificar essa guinada nas ciências sociais, mas para além dela, uma releitura da teoria da estruturação de Giddens. Em sua proposta de aproximação entre estas duas tradições:

Concebo espaços como ordenamentos-ordens relacionais de seres e bens sociais em lugares. O termo ordenamento-ordem enfatiza que, primeiramente, espaços se baseiam na prática de ordenamento (como atividade de associação cognitivo-perceptiva e também como prática de alocação, mas, em segundo lugar, espaços também estabelecem uma ordem já existente. Essa

ordem, no sentido de estruturas sociais, tanto precede a ação como é sua consequência (Löw, 2013, p.26-27).

Tal proposta é bastante pertinente na contribuição de uma teoria social que leve em conta o ambiente e os objetos nas suas construções e explicações teórica no nível epistêmico, porém, no nível ontológico, fica bastante evidente que tal proposta nos guia à uma lógica extremamente racional e meramente física do espaço, no sentido que ordenamento nos remete às proposições matemático lógicos da física. Se pensarmos distâncias e a materialidade nestes termos, ficamos subserviente de um império explicativo em que as relações sociais para com seus espaços recai numa mera, ainda que dotada de reflexividade, permutação de objetos, sendo esses últimos apenas planos de fundos inertes ou mesmo intangíveis para ação e reprodução das ações humanas. Para além disso, parece que as geografias pós-modernas propõem uma perspectiva mais radical. Trazendo o pensamento foucaultiano para o debate, Soja mostrará que dentro de sua teoria, existe uma geografia que foi invisibilizada. Tanto pelo pela proposta do próprio foucault que ainda na condição de historiador tomava a questão do tempo histórico mais evidente em sua obras, quanto por a questão da geografia ficar evidente em suas notações de aulas e entrevistas (Soja, 1993, p.21):

As contribuições de Foucault para o desenvolvimento da geografia humana crítica devem ser arqueologicamente desencavadas, pois ele enterrou sua virada espacial precursora em brilhantes volteios de discernimento histórico (Soja, 1993, p.21).

E é justamente em tais escritos e respostas de aulas que encontramos a teorização incisiva de Foucault para uma análise espacial além dos debates diretos com a área da geografia: As Heterotopias. Esses “lugares outros” estariam localizados na realidade física, em contraposição às utopias. Tais lugares teriam características como a sobreposição de diversos lugares tal como o teatro, uma linha temporal mais ampla do que a linear, seriam construídas e/ou destruídas a partir dos acontecimentos de cada época e em cada sociedade, sendo que todas elas possuem por excelência alguma heterotopia (Foucault, 2013). Indo para além da proposta de uma heterotopologia proposta pelo historiador francês, Soja traz a luz características de tal análise que diferem da maioria até então feitas:

O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro, daquilo que Lefebvre descreveria como l'espace vécu, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a textura das práticas sociais. É um espaço raramente visto, pois tem sido obscurecido por uma visão bifocal que, tradicionalmente, encara o espaço como um constructo mental ou como uma forma física [...] (Soja, 1993, p. 22-23)

E ainda, ratificando a preocupação de Foucault para com a geografia:

Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. Foi com Bergson, ou mesmo antes que isso começasse. O espaço era o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético (Foucault, 2014, p. 253).

Historicamente o obscurecimento e marginalização do espaço na teoria social se deu muito por causa do que Soja chama de ilusão da opacidade e ilusão da transparência. No primeiro caso, a espacialidade seria dada apenas por um conjunto de coisas em si mesma, cognoscíveis

através de combinações de base sensoriais. É aqui que se localiza o nome de Henri Bergson citado anteriormente, pois:

Para ele, o tempo, o âmbito vital da *durée* [duração], era o portador da criatividade, do espírito, do sentido, do sentimento, da “verdadeira realidade” de nosso mundo e nossa consciência. O espaço, na forma do intelecto categorizador, foi visto como orientando a mente para a quantidade (versus a qualidade) e a mensuração (versus o sentido). Assim, o espaço foi visto como pulverizando em pedaços sem sentido o curso fluente da duração, e fazendo o tempo desmoronar em suas próprias dimensionalidades físicas (Soja, 1993, p. 134).

Para a segunda ilusão, a espacialidade seria caracterizada por uma transparência na qual o social seria enxergado através dele, num movimento quase que de puro idealismo. Ela é “representada como cognição e desígnio mental, como uma subjetividade ideativa ilusório que substitui um objetivismo sensorial igualmente ilusório. A espacialidade é reduzida unicamente a um constructo mental [...]” (Soja, 1993, p.136). Tal perspectiva adveio de Aristóteles e foi se intensificando cada vez mais através de Leibniz e Kant. Com essas considerações, se torna evidente o grande mar teórico em que se diluiu não só o espaço, mas de certa forma a própria geografia.

Não obstante, vale pontuar que tal debate não ocorre apenas no nível epistêmico, mas suas potencialidades invadiram também de forma quase que imperceptível o domínio da ontologia. Retomando novamente a obra de Soja, o autor dedica um capítulo inteiro para “trazer à luz” as propostas que chama de ontologias espacializadas. Para tal ele retoma a nomes da filosofia existencialista e fenomenológicas mostrando como tais propostas evidenciaram a relação entre ser e espaço. O pontapé inicial é a partir da filosofia de Martin Buber:

É uma peculiaridade da vida humana que nela, e somente nela, um ser emerge do todo, dotado e habilitado para desligar o todo de si mesmo como um mundo e torná-lo oposto a si mesmo (Buber, 1957 apud Soja, 1993).

Ou seja, o ser, em específico o humano, é dotado de um “distanciamento primário”, a capacidade de se distanciar do mundo, o objetivando. Nesse movimento a própria consciência seria criada e ao mesmo tempo sustentada, e ainda não apenas “criar distâncias, mas tentar transpô-las, transformar a distância primeva através da intencionalidade, da emoção, do envolvimento e do apego” (Soja, 1993, p. 144-145). A partir dessa ideia, o geógrafo americano irá desenvolver os pressupostos ontológicos de Sartre, Heidegger e Husserl, mostra como cada um aborda a dialética entre a subjetividade (o ser) e a objetividade (espaço). Uma tensão que de certa forma cai quando coloca-se a espacialidade.

Esse conceito se encontra diluído durante toda a obra de Soja, e que não se trata apenas do espaço material, embora este último esteja muito longe de ser apenas um cenário inerte. Na verdade ele se refere ao próprio social e além disso “[...] não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo” (Soja, 1993, p. 131). Ou seja, para ele, é necessário se pensar na tríade espacialidade, espaço natural e cognoscível interconectados, e além disso, ao mesmo tempo duas necessárias para a formação e transformação de uma. Para o autor tal espacialidade existe a nível ontológico e se faz necessário junto a história, pois apenas esta última não seria suficiente; como já não o foi historicamente, para dar conta dos fenômenos geográficos e sociais em sua complexidade.

Conclusão

Colocado esse sintético delineamento de um tratamento especializado com foco nas ciências sociais, devemos nos atentar que a nível ontológico, todas elas foram feitas a partir de uma geografia humana, e que embora tenha pressupostos bastante aproximados das ciências sociais, acaba delimitado pela própria proposta da área. De fato, nas de geografias humanas temos o foco no ser humano, embora ele tenha de certa forma radicalizado a espacialidade como constituinte na construção do próprio ser, não como existência em si própria ou cenário de plano de fundo, mas já a partir da distância primária.

Embora o debate do espaço continue até os dias atuais, ele parece está seguindo a linha da teoria social pela via da teoria de Martina Löw, a partir do exposto anteriormente por Soja, parece também haver outra via a esta espacialidade, e que ainda não está confinado apenas nesta idéia de totalidade. No caso da filosofia de Deleuze e Guattari, vemos uma tomada de empréstimo da ideia de des-reterritorialização (Haesbaert, 2011), ainda que esteja no campo filosófico, a partir da própria empreitada dos autores, tal conceito é bastante flexível, abarcando o campo dos chamados territórios de desejos ou ainda as linhas de fuga. Saindo da filosofia, e nos aproximando da antropologia, não se deve deixar à margem as contribuições das escolas de Manchester e Chicago, em especial esta última, através de Erving Goffman e suas seis definições da ideia de lugar (Frehse, 2008). Tal conceito parece ter potencialidades bastante interessantes para além de simples espaço sem fronteiras ou mesmo “menores”, propondo o espaço também como portador de linguagem, forma de linguagem e mesmo simbólico.

Neste sentido, desse leque de conceituações indo do espaço, lugar e território, alcançamos as propostas contemporâneas das ciências sociais através das viradas ontológicas. Mesmo que estas últimas abordem as questões ambientais/espaciais/territoriais, como bem indicado no início, muitas vezes tais questões ficam invisíveis ou tácitas demais, necessitando de um investimento mais aprofundado. Tal empreendimento dá sinais positivos ao nos atentarmos em trabalhos como o da Anna Tsing e sua etnografia co-situada, tomando como ponto de partida não apenas atores atomizados, mas verdadeiros encontros multi-espécies, e nesta proposição, porque não multi-territoriais/espaciais. Ou ainda na proposta de Elizabeth Povinelli com a relação entre humanos e rochas, que muito indica uma outra perspectiva da distância primária entre esses para esses objetos inorgânicos. Enfim e para além do debate acadêmico, essa possível síntese ou espacialização de tais ontologias contribuiu também para cada vez mais a visibilidade da questão do avanço das catástrofes climática e ambiental. Afinal, se espaço/ambiente é constitutivo do próprio ser, alargando o conceito de ser, se torna pertinente parafrasear Michel Foucault em sua obra *O corpo utópico*: “nosso planeta é o lugar cada vez mais sem recursos a qual estam

Referências

DE LORENA, G. Espaço, paisagem, lugar, região e território: uma revisão introdutória sobre conceitos geográficos. *Geociência: conjuntura, debate e trajetória*, v. 11, n. 35, p. 159-171, 2022.

BACHMANN-MEDICK, Doris. *Cultural Turns*. Berlin/Boston, Walter de Gruyter GmbH, 2016.

FOUCAULT, Michel; DEFERT, Daniel. O corpo utópico, as heterotopias = Les corps utopique, les hétérotopies. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREHSE, F. Erving Goffman, sociólogo do espaço. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p. 155–166, out. 2008.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEASBEART, R. O Mito da desterritorialização: do Fim dos territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011.

LÖW, M. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. Tempo Social, v. 25, n. 2, p. 17–34, 2013.

POVINELLI, Elizabeth. Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio. sl: Ubu Editora em 2023.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SENNETT, R. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3 ed. Rio De Janeiro: Record, 2003.

SIMMEL, G. Sociologia do espaço. Estudos Avançados, v. 27, n. 79, p. 75–112, 2013.

SOJA, E. Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TSING, Anna Lowenhaupt. O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022

VANDENBERGHE, Frédéric. Ser ou não ser afetado. Labemus, 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/11/02/debate-ser-ou-nao-ser-afetado-por-frederic-vandenberghe/> .Acesso em: 09 de outubro de 2024.

CÓDIGO: HS1339

AUTOR: LARYSSA OLIVEIRA CAMPOS

ORIENTADOR: ANDRESSA LIDICY MORAIS LIMA FREITAS

TÍTULO: Os Outros do reconhecimento: uma virada perspectivista na Teoria do Reconhecimento

Resumo

Os estudos sobre os efeitos das viradas ontológicas evidenciam a relevância do perspectivismo ameríndio para a teoria social contemporânea. Autores como Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze de Lima demonstram como a relação entre alteridade e outros modos de existência desafia os limites do pensamento moderno. Paralelamente, a Teoria Crítica do Reconhecimento de Axel Honneth, propõe compreender os conflitos sociais como lutas por reconhecimento, articulando três esferas fundamentais: amor, respeito e solidariedade. Esse modelo relacional supera concepções atomistas da subjetividade, mas permanece restrito ao horizonte humano, excluindo não humanos de qualquer possibilidade de agência. É nesse ponto que o perspectivismo ameríndio oferece um novo horizonte, pois para diversos povos amazônicos, animais e espíritos compartilham humanidade, diferenciando-se apenas pelas formas corporais. Essa concepção, o multinaturalismo, implica uma simetria ontológica que dissolve a cisão entre natureza e cultura e questiona a centralidade exclusiva do humano, e ao postular que todos os seres possuem agência, o perspectivismo contribui para uma crítica ao antropocentrismo e à “monarquia ontológica” moderna. Assim, a pesquisa busca investigar em que medida o diálogo entre a teoria do reconhecimento e o perspectivismo ameríndio pode atualizar os limites da teoria crítica, ampliando o escopo das relações de reconhecimento para incluir múltiplos seres que coabitam e compõem o mundo.

Palavras-chave: Perspectivismo.Reconhecimento.Axel Honneth.Viveiros de Castro

TITLE: The Others of Recognition: A Perspectivist Turn in the Theory of Recognition

Abstract

Studies on the effects of the ontological turns highlight the relevance of Amerindian perspectivism for contemporary social theory. Authors such as Eduardo Viveiros de Castro and Tânia Stolze de Lima demonstrate how the relationship between alterity and other modes of existence challenges the limits of modern thought. In parallel, Axel Honneth's Critical Theory of Recognition seeks to understand social conflicts as struggles for recognition, articulated through three fundamental spheres: love, respect, and solidarity. This relational model overcomes atomistic conceptions of subjectivity, yet it remains restricted to the human horizon, excluding non-humans from any possibility of agency. It is at this point that Amerindian perspectivism offers a new horizon, since for many Amazonian peoples, animals and spirits share humanity, differing only in their bodily forms. This conception, known as multinaturalism, implies an ontological symmetry that dissolves the division between nature and culture and questions the exclusive centrality of the human. By postulating that all beings possess agency, perspectivism contributes to a critique of anthropocentrism and of the

modern “ontological monarchy.” This research, therefore, aims to investigate to what extent the dialogue between the theory of recognition and Amerindian perspectivism can update the limits of critical theory, expanding the scope of recognition to include the multiple beings that co-inhabit and compose the world.

Keywords: Perspectivism.Recognition.Axel Honneth.Viveiros de Castro

Introdução

Os estudos recentes sobre os efeitos das chamadas viradas ontológicas têm revelado a vitalidade e o potencial heurístico do perspectivismo ameríndio, sobretudo a partir das contribuições de Eduardo Viveiros de Castro e Tânia Stolze de Lima . Esses autores demonstram como a relação entre alteridade e modos distintos de existência não apenas desafia os limites do pensamento moderno, mas também oferece novas ferramentas para repensar questões centrais da teoria social contemporânea. Nesse horizonte, destaca-se a Teoria Crítica do Reconhecimento formulada por Axel Honneth, que tem sido fundamental para compreender a gramática moral dos conflitos sociais atuais. A aproximação entre essas duas tradições teóricas – o perspectivismo ameríndio e a teoria do reconhecimento – constitui o eixo central da presente investigação. Honneth, ao revisitar os escritos do jovem Hegel, propõe uma teoria da luta por reconhecimento que atualiza a crítica da reificação, deslocando-a para o campo das relações intersubjetivas. Seu modelo, baseado em três esferas de reconhecimento – amor, respeito e solidariedade – busca superar concepções atomistas de subjetividade, como aquelas fundadas na oposição sujeito/objeto. Ao enfatizar a intersubjetividade, Honneth confere caráter relacional às dinâmicas sociais, permitindo compreender a agência como fruto de interações entre sujeitos. No entanto, permanece em sua formulação um limite importante: apenas os seres humanos são concebidos como sujeitos de reconhecimento. Assim, quem não detém o estatuto ontológico de humano é automaticamente despossuído de agência. Surge então, uma questão central: seria possível conceber relações de reconhecimento que ultrapassem a exclusividade humana? O perspectivismo ameríndio sustenta a concepção de multinaturalismo: tomar o ponto de vista do outro significa adentrar um mundo que lhe é próprio. A etnografia de Viveiros de Castro mostrou, por exemplo, como nos ritos antropofágicos os cantos incorporavam o ponto de vista dos inimigos, revelando uma alteridade radical que se efetiva por processos de transmutação de perspectivas. Nesse contexto, o “eu” se define pelo “outro” no próprio ato de incorporá-lo e tal concepção implica a unidade do espírito entre todos os seres e a diversidade dos corpos como expressão dessa pluralidade. O perspectivismo, portanto, renova a teoria social e a antropologia contemporânea ao dessubstancializar as fronteiras entre natureza e cultura, problematizar a noção ocidental de pessoa e propor uma concepção pós-antropocêntrica de agência. Entre povos amazônicos os animais, os peixes, os espíritos e mesmo os elementos da paisagem – rios, rochas, florestas – são concebidos como parentes, dotados de alma e co-agentes em uma mesma humanidade compartilhada e essa humanidade, no entanto, só se torna visível a partir da perspectiva relacional: o moderno percebe um porco ou uma onça como animal, predador ou caça, enquanto, para os indígenas, esses seres são humanos em sua própria forma de percepção. Nesse sentido, o multinaturalismo ameríndio sugere que o reconhecimento não deve se limitar à esfera humana, mas pode ser expandido para múltiplos agentes que coabitam e compõem o mundo. A noção de ponto de vista, central ao perspectivismo, implica que só há mundo para alguém; portanto, dissolver a cisão entre natureza e cultura é também romper com a hierarquia que coloca o humano no topo da ontologia. Diante dessas considerações, esta pesquisa busca investigar em que medida o diálogo entre a teoria do reconhecimento e o perspectivismo ameríndio permite atualizar e

superar o pano de fundo antropocêntrico presente na teoria crítica de Honneth. O objetivo é argumentar que o estatuto de humanidade pode ser compreendido como variável e pragmático, abrindo espaço para pensar formas de reconhecimento que incluam não apenas os humanos, mas também animais, espíritos e demais seres que participam ativamente da composição do mundo.

Metodologia

Como um todo, a presente investigação vai envolver dois grandes momentos exploratórios e analíticos. O primeiro momento compreende um trabalho de “revisão sistemática” (Koller; Couto; Hohendorff, 2014, p.40), isto é, um levantamento da literatura especializada sobre a temática das múltiplas ontologias e sua recepção nos desenvolvimentos clássicos e contemporâneos da teoria social. Livros e artigos publicados em periódicos científicos (Qualis A1, A2 e B1) nacionais e internacionais serão considerados as principais fontes de consulta e pesquisa. Depois de revisar a literatura clássica e contemporânea das ciências sociais, procuramos atualizar os temas do “pluralismo ontológico” e dos “afetos políticos” de um quadro conceitual renovado de uma teoria da sociedade orientada normativamente. De maneira geral, acreditamos que a reconstrução e atualização da teoria social em novos fundamentos metateóricos que sejam sensíveis ao pluralismo ontológico possibilitará uma compreensão mais adequada dos dilemas e impasses atuais presentes das sociedades democráticas contemporâneas. Ainda sobre a abordagem metodológica empregada nesta pesquisa, a mesma pode ser caracterizada como uma “atualização sistemática” que procura integrar os meios analíticos da “história dos conceitos” (Koselleck, 2020), do método de “reconstrução teórica” (Habermas, 2016; Honneth, 2003; 2018) e da metateorização (Ritzer, 2010). Mais que isso, além de empregar a atualização e a reconstrução pretende-se estabelecer uma “fusão de horizontes” (Gadamer, 1999) entre o conceito ou texto que está sendo trabalhado e o mundo do qual ele parte com a nossa visão de mundo e o local de onde estamos lendo-o com o intuito de localizar como determinadas ideias se relacionam com determinado “horizonte” ou tempo histórico. Conforme observado por Reinhart Koselleck (2020), a história dos conceitos envolve a reconstrução da formação e percurso histórico de articulações do significado de determinados conceitos. De fato, encontramos o mesmo método de reconstrução teórica aplicada pelo próprio Habermas em *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus* (1976) [2015] e também em Axel Honneth nas suas obras *Kampf um Anerkennung* (1992) [2003] e *Verdinglichung – Eine anerkennungstheoretische Studie* (2006) [2018]. Logo, a definição habermasiana da abordagem teórico-reconstrutiva, assim entendemos, é semelhante ao que Georg Ritzer (2010) tipificou como sendo uma “metateorização de tipo Mp”, isto é, a abordagem teórica que procura refazer e atualizar determinadas teorias ou conceitos de modo a torná-los capazes de responder às exigências teórico-epistemológicas e empírico-práticas do conhecimento científico contemporâneo. A própria reconstrução teórica empregada em nossa investigação se inspira e segue de perto mais ou menos os mesmos passos sequenciais e analíticos, a saber: 1) revisão conceitual; e 2) atualização sistemática a partir de aportes teóricos clássicos e contemporâneos.

Resultados e Discussões

Os dados apresentados nesta etapa da pesquisa foram obtidos principalmente por meio de uma revisão bibliográfica comparativa entre duas tradições teóricas: a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth, e o Perspectivismo Ameríndio, de Eduardo Viveiros de

Castro. Essa revisão foi organizada em torno de três eixos: (i) reconstrução das esferas do reconhecimento em Honneth; (ii) exposição dos fundamentos do perspectivismo e do multinaturalismo; (iii) identificação de tensões e convergências entre ambas as abordagens.

No campo da teoria crítica, o levantamento das obras de Axel Honneth evidenciou o papel central das três esferas de reconhecimento – amor, respeito e solidariedade – como dimensões constitutivas da identidade e da justiça social. Os dados coletados destacam que, embora a teoria possua grande poder explicativo para os conflitos sociais contemporâneos, ela permanece ancorada em um horizonte antropocêntrico: apenas seres humanos podem ser reconhecidos como sujeitos.

No campo da antropologia, os dados obtidos a partir da obra de Viveiros de Castro demonstram que o perspectivismo ameríndio, longe de constituir apenas um aporte etnográfico, constitui uma ontologia relacional robusta. Essa ontologia estabelece que todos os seres – humanos, animais, espíritos – compartilham uma humanidade comum, ainda que se diferenciem pelos corpos. A categoria de multinaturalismo evidencia, assim, que a unidade do espírito convive com a multiplicidade das formas corporais.

O confronto inicial dos dados revelou que, enquanto a teoria do reconhecimento está circunscrita às relações inter-humanas, o perspectivismo ameríndio amplia o escopo da agência e da pessoa para seres não-humanos. Essa assimetria apontou para a principal lacuna a ser investigada: a possibilidade de uma teoria do reconhecimento não restrita ao antropocentrismo.

O cotejo dos dados coletados com a literatura evidencia tanto divergências quanto possibilidades de aproximação entre os dois paradigmas.

Do lado da teoria crítica, Honneth (2003) afirma que a constituição da identidade depende de interações intersubjetivas mediadas pelo reconhecimento. Como observa em diálogo com Mead e Hegel, é no amor, no direito e na solidariedade que se estruturam as condições de justiça social. Contudo, como apontam intérpretes críticos (Butler, Fraser), a teoria mantém-se presa a uma ontologia do sujeito humano, incapaz de incluir formas de alteridade não-humanas.

Já o perspectivismo ameríndio, formulado por Viveiros de Castro (2002), rompe com a monarquia ontológica moderna ao reconhecer que animais e espíritos também possuem agência e humanidade em suas próprias perspectivas. Essa ontologia é reforçada pelas contribuições de Descola (2005), que contrapõe naturalismo e animismo, e de Latour (1994), que denuncia o “grande divisor” entre natureza e cultura.

O confronto mostra que, enquanto Honneth promove a igualdade relacional entre sujeitos humanos, Viveiros de Castro expande a noção de sujeito para além da humanidade. O ponto de convergência entre ambos é a crítica a modelos atomistas e hierárquicos, privilegiando relações e sua divergência está no limite ontológico: Honneth reconhece apenas humanos, enquanto o perspectivismo reconhece humanos e não-humanos.

Essa análise confirma a hipótese inicial do plano de trabalho: a teoria do reconhecimento pode ser enriquecida se dialogar com a ontologia ameríndia. O resultado não seria abandonar Honneth, mas expandi-lo, incorporando formas de agência que desafiam o antropocentrismo e tal movimento é coerente com propostas de autores decoloniais (Krenak, Povinelli) que reivindicam cosmologias inclusivas como resposta às crises do Antropoceno.

Conclusão

A pesquisa anteriormente delineada tinha como eixo a interlocução entre a Teoria Crítica do Reconhecimento, sobretudo em Axel Honneth, e o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro. Seu mérito esteve em evidenciar a insuficiência de uma teoria que, embora relacional e intersubjetiva, permanecia restrita ao horizonte humano, e em propor um deslocamento a partir do multinaturalismo indígena para pensar relações que ultrapassem o antropocentrismo.

A nova agenda, entretanto, avança ao se desprender do enquadramento normativo da teoria do reconhecimento e abrir espaço para uma análise comparativa entre duas matrizes conceituais distintas: o perspectivismo e o multinaturalismo em Viveiros de Castro, e a ancestralidade, a ética ancestral e o bem-viver em Ailton Krenak. Esse deslocamento permite, de um lado, explorar a crítica etnográfica e conceitual de Viveiros de Castro à “monarquia ontológica” e à cisão natureza/cultura; e, de outro, compreender como Krenak reinscreve a existência humana em uma rede de parentesco cósmico, onde rios, florestas e montanhas são sujeitos vivos.

O avanço reside, portanto, em três dimensões:

Comparativa – ao invés de ancorar-se em uma teoria europeia como matriz, a pesquisa coloca em diálogo dois referenciais indígenas (um de base antropológica, outro de base filosófico-política), produzindo uma crítica situada e cosmopolítica.

Ontológica – desloca-se do problema normativo do reconhecimento para a questão mais ampla da constituição dos mundos, das agências e das formas de existência, permitindo repensar o humano em relação a múltiplos outros.

Ético-política – ao incorporar a noção de ética ancestral e de bem-viver, amplia o escopo do debate para além da crítica teórica, propondo alternativas concretas para enfrentar o colapso ambiental e civilizatório contemporâneo.

Assim, a nova agenda não apenas supera os limites antropocêntricos da Teoria Crítica, mas também contribui para a valorização das cosmologias indígenas como horizontes epistêmicos e políticos capazes de reorientar a teoria social contemporânea.

Referências

BACHMANN-MEDICK, Doris. *Cultural Turns: New Orientations in the Study of Culture*. Berlim: De Gruyter, 2016. CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos afetos*. Belo Horizonte, Autêntica, 2022. CHERNILO, Daniel. *Debating Humanity: Towards a Philosophical Sociology*. UK, Cambridge University Press, 2017. CLOUGH, Patricia Ticineto. *A Virada Afetiva: teorizando o social*. Blog do LABEMUS, julho de 2016. DAVID-MÉNARD, Monique. *A vontade das coisas*. São Paulo, Ubu Editora, 2022. DEBALD, Blasius (Org.). *Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno*. Porto Alegre: Penso, 2020. DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo, Editora 34, 2016. FREITAS, Alexandre S. *Geontologia e as artes neoliberais de governo: educar os corpos para além do imaginário do carbono*. Revista Pro-Posições, v. 30, 2019. GABRIEL, Markus. Por

que o mundo não existe. Rio de Janeiro, Vozes, 2016a. GABRIEL, Markus. O sentido da existência: para um novo realismo ontológico. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016b. HARAWAY, Donna. A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres. São Paulo, Martins Fontes, 2023. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2003. HONNETH, Axel. Reificação: Um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Unesp, 2018. HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten. The Ontological Turn: an anthropological exposition. Cambridge, Cambridge University Press, 2017. INGOLD, Tim. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2015. JOAS, Hans. A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo, Editora UNESP, 2012. LATOUR, Bruno. On Interoobjectivity. *Mind, Culture, and Activity*. Vol 3, n.4, 1996. LATOUR, B. Réponse aux objections. *Revue du MAUSS*, v. 17, n. 1, 2001. LATOUR, Bruno. Reagregando o social. Salvador, Edufba, 2012. LATOUR, Bruno. Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: 34, 2016. LATOUR, Bruno. Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos. Rio de Janeiro: Vozes, 2018. LIMULJA, Hanna. O desejo dos outros: uma etnografia dos sonhos yanomami. São Paulo: Ubu Editora, 2022. MARTIN, Nastassja. A leste dos sonhos: Respostas even às crises sistêmicas. São Paulo: Editora 34, 2023. MORTON, Timothy. Ser ecológico. São Paulo, Quina Editora, 2023. KOSELLECK, Reinhart. História de conceitos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2020. RITZER, George. Sociological Theory. USA, McGrawHill Companies, 2010. ROSA, Hartmut. Resonance. A Sociology of Our Relationship to the World. UK, Polity Press, 2019. STOLZE LIMA, Tânia. Um peixe olhou para mim. O povo yudjá e a perspectiva. São Paulo: Unesp, 2005. STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo, Cosac Naufy, 2014. SOURIAU, Étienne. Diferentes modos de existência. São Paulo, n-1, 2020. TAYLOR, Charles. Argumentos filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2000. VANDENBERGHE, Frédéric. Ser ou não ser afetado. Blog do LABEMUS, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/11/02/debate-ser-ou-nao-ser-afetado-por-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 31 maio 2024. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac-Naify, 2002. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu, 2015. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir. Rio de Janeiro: Instituto socioambiental, 2014. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O passado está por vir. Rio de Janeiro: n-1, 2023. TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília, IEB Mil Folhas, 2019. VANDENBERGHE, Frédéric; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. (Org.). Teoria social contemporânea: um laboratório. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

CÓDIGO: HS1518

AUTOR: ALANY MARIANA KARDEC DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: Ocupações em Natal/RN: Heterotopias e Resistência

Resumo

A questão da cidade, da urbanização e da luta por moradia são questões que atravessam o cotidiano do corpo social em diferentes medidas a depender de questões como classe, gênero, sexualidade e localização geográfica. Em vista dessas questões que permeiam tanto a antropologia urbana como a sociologia (além do plano rural que não entrar em pauta neste trabalho), a presente análise compõem um esforço empírico — no qual envolveu entrevistas e visitas às ocupações — e teórico de compreender a dinâmica de resistência dos movimentos de luta por moradia em Natal/Rn. Dentre os movimentos sociais, destaco MLB e MLMP que serão apresentados e discutidos atrelados ao conceito de Heterotopia do filósofo Michael Foucault e a concepção de resistência

Palavras-chave: Ocupação; Moradia; Luta; Resistência; Heterotopia; Natal/RN

TITLE: Urban Occupations in Natal/RN: Spaces of Heterotopia and Resistance

Abstract

The issues of the city, urbanization, and the struggle for stable housing are topics that intersect with the daily lives of the social body in varying degrees, depending on factors such as class, gender, sexuality, and geographical location. In light of these concerns—central to both urban anthropology and sociology (not including the rural dimension, which falls outside the scope of this study)—the present analysis constitutes an empirical and theoretical effort to understand the dynamics of resistance within housing movements in Natal/RN. This effort involved conducting interviews and visiting occupied areas. Among the social movements considered, I highlight both MLB and MLMP, which will be presented and discussed through the lens of Michel Foucault's concept of heterotopia and the notion of resistance.

Keywords: Occupation; Housing; Struggle; Resistance; Heterotopia; Natal/RN

Introdução

O conceito de cidade é multifacetado, complexo e fundamental, possui uma trajetória histórica icônica e profundamente inserida na busca de significados políticos (Harvey, 2014). Para tratar dessas facetas algumas questões precisam ser levadas em conta: 1) as questões políticas pouco divulgadas; 2) o contexto histórico; 3) verificar em que espaço geográfico (e temporal) em que o conceito foi elaborado; e 4) a importância da observação nas ciências sociais (Vasconcelos, 2015). Em vista desses pilares, a seguinte pesquisa busca traçar um quadro teórico em que seja possível visualizar um pouco de cada questão supracitada, vinculada a luta por moradia digna na cidade de Natal/RN, os movimentos sociais que compõem essa luta e suas práticas de resistência. Aqui será apresentado um recorte

especialmente teórico que tange ao conceito de heterotopia (espaços-outros ou contra espaços), cunhado pelo filósofo francês Michael Foucault; a posição e falas das lideranças e professoras da universidade acerca da temática geral e o devido recorte — as ocupações enquanto espaços heterotópicos, ou seja, espaços de resistência.

Em *Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*, David Harvey (2014, p.15) aponta que o direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais, e sim das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. A questão habitacional no Brasil (Monteiro; Veras, 2017) ao longo do tempo se constituiu como um dos principais problemas urbanos na contemporaneidade, sendo um bem de custo elevado e acesso seletivo, em vista disso é importante questionar: o que são as ocupações? o que buscam aqueles que se aliam a esse movimento? e como esses movimentos se organizam em Natal/RN?

Partindo dessas premissas o presente trabalho que compõem um plano de trabalho maior, intitulado “Moradia e Cidadania: análise dos movimentos de luta por habitação no Município de Natal/RN (2016/2024)” construído no Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais (PET/CS) por meio de doze bolsistas. Desse modo, os questionamentos postos aqui, os objetivos e a metodologia compõem o plano de trabalho maior supracitado (Richardson 1999; Magnani, 2002; Simmel, 2006). Dentre os objetivos, cabe destacar que a pesquisa tem como objetivo geral analisar as estratégias de mobilização e reivindicações utilizadas pelos Movimentos Sociais de luta por moradia no município de Natal/RN e quais as respostas a estas reivindicações pelo Poder Público; enquanto as especificidades dos objetivos respeitam cada plano de trabalho individual. Logo, a construção da interlocução se deu por conversas sociáveis (Simmel, 2006) com as lideranças dos movimentos do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) e do MLMP (Movimento de Luta por Moradia Popular), moradores desses movimentos e professoras do departamento de arquitetura e urbanismo; tendo também idas a campo — visita às ocupações como Valdete Guerra, Palmares e Emanuel Bezerra.

Metodologia

Nas pesquisas em sociedades urbanas, a heterogeneidade e a variação com que os indivíduos participam de diferentes universos de significação, somadas à alta densidade demográfica, tornam a observação participante e a coleta de informações atividades complexas, especialmente no que diz respeito à definição de quantas e quais pessoas contatar e quais contextos priorizar (Silva, 2000). Diante disso, adotou-se uma abordagem qualitativa, que, conforme Richardson (1999, p. 22), distingue-se do método por referir-se aos procedimentos e regras utilizadas na investigação. O percurso metodológico inclui: (1) revisão da literatura para a construção do quadro teórico-analítico; (2) pesquisa documental sobre acesso à moradia, déficit habitacional, políticas públicas e movimentos sociais por moradia em Natal/RN; e (3) entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, lideranças e participantes desses movimentos, visando mapear estratégias de resistência. Além disso, inspirado no conceito de “conversa sociável” de Georg Simmel (2006), que enfatiza a interação despretensiosa e dialógica como forma de compreensão mútua, buscou-se estabelecer um diálogo aberto com os entrevistados, valorizando não apenas as respostas objetivas, mas também as nuances e contradições presentes nas narrativas, enriquecendo assim a análise qualitativa.

Resultados e Discussões

Ao longo da sua trajetória, a filosofia clássica se esforçou para esboçar uma imagem da cidade ideal e construir determinadas condutas. Sob essa ótica, é na modernidade que há uma proposta invertida sobre quem seria os “verdadeiros autores” desta concepção idealista, os autores de ficção científica ou os “novos filósofos” serão responsáveis por trazer essa imagem e situar versões intermediárias como: 1) a regida por um poderoso computador; e 2) a cidade muito especializada em uma produção indispensável; análogo a isso, Lefebvre, mostra a relação entre a cidade ideal e a nova atenas que seriam correspondente a New York e Paris, no qual, na época se encontrava no centro de decisões e de consumo. Sendo assim, o desenvolvimento da nova “polis” é marcada pela coerção e a persuasão como forma de poder de decisão (é possível notar que nesse ponto não há grande distanciamento da pólis grega), como também a capacidade de consumo é centralizada nas mãos dos novos senhores que configuram novos princípios acerca do espaço, por exemplo, o esvaziamento do sujeito (operário, trabalhador) a “sujeitados” que cobrem não só um serviço, como múltiplos “serviços” de uso dos senhores desse Estado solidamente assentado sobre a cidade (Lefebvre, 2008).

Essa Nova Atenas, com o “mesmo sistema” de atendimento a elites, faz uso de uma manipulação segundo os métodos racionais, há aqui um tipo de “sujeitado privilegiado” (administradores, cientistas, engenheiros entre outros) que por meio de uma seleção caracteriza-se os mais eminentes, tendo a possibilidade de serem admitidos no coração da cidade — é importante ressaltar que esse grupo de sujeitos tecnocratas tem sua vida cotidiana telecomandada, além do medo constante do desemprego, se aproximando de uma “realidade” panóptico. Dentro de uma perspectiva histórica, essa utopia é nociva, pois, foi a partir da idade média na civilização europeia que cada período e talvez cada geração teve sua representação do melhor dos mundos ou de uma vida nova, parte importante senão essencial das ideologias (Lefebvre, 2008). Em constância, é tanguido uma crítica ao olhar unilateral que somente capta em “resolver” os problemas do presente sem traçar uma perspectiva holística para além de sua configuração física atual, como o caso da sociedade francesa que se urbaniza, enquanto Paris se transforma, ou seja, de um lado certos poderes modelam a França do ano 2000 e de outro ninguém pensa na cidade “ideal” nem naquilo que está se tornando, ao seu redor, a cidade real.

A utopia nesse contexto se desenvolve de forma multifacetada, levando o seguinte questionamento: seria outro rastro de ideologia, a ideia de que as necessidades se tornam uma realidade distante, paralela e “utópica”? Sob essa lente, o autor retorna a importância da síntese a qual pertence ao político, e quando vem a tona seu teor político, se destaca que a capacidade de síntese pertence a forças políticas que são na realidade forças sociais, cabendo a elas a indicação e reivindicação de suas necessidades. Dantas (2000), enfatiza que a relação entre política e espaço, na medida em que a política do espaço e o espaço político são providos de conteúdo ideológico (concretizando a relação entre produção habitacional e do espaço), assim, se trata da cidade como um produto de transformações da organização social.

Análogo as discussões supracitadas acerca da cidade e o processo de urbanização, em meados de 1960, Foucault (2013) utilizou o conceito de “heterotopia” pela primeira vez em *As palavras e as coisas* (2000), ligado em um primeiro momento ao plano hermenêutico, e posteriormente retomado por ocasião de um convite de uma série radiofônica chamada

Cultura Francesa. Por meio da mediação do convite, Foucault vai tratar do tema “Utopia e Literatura”, expondo uma reflexão que parte de Gaston Bachelard acerca dos espaços “mágicos” que encantam as crianças, mostrando como esses espaços podem ir da cama dos pais a um jardim. Tal reflexão acerca desses espaços, leva o filósofo a sonhar com uma ciência que possuiria como objeto “espaços diferentes que são a contestação dos espaços onde vivemos”; seriam então um “espaço-outro” que vão dos espelhos aos cemitérios. Seguindo a configuração foucaultiana, trançando desde “o corpo utópico” até a consolidação de uma heterotopia, se tem como objetivo principal a introdução da luta por moradia dentro desse espaço, mostrando como esse movimento pode ser apreendido não só como ato político, como também, movimento de resistência.

Nesse sentido, e apesar do contexto geral que parte de um epicentro europeu, cabe destacar de que forma a ciência sonhada por Michel Foucault, a heterotopologia, pode analisar os “contra espaços” que crescem dentro do processo de desenvolvimento da cidade — seja esse desenvolvimento em plano macro como foi exposto ou micro como vai ser proposto aqui. O estudo das ocupações como uma heterotopia ou múltiplas heterotopias espalhadas pelo mundo, e especificamente em Natal, vai constituir esses espaços ou espaços absolutamente outros, em resistências. A constituição de heterotopias de desvio configura espaços “reservados” aos corpos dissidentes ou existências consideradas descartáveis e marginalizadas pela sociedade, possuindo um comportamento dito e visto como desviante à norma majoritária. Não obstante, trataremos, então, as ocupações urbanas enquanto um ambiente de resistência e luta por reconhecimento por meio dos Movimentos sociais de luta por moradia.

Tendo em vista que as ocupações urbanas podem ser compreendidas como espaços heterotópicos, na medida em que constituem espaços reais de resistência situados fora da lógica dominante da cidade. Ao abordarmos a “heterotopologia” proposta por Foucault, é pertinente retomar também as contribuições do filósofo francês Lefebvre, cujo pensamento, embora por vezes colocado em oposição ao de Foucault — como observa Harvey (2014) —, não se distancia substancialmente desse conceito. Logo, não há uma diferença radical entre os dois autores, como Foucault avança ao aplicar o conceito para o corpo e para lugares que transcendem a demarcação geográfica stricto sensu.

Já para Lefebvre, a heterotopia constituía um espaço à parte, que revela tensões sociais e espaciais — analogamente aos forasteiros confinados aos limites da pólis grega. Nas ocupações dos movimentos sociais como o MLB e o MLMP, emerge uma prática de habitar que desafia a noção hegemônica de valor, criando territórios no qual o cotidiano é reconfigurado e o desejo de apropriação do espaço se manifesta concretamente. Tais espaços funcionam como enclaves insurgentes, que não apenas expõem o caráter negativo da segregação urbana, como também apontam para uma potencial revolução social.

A percepção da desigualdade: uma discussão geral

A relação entre os critérios de justiça distributiva, a percepção da desigualdade social e a legitimidade da ordem social constitui um eixo fundamental para compreender as dinâmicas da sociedade brasileira. A pesquisa de Cardoso (2019), baseada em dados do survey IUPERJ/ISSP, revela como a população interpreta e justifica as disparidades sociais, especialmente no que diz respeito à distribuição de renda. Embora a renda não capture plenamente as complexas trajetórias individuais e as heranças familiares que moldam as oportunidades de vida, ela funciona como um marcador visível de sucesso ou fracasso dentro do ordenamento econômico e social.

A análise teórica do problema remete à crítica marxista, particularmente à distinção estabelecida por Marx entre a lógica distributiva da sociedade burguesa e os princípios que regeriam uma sociedade comunista. Enquanto no capitalismo a distribuição de riquezas está atrelada a uma noção abstrata de mérito e capacidade — que na prática reforça desigualdades pré-existentes —, no comunismo a distribuição levaria em conta tanto as necessidades individuais quanto as contribuições sociais, dissociando-as da acumulação privada. Essa contradição se manifesta claramente no caso brasileiro, onde, apesar de 80% da população considerar justo que as pessoas sejam remuneradas de acordo com seu desempenho (dados do IUPERJ/ISSP), há um reconhecimento generalizado de que as oportunidades são desigualmente distribuídas, especialmente no acesso a serviços básicos como educação e saúde. Os dados empíricos revelam padrões interessantes na forma como os brasileiros avaliam os critérios de justiça distributiva. Quando questionados sobre quais fatores deveriam determinar os salários, os entrevistados distribuíram sua preferência de forma relativamente equilibrada entre responsabilidades do trabalho, anos de educação, funções de chefia, desempenho individual e dedicação — essa homogeneidade contrasta com países como a Suécia, onde a educação recebe um peso significativamente maior. Contudo, o mais revelador é que tanto pessoas com maior poder aquisitivo quanto de menor compartilham concepções semelhantes sobre o que seria uma distribuição justa, ainda que as classes mais baixas demonstrem maior resignação diante das desigualdades existentes.

Essa aparente contradição — a crença no mérito convivendo com a percepção de um sistema injusto — ganha contornos concretos quando examinamos a segregação urbana em São Paulo. De acordo com a antropóloga brasileira Teresa Caldeira (2000), o crescimento das periferias entre 1980 e 2000, impulsionado por movimentos sociais que conquistaram melhorias em infraestrutura e reduziram drasticamente índices como a mortalidade infantil (de 134 em 1975 para 27,29 em 1994), não foi capaz de romper com a lógica da exclusão. A Lei Lehmann (1979), que regularizou propriedades irregulares, acabou por valorizar os terrenos e expulsar os mais pobres para favelas e cortiços, demonstrando como mesmo políticas aparentemente benéficas podem reproduzir desigualdades em novas configurações.

Paralelamente, assistimos ao deslocamento das elites para condomínios fechados em áreas como Morumbi e Santana do Parnaíba, processo acelerado pela crise do BNH em 1986 e pelo surgimento de cooperativas imobiliárias. Essa reconfiguração espacial aprofundou a segregação, criando uma “cidade de muros” em que a zona oeste/noroeste concentra dinamismo econômico (como em Barueri), enquanto regiões outrora industriais como o ABCD enfrentam declínio. O medo da violência e a busca por segurança transformaram o espaço urbano em um palco de distanciamento social, onde as classes altas constroem enclaves fortificados (Caldeira, 2000).

Heterotopias potiguaras: a construção da resistência das ocupações

Ao trazer o debate para o município de Natal/RN, é importante destacar que além dessas questões que tangem as desigualdades e construção de espaços periféricos, os movimentos sociais constituem um campo de estudo dinâmico e multifacetado, profundamente vinculado às relações de poder, às demandas por justiça social e às formas de participação política na história. Sua definição, no entanto, permanece em constante debate, uma vez que engloba uma vasta gama de atores, estratégias e reivindicações. Contudo, a evolução e a diversificação desses coletivos desafiam essa perspectiva, exigindo análises mais amplas que considerem sua complexidade e suas relações ambíguas com o poder — seja na resistência, seja na cooptação.

Maria da Glória Gohn (1997) amplia essa discussão ao destacar a pluralidade dos movimentos sociais, que não podem ser reduzidos a um único modelo explicativo. Para ela, essas mobilizações articulam diferentes dimensões — políticas, culturais e econômicas — e emergem como espaços de participação cidadã e disputa por direitos. Essa abordagem é particularmente relevante para entender os movimentos por moradia, como os analisados por Guimarães (2013), que demonstra como a lógica capitalista, ao produzir processos de expropriação, gera conflitos urbanos em torno da habitação. Em Natal, por exemplo, esses movimentos transcendem a esfera estatal, organizando-se como sujeitos políticos capazes de mobilizar as classes populares (Gohn, 1997, p. 71). Historicamente, as mobilizações urbanas na capital potiguar passaram por diferentes fases: se nas décadas iniciais do século XX predominavam ações sindicais, a partir dos anos 1950, com o apoio da Igreja Católica, surgiram movimentos de bairro que, embora reprimidos durante a ditadura militar (1964-1985), ressurgiram posteriormente em novas configurações. Coletivos como o MLB, a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e o Levante Popular da Juventude (LPJ) exemplificam essa trajetória, combinando demandas por moradia com pautas mais amplas, como questões de gênero e desigualdade social — com base nas entrevistas, a lideranças afirmam que há uma predominância de mulheres nas ocupações. Apesar da predominância masculina nas lideranças, há iniciativas de inclusão, como a participação do Coletivo Leila Diniz/AMB na APAC, introduzindo discussões feministas no movimento.

Martins (2023), em estudo sobre a Ocupação Valdete Guerra, destaca a atuação do MLB em Natal, que, aliado a partidos de esquerda e movimentos nacionais, promove ocupações como forma de pressionar por políticas habitacionais. Sua luta não se restringe ao acesso à moradia, mas engloba a defesa de serviços básicos e o enfrentamento à repressão policial, evidenciando as contradições do modelo urbano-capitalista. Essas ações revelam tanto os avanços conquistados pela mobilização popular quanto os desafios persistentes, como a precariedade das condições de vida nas ocupações.

Para ilustrar esse processo de lutas e demandas, será apresentado um pequeno resumo sobre cada conserva realizada durante o processo de pesquisa e posteriormente será feito o recorte temático, especificamente o da resistência. Sendo assim, o primeiro encontro foi realizado no dia 26/03/2023 com a professora Amíria Brasil do departamento de arquitetura e urbanismo da UFRN. Iniciou se envolvendo com movimentos de moradia em Natal através do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social da Cidade do Natal (Conhabins) enquanto representava a UFRN junto à outra professora, que trabalhava mais com questões rurais (como o MST). Sua atuação se consolidou em projetos de extensão, como o Fórum de Direito da Cidade, criado durante a revisão do Plano Diretor de Natal, e o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, que oferecia assessoria técnica a populações de baixa renda. De modo geral, foi retratado a colaboração entre a universidade e movimentos populares, com ênfase no MLB, no apoio técnico e político às ocupações urbanas em Natal, destacando os desafios no diálogo com o poder público e a relevância das articulações coletivas na defesa do direito à moradia.

Na conversa com o MLB realizada no dia 02//04/2025, destacou-se que houve a participação de dos moradores e da própria liderança (também moradora). É importante destacar que o movimento social, possui cerca de 26 anos de luta nacional pela reforma urbana e pelo direito à moradia digna, sendo assim, constituem um plano político social de luta pelo socialismo, indo além da conquista da casa. O movimento possui diversos polos em diferentes estados, tais como São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais entre outros, sendo essencial destacar que

em Natal/RN há três ocupações: 1) Valdete Guerra (localizada no Planalto); 2) Palmares (Rocas); e 3) Emanuel Bezerra (Alecrim). Dentro das estratégias do movimento, é necessário compreender que a ocupação é realizada com antecedência e cuidado, logo, os espaços escolhidos são imóveis abandonados (prédios públicos ou privados sem função social) e possuindo o suporte da universidade, advogados populares e outros agentes para avaliar os locais que podem ser ocupados, como coloca a liderança: “O movimento atua com respaldo jurídico, constitucional, na verdade jurídico não, mas constitucional. As ocupações são feitas para dar função social, que é uma coisa que deveria ser assegurada pela própria Constituição, além de ocupar apenas imóveis públicos ou semipúblicos” e é reforçado posteriormente pela coordenadora e moradora da ocupação Valdete Guerra: “Será que é crime você ocupar um terreno baldio, que quando a gente chegou na Valdete, o que você via mais era cobra, raposa? É crime a gente ocupar um terreno que está lá só para mato e criar entulhos? Será que é crime você ocupar um prédio abandonado?”.

No dia 15/05/2025 a professora Maria Dulce do departamento de arquitetura e urbanismo da UFRN, também conversou conosco acerca das questões que cercam os movimentos de luta, incluindo o que foi posto pelo MLB. Durante a roda de conversa foi abordado amplamente a luta pela moradia no Brasil, destacando a complexidade histórica, social e legal envolvida, especialmente em Natal, com ênfase em temas como déficit habitacional, regularização fundiária e os instrumentos legais que garantem direitos dos movimentos sociais. Foram discutidas as estratégias de resistência dos movimentos, como o MLB, em ocupações urbanas e a importância da combinação entre luta social e ações institucionais para garantir a permanência das comunidades, dando ênfase em algumas vivências e projetos que a professora compôs ao longo da sua trajetória — experiências de assessoria técnica, monitoramento de despejos e a relevância de relatórios e missões nacionais e internacionais para denunciar violações de direitos, buscando fortalecer a defesa da moradia como um direito humano.

Por último, no dia 06/06/2024 foi possível dialogar com outra importante liderança que possui vinte um anos de militância, ajudando a construir e fundar o MLB no passado, e que atualmente é coordenador do MLMP — que nasce em 2019. O encontro abordou a importância das ocupações urbanas como formas organizadas de resistência pela moradia, destacando a autogestão, a participação majoritária de mulheres e a articulação com os poderes públicos para garantir direitos constitucionais. Foram discutidos os desafios na estruturação das ocupações, desde a negociação com o Estado até a organização interna, e a relevância da cultura, solidariedade e apoio técnico na consolidação desses espaços. Além disso, os números atuais das famílias beneficiadas, a ausência de políticas públicas robustas e a relação dos movimentos com partidos políticos foram mencionados. É importante destacar que o movimento possui sete ocupações: Olga Benário (Guarapes); Marcos de Dionísio (localizado no Planalto); Aurora Maria (bairro da Esperança); Tiradentes (localizada em Felipe Camarão, é a ocupação mais antiga); Padre Tiago (Bom Pastor); Altos guarapes (Guarapes); Eli Ferreira (Parque dos Coqueiros); e assim como o MLB possui regras de convivência o MLMP também possui seu próprio estatuto.

Em vista, desses debates e da visita realizada à ocupação Palmares (MLB) no dia 30/04/2025, as práticas de resistências são plurais — a própria existência e busca de subsistência dessas ocupações podem ser vistas como atos de resistência, por exemplo, o processo de ocupação (e a própria utilização do termo “ocupação”) de imóveis abandonados e o processo de escolha desses espaços, configura atos de resistência e reivindicação do direito à moradia digna, principalmente para mulheres e famílias em situação vulnerável. A permanência no local

escolhido, a construção da cozinha coletiva e dos chamados “barracos” também podem ser vistos com os atos cooperativos de resistência — no caso do MLB, podemos dizer que a luta se estende para uma educação politizada e campanhas como o Natal Sem Fome. Ademais, ao tratarmos dessas questões heterotópicas que dizem respeito direto a esses “contraespaços” por excelência que resistem sempre ao hegemônico e o enfrentamento à criminalização e perseguição política sofrida pelo movimento, é importante destacar também que os desafios enfrentados, como a falta de apoio oficial, a violência policial, alagamentos, o recente incêndio em barracos e a ausência de apoio governamental direto impacta diretamente na vida das pessoas, dificultando o acesso à moradia digna.

Conclusão

Como já foi supracitado, a filosofia clássica, a crítica moderna e as reflexões contemporâneas sobre espaço e o poder convergem para uma discussão fundamental: a cidade não é apenas um artefato físico, mas um campo de disputa política, onde utopias e heterotopias se confrontam. Se a tradição filosófica buscou esboçar cidades ideais — desde a polis grega até as distopias tecnocráticas da ficção científica — a modernidade revelou que essas imagens são moldadas por relações de poder, segregação e resistência. Com as lentes de Lefebvre e Foucault, foi possível perceber o espaço urbano enquanto um produto de conflitos; de um lado Lefebvre (2008) denunciou a apropriação capitalista da cidade, que transforma o trabalhador em “sujeitado” sob o domínio de uma elite tecnocrática, e do outro Foucault (2013) introduziu a noção de heterotopia como um “espaço-outro” (ou o “não-lugar”) de resistência, no qual as práticas dissidentes desafiam a ordem hegemônica.

Nesse sentido, as ocupações urbanas, como as analisadas em Natal/RN, evidenciam essa heterotopia, uma vez que são territórios insurgentes que reivindicam o direito à moradia e à existência digna, desafiando a lógica excludente do urbanismo neoliberal. Por meio das “conversas sociáveis” com lideranças dos movimentos como o MLB e o MLMP mostrou que essas ocupações constituem (cada uma ao seu modo) projetos políticos que articulam autogestão, solidariedade e enfrentamento ao Estado; e que a predominância de mulheres nesses espaços reforça seu caráter contra-hegemônico, evidenciando como gênero, classe e raça se entrelaçam nas lutas urbanas. Em vista das lutas feitas por meio da ocupação, os desafios persistem e são constantemente denunciados pela ocupação, logo, cabe evidenciar os problemas frequentes com a criminalização (principalmente midiática), violência policial e a precariedade das condições de vida (infraestrutura). O presente trabalho reforça que a cidade ideal não está no futuro distante de uma utopia tecnológica, mas nas fissuras do presente — nos espaços heterotópicos em que aqueles que ocupam ou ficam às margens, constroem alternativas.

Referências

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo:Edições n-1, 2013.

SOARES, Manuel Pereira. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. Cadernos Metrópole, v. 21, p. 647–668, 3 jun. 2019.

VASCONCELOS, Pedro De Almeida. THE METAMORPHOSES IN THE CONCEPT OF THE CITY. Mercator, v. 14, n. 4, p. 17–23, 23 dez. 2015.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e16015, 24 ago. 2017.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. . Acesso em: 05 ago. 2025.

Simmel, Georg. Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo: 1991.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos sociais e organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio.... 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MARTINS, João Vitor Holanda. MLB e ocupações como forma de lutar: uma análise antropológica da ocupação Valdete Guerra em Natal/RN. In: GT 47: Desafios para acesso ao direito à moradia nas cidades em contextos latino-americanos. XIV Reunião de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios a partir do sul global. 1 a 4 de agosto de 2023, Niterói, RJ. Universidade Federal Fluminense (UFF/ Gragoatá).

PROGRAMA de Educação Tutorial de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PET-CS/UFRN). Entrevistas concedidas ao projeto de pesquisa “Moradia e Cidadania: análise dos movimentos de luta por habitação no Município de Natal/RN (2016/2024)”. Natal, mar./jun. 2025.

CÓDIGO: HS1543

AUTOR: JOSICARLA DOS SANTOS NASCIMENTO

ORIENTADOR: ORIVALDO PIMENTEL LOPES JUNIOR

TÍTULO: Mediação entre as pesquisas do grupo e os Minutos Sustentáveis

Resumo

Este projeto propõe uma investigação sobre a percepção social da crise climática, a partir de um estudo comparativo entre servidores da UFRN, estudantes e a sociedade civil. O objetivo é diagnosticar as diferentes visões sobre o tema para subsidiar futuras estratégias de comunicação científica. A pesquisa parte do pressuposto de que a crise atual não é um evento futuro, mas uma realidade presente, na qual mais da metade do carbono emitido pela queima de combustíveis fósseis foi lançada nas últimas três décadas. O referencial teórico de Bruno Latour é central para compreender o avanço do climatoceticismo não como mera falta de informação, mas como uma profunda mutação em nossa relação com o mundo que nos desestabiliza e enlouquece. A metodologia consistirá na aplicação de um questionário estruturado e na análise quali-quantitativa dos dados. Espera-se que os resultados revelem uma dissonância entre o reconhecimento da gravidade da crise e a disposição para mudanças estruturais, refletindo a crítica de Leonardo Boff de que o discurso da sustentabilidade é frequentemente esvaziado. O trabalho conclui apontando a importância desta proposta como um diagnóstico necessário para a repolitização da ecologia e o fortalecimento da cidadania ecológica.

Palavras-chave: Crise Climática.Percepção Social.Climatoceticismo.Litigância Climática

TITLE: Mediation between the group's research and Sustainable Minutes

Abstract

This project proposes an investigation into the social perception of the climate crisis through a comparative study among UFRN servers, students, and civil society. The objective is to diagnose the different views on the subject to inform future scientific communication strategies. The research is based on the premise that the current crisis is not a future event but a present reality, in which more than half of the carbon emitted from burning fossil fuels has been released in the last three decades. Bruno Latour's theoretical framework is central to understanding the rise of climate skepticism, not as a mere lack of information, but as a profound mutation in our relationship with the world that destabilizes and maddens us. The methodology will consist of applying a structured questionnaire and conducting a qualitative-quantitative data analysis. It is expected that the results will reveal a dissonance between acknowledging the crisis's severity and the willingness for structural changes, reflecting Leonardo Boff's critique that the sustainability discourse is often emptied of meaning. The

work concludes by highlighting the importance of this proposal as a necessary diagnosis for the repoliticization of ecology and the strengthening of ecological citizenship.

Keywords: Climate Crisis.Social Perception.Climate Skepticism.Climate Litigation

Introdução

Este projeto propõe uma investigação sobre a percepção social acerca da crise climática e da preservação ambiental a partir da aplicação de um questionário a três públicos distintos: servidores, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a sociedade civil. A pesquisa parte de uma constatação alarmante: a crise climática está acontecendo neste exato momento, não é uma prospecção para uma próxima geração; ela é uma realidade presente e “pior, muito pior do que você pensa” (Wallace-Wells, 2019, p. 1). De fato, mais da metade do carbono lançado na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis foi emitida nas últimas três décadas, o que significa que geramos mais destruição. “Atualmente, lançamos carbono na atmosfera a um ritmo consideravelmente mais acelerado; pela maioria das estimativas, pelo menos dez vezes mais rápido” (Wallace-Wells, 2019, p. 2). Desse modo, é possível ver o quão danosas são as ações provenientes de uma falta de ética e consciência ambiental.

Diante de uma emergência de tal magnitude, a aparente apatia ou reação cética de parte da população demanda uma análise aprofundada, pois manter-se nessa calmaria contemplativa tem suas consequências tanto atuais quanto futuras. Este trabalho fundamenta-se na perspectiva de Bruno Latour (2020), para quem a crise ecológica não é apenas uma adversidade passageira, mas uma separação da natureza extremamente perigosa. A ecologia nos enlouquece porque dissolve a separação moderna entre Natureza e Cultura, forçando-nos a encarar uma Terra que agora reage às nossas ações (Latour, 2020). A negação ou minimização dos fatos científicos, o chamado climatoceticismo, emerge, portanto, não como simples ignorância, mas como uma fuga das condições impostas por esta nova época, o Antropoceno. “O clima sempre variou. A humanidade sempre arranhou uma saída. Temos outras coisas com que nos preocupar. O importante é esperar e, acima de tudo, não enlouquecer” (Latour, 2020, p. 17). Mantendo, assim, uma postura cética, negacionista e até mesmo alienada, o futuro simplesmente não existe, pois há uma abjeção contundente a uma força de ação perante o que se tem no momento.

Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade, embora onipresente, torna-se problemático. Conforme aponta Leonardo Boff, a palavra é frequentemente usada como greenwash, ocultando a lógica de um sistema econômico que, na sua essência, é insustentável por sua busca de acumulação ilimitada e pela geração de desigualdades, com isso, “o decisivo é consumir, e para isso produzir de forma crescente, desconsiderando as externalidades (degradação da natureza e geração de desigualdades sociais, que não são computadas como custos)” (BOFF, 2017, p. 40). A aplicação do impossível, considerando limites naturais, é um projeto que vem cada vez mais mostrando suas consequências. Assim, esta iniciativa visa não apenas diagnosticar percepções, mas contribuir para uma reflexão crítica sobre a necessidade de um novo paradigma civilizatório, que Boff (2017) trata como uma necessidade de ver a própria sustentabilidade não só como aquela em que “tudo é realizado desde que não se afetem os lucros, não se enfraqueça a competição e não se prejudiquem as inovações tecnológicas”, e que Latour (2020, p. 262) define como a tarefa de aprender a compor um mundo comum diante de Gaia. A pesquisa procurará, portanto, entender como diferentes grupos sociais percebem esses desafios, gerando subsídios para o fortalecimento da cidadania ecológica e de ações futuras.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi desenhada com uma abordagem quali-quantitativa de caráter exploratório e comparativo, sendo as suas etapas subsequentes fundamentadas numa base teórica já consolidada. A primeira fase do trabalho, já concluída, consistiu em uma rigorosa pesquisa documental e revisão sistemática da literatura. Esta etapa envolveu um levantamento em bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Scholar e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando descritores como "percepção social da crise climática", "climatoceticismo", "sustentabilidade" e "Antropoceno". Este processo permitiu não apenas mapear o campo de pesquisa, mas também selecionar o referencial teórico que serve de pilar para toda a investigação, com destaque para as obras de Bruno Latour, Leonardo Boff, David Wallace-Wells e Pompeu e Pereira.

A partir deste arcabouço teórico consolidado (mas podendo ser ampliado, dado o desenvolvimento de pesquisas que, no tempo de revisão inicial, possam ainda não constar nas bases de dados), a segunda etapa da pesquisa se concentrará na elaboração e validação do instrumento de coleta de dados: um questionário estruturado com perguntas predominantemente de múltipla escolha. Os eixos temáticos do questionário serão diretamente derivados das tensões conceituais identificadas na literatura. Para assegurar a validade e a confiabilidade do instrumento, será conduzido um rigoroso processo de validação em duas frentes: primeiramente, uma validação de conteúdo, na qual o questionário preliminar será submetido à análise; em seguida, será realizado um teste-piloto (Anexo A) com uma amostra reduzida dos públicos-alvo para identificar possíveis ambiguidades e refinar a clareza das questões antes de sua aplicação definitiva.

A terceira etapa será dedicada à coleta de dados junto aos três públicos-alvo. Serão adotadas estratégias de amostragem distintas para cada grupo. O processo de experimentação dentro da UFRN com discentes e servidores se dará por meio de uma distribuição de formulários, que primeiro será entregue ao sistema de distribuição de notícias da própria universidade. Para a sociedade civil, será empregada uma amostragem que se concentrará nos pontos mais acessíveis, utilizando redes sociais e parcerias com grupos comunitários para alcançar um público amplo e diversificado, ciente das limitações de generalização estatística, mas coerente com a natureza exploratória do estudo, que visa ao aprimoramento da ferramenta de pesquisa.

Por fim, a quarta etapa consistirá na sistematização e análise dos dados coletados. A análise será conduzida em duas frentes complementares: uma quantitativa, que utilizará estatística descritiva para traçar perfis de resposta e identificar tendências em cada grupo; e uma análise qualitativa-comparativa, que se debruçará sobre os padrões numéricos, interpretando-os à luz do referencial teórico, tendo em vista que há eixos temáticos a serem levados em conta no processamento dos dados gerados. São eles: Relação Economia-Ambiente, que explorará a percepção do conflito entre o paradigma do crescimento econômico e a finitude do planeta; Responsabilidade Climática, que investigará a atribuição de responsabilidade pela crise, abordando as dimensões histórica, geracional e sistêmica; Soluções e Tecnologias, que aferirá a confiança em saídas tecnológicas em contraposição a mudanças estruturais de consumo e modo de vida; e Justiça e Impactos Climáticos, que abordará a percepção sobre a distribuição desigual dos impactos da crise. Esta fase buscará comparar as visões dos diferentes públicos para aprofundar a compreensão sobre as barreiras discursivas e ideológicas que moldam o debate climático. O objetivo primordial é identificar as dissonâncias e os pontos de convergência nas narrativas que influenciam a percepção e o engajamento com as questões

climáticas, pois é fundamental para instruir a formulação de políticas públicas e iniciativas educacionais que fomentem o discurso ambiental, promovendo um diálogo mais construtivo.

Resultados e Discussões

Esta proposta de pesquisa prevê impactos significativos na interface entre ciência, comunicação e sociedade, gerando um diagnóstico detalhado sobre a percepção da crise climática. Espera-se que a aplicação do questionário revele um panorama complexo e paradoxal, que permitirá aprofundar a consideração de que a crise climática traz impactos não só para o planeta, mas também para o imaginário social, considerando as diferentes visões sobre o tema, como, por exemplo, os climatocéticos, climatoquietistas e climatonegacionistas (LATOURE, 2020). Cada um desses modos de compreender a crise leva a uma interpretação de mundo descolada da realidade dos fatos e, assim, produz uma dissociação do conceito de natureza e sua interligação com o humano. Não havendo esse diálogo, as ações se tornam cada vez mais inversas, tendo, dessa forma, uma menor afeição à questão ambiental e, cada vez mais, uma aderência à desmobilização social acerca da mesma.

A hipótese central é que os resultados apontarão para uma dissonância entre o reconhecimento da gravidade da crise e a capacidade de ação política para enfrentá-la. Espera-se encontrar uma tendência majoritária em defender a conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental, refletindo o que Leonardo Boff critica como a retórica de uma sustentabilidade policiada pelo lucro e pelo capital. “Mesmo sendo hostil à natureza, pretende incorporar em seu processo econômico os fluxos biológicos” (BOFF, 2017, p. 52). Conserva-se a ideia de um “equilíbrio” que, em uma base capitalista, é impraticável, dada a sua natureza exploradora e expansiva. Como Wallace-Wells resume, “há um jogo de perde e ganha entre crescimento econômico e custo para a natureza” (2019, p. 5).

No que tange à responsabilidade, projeta-se que a análise revele uma tendência à pulverização da culpa, um mecanismo que, na prática, dilui a agência e justifica a inação, desvinculando o “ser humano” dos resultados catastróficos atuais. Tal resultado dialogaria com a análise de Wallace-Wells (2019) sobre como a geração atual se esquivava de seu papel histórico. O diagnóstico permitirá discutir como essa desmobilização constitui uma negação da própria situação, já que:

Se uma mutação radical estivesse de fato em questão, todos já estaríamos modificando de cima para baixo as bases de nossa existência. Teríamos começado a mudar nossa comida, nosso habitat, nossos meios de transporte, nossas técnicas de cultura, em suma, nosso modo de produção (LATOURE, 2020, p. 14).

Notoriamente, mesmo com dados, debate público e uma gama de informações a respeito, continua a inação de parte da sociedade, pois, em princípio, não se alinha necessariamente à ideia de desenvolvimento ou relevância. Essa paralisia social torna ainda mais relevante a necessidade de um aparato que busque a ação, por exemplo, usando o conceito de litigância climática, por ser um meio que “consiste no conjunto de repercussões decorrentes das ações judiciais promovidas por indivíduos, grupos ou organizações contra entidades consideradas responsáveis pelas alterações climáticas” (POMPEU; PEREIRA, 2025, p. 3).

Esta proposta justifica-se, ainda, pelo contexto da própria universidade. Um levantamento inicial, realizado durante a elaboração deste projeto, revelou a grande dificuldade em mapear de forma centralizada a vasta gama de projetos ambientais na UFRN. Essa fragmentação indica que a própria instituição pode não possuir uma visão integrada de suas próprias práticas. A pesquisa de Leal e Nepomuceno (2025) com docentes da UFS corrobora a hipótese de que os discursos sobre EA na universidade são heterogêneos e "atravessados pela trajetória pessoal e profissional". A aplicação deste questionário na UFRN funcionará, portanto, como um diagnóstico social fundamental para articular ações maiores. O estudo alinha-se, assim, à necessidade de fortalecer a cidadania ecológica, que integra a tutela ambiental como um dever compartilhado e exige a capacitação de indivíduos para que possam reivindicar os seus direitos (POMPEU; PEREIRA, 2025).

Ao final, espera-se que o estudo ofereça um mapa das percepções, identificando não apenas lacunas de informação, mas, principalmente, as barreiras ideológicas e discursivas que impedem a ação climática efetiva. "A devastação a torto e a direito que vemos hoje supera as expectativas do melhor cenário para o aquecimento e todos os desastres climáticos que ele trará" (WALLACE-WELLS, 2019, p. 18). O resultado não será apenas um conjunto de dados, mas uma ferramenta para a repolitização da ecologia, compreendendo que, apesar dos avanços, "desafios estruturais limitam a efetividade da participação popular no Direito Ambiental Internacional" (POMPEU; PEREIRA, 2025, p. 2)

Conclusão

Esta proposta de pesquisa destaca a urgência de se investigar a percepção social como um passo fundamental para enfrentar a crise climática. A partir de um robusto referencial teórico que une as perspectivas de Latour (2020), Boff (2017) e Wallace-Wells (2019), o projeto visa ir além da superfície do debate, compreendendo as raízes da apatia e da paralisia social não como simples ausência de informação, mas como um fenômeno complexo, enraizado em um paradigma civilizatório que se recusa a aceitar os limites do planeta. A investigação se mostra crucial para entender por que, mesmo diante de evidências científicas alarmantes, a sociedade hesita em adotar as transformações estruturais necessárias.

A metodologia proposta, centrada na aplicação de um questionário comparativo, é desenhada para ser uma ferramenta de diagnóstico precisa, capaz de revelar as contradições do pensamento contemporâneo sobre o tema: a aceitação dos fatos científicos convivendo com a recusa em alterar as estruturas econômicas e de consumo que nos levaram à crise. Acredita-se que esta estratégia seja um instrumento potente para subsidiar futuras ações de comunicação e educação ambiental, permitindo que superem a abordagem meramente informativa e atuem de forma mais crítica e eficaz no combate às barreiras ideológicas.

A iniciativa contribuirá para a valorização do conhecimento, para a formação de uma cultura científica e para a ampliação do diálogo entre a universidade e a sociedade. Adicionalmente, o projeto visa fortalecer a formação discente em pesquisa, análise e comunicação pública da ciência, capacitando a nova geração de pesquisadores para os desafios do Antropoceno.

Como desdobramentos, espera-se que o diagnóstico gerado possa ser utilizado para articular de forma mais coesa as diversas iniciativas ambientais dentro da própria UFRN, servindo também como modelo para outras instituições. Por fim, este trabalho reafirma o compromisso da universidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, atuando na construção de

uma sociedade mais informada, crítica e preparada para a tarefa inadiável de compor um mundo habitável, através da "mudança radical do rumo da história" (BOFF, 2017, p. 11).

Referências

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LEAL, Aline Dortas; NEPOMUCENO, Aline Lima de Oliveira. Ditos e não-ditos da educação ambiental: os discursos de docentes da Universidade Federal de Sergipe. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282362, 2025.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; PEREIRA, Kalyll Lamarck Silvério. Litigância climática e participação cidadã no Direito Internacional Socioambiental. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 22, e222768, 2025.

WALLACE-WELLS, David. **Desastres em cascata**. Piauí, ed. 153, junho de 2019. (Tradução de trecho de: A Terra Inabitável: Uma história do Futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019).

Anexos

ANEXO A- QUESTIONARIO PILOTO

ANEXO A- QUESTIONARIO PILOTO

CÓDIGO: HS1643

AUTOR: ÉRIKA THUANNY DA CRUZ ROCHA

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: Movimentos Sociais por Moradia: A conexão entre a habitação e a escolaridade em NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

Este estudo analisa a relação entre os movimentos por moradia e os níveis de escolaridade em Natal/RN, no período de 2016 a 2024. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em análise documental, dados secundários e revisão bibliográfica, investiga-se como a precariedade habitacional afeta o acesso e a permanência escolar, especialmente em ocupações organizadas por movimentos sociais como o MLB e o MLMP. Os resultados evidenciam que moradores de ocupações urbanas enfrentam índices significativamente baixos de escolaridade, agravados pela ausência de políticas públicas intersetoriais. Por outro lado, os movimentos constroem práticas de educação popular que resistem à exclusão e reforçam o papel da pedagogia social na luta por cidadania. Conclui-se que a articulação entre habitação e educação é condição essencial para o direito pleno à cidade.

Palavras-chave: movimentos por moradia; escolaridade; ocupações urbanas;

TITLE: Social Movements for Housing: The connection between housing and schooling in NATAL/RN (2016/2024).

Abstract

This study analyzes the relationship between housing movements and educational attainment in Natal, Rio Grande do Norte, from 2016 to 2024. Using a qualitative approach, based on documentary analysis, secondary data, and a literature review, it investigates how housing insecurity affects access to and retention in school, especially in occupations organized by social movements such as the MLB and the MLMP. The results showed that residents of urban occupations faced significantly low educational attainment rates, exacerbated by the lack of intersectoral public policies. On the other hand, the movements develop popular education practices that resist exclusion and reinforce the role of social pedagogy in the struggle for citizenship. The conclusion is that the connection between housing and education is an essential condition for the full right to the city.

Keywords: housing movements; schooling; urban occupations;

Introdução

A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, apresenta uma contradição urbana

marcada pela coexistência entre avanços nos indicadores educacionais formais e a persistência de desigualdades sociais profundas, especialmente nas regiões periféricas. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2024, Natal atingiu a média de 11,7 anos de estudo entre pessoas com 15 anos ou mais, a mais alta entre as capitais nordestinas. No entanto, esse avanço não se distribui de forma equitativa entre os diferentes territórios urbanos. Bairros periféricos como Nossa Senhora da Apresentação, Planalto, Felipe Camarão e Lagoa Azul ainda enfrentam baixos índices de escolaridade, com taxas elevadas de evasão escolar e acesso limitado à educação infantil, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao ensino médio em tempo integral.

Neste cenário de desigualdade estrutural, surgem e se fortalecem movimentos por moradia como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), que organizam ocupações urbanas em terrenos ociosos reivindicando coletivamente pelo direito à cidade. Esses movimentos não apenas demandam habitação digna, mas também denunciam a ausência de políticas públicas que articulem os direitos à moradia, à educação, à saúde e à segurança. No interior dessas ocupações, convivem famílias com histórico de escolarização precária. Apesar disso, muitas dessas comunidades desenvolvem práticas de educação popular e resistência pedagógica, como rodas de leitura, oficinas culturais, reforço escolar e espaços de formação política.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo investigar a conexão entre os movimentos por moradia e os níveis de escolaridade em Natal/RN entre os anos de 2016 e 2024, observando como a luta por habitação afeta ou é afetada pelas trajetórias educacionais dos sujeitos envolvidos. Busca-se compreender de que forma os territórios de ocupação se tornam também espaços educativos e como a ausência ou precariedade de políticas intersetoriais compromete a efetivação plena do direito à educação.

A relevância deste estudo reside na necessidade de evidenciar a escolaridade como um direito social frequentemente negligenciado nas políticas habitacionais urbanas. A análise também se propõe a contribuir com o debate acadêmico sobre justiça socioespacial. Ao considerar a escolaridade nas ocupações não apenas como dado estatístico, mas como elemento dinâmico das lutas sociais, este trabalho se insere no esforço de construir uma leitura crítica e comprometida com a transformação das realidades urbanas marcadas pela desigualdade.

A relação entre moradia e escolaridade é atravessada por múltiplas dimensões da exclusão social urbana. Para compreender esse entrelaçamento, parte-se do conceito de direito à cidade, conforme formulado por Henri Lefebvre (2001), que o define não apenas como o direito de acesso físico ao espaço urbano, mas como o direito de produzir, transformar e habitar a cidade de forma plena. No contexto de cidades marcadas por segregação socioespacial, como Natal, a moradia precária torna-se também um marcador de exclusão dos serviços públicos essenciais, entre eles, a educação.

A luta por moradia, quando organizada por movimentos sociais urbanos, é expressão concreta da reivindicação desse direito. David Harvey (2012) amplia essa noção ao associá-la à justiça social e ao direito coletivo à apropriação dos bens urbanos. Para Harvey, os movimentos populares urbanos emergem como resistência às lógicas capitalistas de urbanização, que marginalizam populações inteiras, sobretudo aquelas racializadas e empobrecidas. Os espaços de ocupação, nesse sentido, tornam-se também espaços políticos e pedagógicos, desafiando a

cidade institucionalizada.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada entre análise documental, entrevistas com moradores das ocupações, levantamento de dados e revisão bibliográfica crítica. A escolha por esse recorte metodológico justifica-se pelo caráter indissociável da relação entre moradia e escolaridade, que envolve tanto aspectos objetivos, como indicadores estatísticos, quanto elementos subjetivos relacionados à vivência social e política dos sujeitos envolvidos nas ocupações urbanas.

A pesquisa está delimitada ao período de 2016 a 2024, com foco na cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Este intervalo foi escolhido por representar um período de intensificação de ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais, crescimento das tensões habitacionais e mudanças significativas nas políticas educacionais locais, incluindo a redução da frequência escolar na educação infantil e o crescimento do ensino em tempo integral.

Foram utilizadas quatro principais frentes metodológicas desde o Levantamento de dados com Dados estatísticos do IBGE, INEP e Secretaria Municipal de Educação de Natal (SME-Natal). Análise documental com documentos públicos de audiências na Câmara Municipal de Natal e na Assembleia Legislativa do RN sobre movimentos por moradia. Relatórios e notas públicas do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), do MLMP, e de entidades de apoio, como o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), e as entrevistas com moradoras da ocupação Emanuel Bezerra.

Na revisão bibliográfica foi utilizado autores clássicos e contemporâneos que fundamentam a análise como Lefebvre, Harvey e Caldeiras, artigos acadêmicos sobre educação popular, pedagogia dos movimentos, direito à cidade e políticas públicas urbanas, além de trabalhos sobre escolaridade e ocupações urbanas em outras capitais brasileiras, como São Paulo, Recife e Belo Horizonte, para fins comparativos.

Nos critérios de análise os dados foram analisados por meio da técnica de análise temática de conteúdo, a partir de três eixos principais, as condições socioeducacionais dos moradores de ocupações, as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos por moradia e os impactos da ausência de articulação entre políticas de habitação e educação em Natal.

A triangulação entre dados estatísticos, documentos públicos e literatura acadêmica permitiu a construção de um panorama crítico e integrado das conexões entre habitação precária e exclusão educacional, revelando o papel dos movimentos populares como agentes de resistência pedagógica e social.

Resultados e Discussões

1. Escolaridade nas Ocupações Urbanas: Desigualdades Territoriais em Natal

Os dados obtidos junto ao IBGE, à SME/Natal e ao Observatório das Metrôpoles revelam uma correlação direta entre precariedade habitacional e baixos níveis de escolaridade em determinadas zonas de Natal. Bairros como Lagoa Azul, Planalto e Nossa Senhora da Apresentação concentram altos índices de população com ensino fundamental incompleto ou em situação de analfabetismo funcional. Em contrapartida, bairros centrais e da zona sul, como Tirol e Candelária, apresentam média superior a 12 anos de escolaridade formal.

Nas áreas de ocupações urbanas, especialmente aquelas organizadas pelo MLB e pelo MLMP entre 2016 e 2024, a realidade é ainda mais desafiadora. Relatórios de audiências públicas da Câmara Municipal de Natal (2021–2023) indicam que cerca de 60% das famílias que vivem em ocupações não têm acesso estável a creches, escolas próximas ou programas de Educação de Jovens e Adultos. O deslocamento até as unidades escolares é dificultado pela ausência de transporte público e pela insegurança nos trajetos.

2. Os Movimentos por Moradia como Espaços Pedagógicos

Apesar da negação estrutural do acesso à escola pública de qualidade, os movimentos por moradia em Natal se revelam, como espaços produtores de práticas educativas populares. O MLB, presente na cidade desde 2004, vem desenvolvendo ações de reforço escolar, alfabetização de adultos e oficinas de formação política nas ocupações mais consolidadas. Tais práticas, muitas vezes articuladas com universidades públicas como a UFRN e ONGs locais, se baseiam na pedagogia crítica de Paulo Freire e visam promover a consciência de direitos, a autonomia dos sujeitos e a valorização da cultura local.

Em entrevistas concedidas a meios alternativos como o portal Saiba Mais, militantes do movimento relatam que as ocupações tornam-se também escolas informais, onde se ensina a ler o mundo antes mesmo de aprender a ler palavras. As assembleias, mutirões e oficinas promovidas dentro das ocupações funcionam como espaços de formação política.

Essas ações mostram que, diante da ausência do Estado, os movimentos populares assumem o papel de mediadores do saber e da cidadania, ampliando a noção de escolaridade para além do ensino formal.

3. Ausência de Políticas Intersetoriais: Um Direito à Cidade Incompleto

Um dos principais achados deste estudo é a ausência de articulação efetiva entre as políticas habitacionais e educacionais em Natal. Embora a cidade tenha avançado em índices médios de escolaridade, como indicam os dados do IBGE (2024), esse avanço não se traduz em políticas públicas que integrem os diferentes direitos sociais. A política de habitação atua de forma isolada, desconsiderando os efeitos do deslocamento compulsório, dos despejos forçados e da instabilidade habitacional sobre a permanência escolar de crianças e adolescentes.

A própria inexistência de escolas próximas às ocupações revela o descompasso entre o planejamento urbano e o planejamento educacional. Além disso, o estigma territorial associado às ocupações faz com que muitas famílias evitem se identificar como moradoras desses espaços nos cadastros escolares, temendo discriminação ou desassistência.

Como consequência, a garantia do direito à educação nessas áreas depende cada vez mais da iniciativa dos próprios movimentos sociais. Essa realidade reafirma o argumento de David Harvey (2012), segundo o qual o acesso ao espaço urbano e aos seus serviços não é apenas uma questão de oferta técnica, mas um campo de disputa política em torno da justiça social.

Práticas educativas como iniciativas de alfabetização, reforço escolar e formação política nas ocupações, e a falta de políticas públicas como parte da invisibilização das ocupações no planejamento urbano.

Conclusão

A análise da relação entre movimentos por moradia e escolaridade em Natal/RN, no período de 2016 a 2024, revela que o acesso à educação formal ainda está fortemente condicionado à condição habitacional e à localização dos sujeitos no espaço urbano. Morar em uma ocupação, para milhares de famílias natalenses, significa viver não apenas sob o risco constante do despejo e da insegurança habitacional, mas também enfrentar a negação cotidiana de direitos básicos como o acesso à escola, à creche e à alfabetização de jovens e adultos.

Neste contexto, os movimentos por moradia, como o MLB e o MLMP, não atuam apenas como articuladores do direito à habitação, mas também como promotores de práticas educativas alternativas que se contrapõem à omissão do Estado. As ocupações estudadas se configuram como territórios de resistência, onde se constrói uma pedagogia popular baseada na solidariedade, na organização coletiva e no legado de Paulo Freire. Tais experiências demonstram que a escolaridade, mesmo em ambientes de extrema precariedade, pode ser mobilizada como instrumento de conscientização e empoderamento social.

Entretanto, a ausência de políticas públicas intersetoriais que integrem habitação e educação agrava a exclusão social desses territórios. Falta à cidade de Natal uma estratégia de planejamento urbano-educacional que reconheça as ocupações como parte legítima do tecido urbano e seus moradores como sujeitos de direitos. O reconhecimento territorial e a regularização fundiária devem ser acompanhados de investimentos em infraestrutura escolar, transporte público, formação de educadores e programas específicos de EJA e reforço escolar para populações em situação de vulnerabilidade habitacional.

Portanto, este estudo reafirma a importância de compreender os movimentos por moradia não apenas como reações à crise urbana, mas como agentes produtores de saber, cultura e cidadania. Ao aproximar os campos da educação e do urbanismo, a pesquisa contribui para o debate sobre justiça social e o direito à cidade, apontando que a efetivação plena da escolaridade passa, necessariamente, pela garantia do direito à moradia digna.

Referências

- HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Relatório sobre desigualdades socioespaciais nas regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília: IBGE, 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL (SME). Dados educacionais por distrito administrativo. Natal/RN, 2023.

CÓDIGO: HS1677

AUTOR: GELMA DOS SANTOS RAMOS

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: O PAPEL DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN (2016/2024).

Resumo

A presente pesquisa faz parte de um projeto realizado pelo Programa de Educação Tutorial - PET Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e buscou analisar o papel das mulheres participantes desses movimentos. Em sua produção, foi utilizada uma metodologia qualitativa com revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e análise crítica dos dados coletados. Como resultados, temos que os movimentos urbanos de luta por moradia surgem como resistência e denúncia da exploração do modo de produção capitalista que cria as condições de antagonismos entre as classes. Quando nos detemos na análise das mulheres, identificamos que elas são a maioria nas ocupações e que isso se deve a um quadro estrutural de desigualdade social aliado a opressões de gênero como a violência doméstica e também a falta de oportunidades no mercado de trabalho, entre outros fatores. Além disso, concluímos que os movimentos visam uma mudança societal, para além do acesso à habitação; de igual modo, as mulheres participantes das ocupações reivindicam não apenas moradia, mas também melhores condições de acesso à educação, saúde e transporte, entre outros a fim de alcançarem igualdade de gênero e justiça social.

Palavras-chave: luta por moradia; movimentos sociais; participação feminina

TITLE: THE ROLE OF WOMEN IN THE HOUSING STRUGGLE MOVEMENTS IN NATAL/RN (2016/2024)

Abstract

This research is part of a project carried out by the Tutorial Education Program - PET Social Sciences, at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) and sought to analyze the role of women participating in these movements. A qualitative methodology was used in its production, with a literature review, semi-structured interviews, and critical analysis of the data collected. As a result, we found that urban movements fighting for housing emerge as resistance and denunciation of the exploitation of the capitalist mode of production, which creates conditions of antagonism between classes. When we focus on the analysis of women, we identify that they are the majority in the occupations and that this is due to a structural framework of social inequality combined with gender oppression such as domestic violence and also the lack of opportunities in the labor market, among other factors. Furthermore, we conclude that the movements aim for societal change beyond access to housing; similarly, women participating in the occupations demand not only housing, but also better access to education, health care, and transportation, among other things, in order to achieve gender equality and social justice.

Keywords: housing struggle; social movements; female participation

Introdução

No Brasil, como em vários países em desenvolvimento, a densidade demográfica, a diversidade territorial e a crescente desigualdade social, tornam a questão da moradia uma das mais desafiadoras para o exercício da cidadania. Apesar de garantido pela Constituição de 1988, o acesso à habitação é um dos problemas sociais que ainda carecem de soluções. A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do Censo de 2022, a Fundação João Pinheiro, avalia que o déficit habitacional do Brasil no referido ano foi de mais de 6 milhões de domicílios, isso em comparação ao ano de 2019 representa um aumento de 4,2%. Os dados também mostram que no recorte por sexo, as mulheres somam 62,6% do total, ou seja, 3.892.995[1].

Segundo Gohn (1991; 1997), é a partir dos anos 1970 – seguindo uma tendência mundial e principalmente dado o contexto vivenciado na América Latina – que os movimentos sociais de diversas orientações surgem ou ressurgem de maneira mais articulada no Brasil. Muitos deles apresentam um conjunto de ações e reivindicações por moradia configurando os movimentos sociais de luta por habitação. Sobre isso, Souza-Lobo (2021) aponta a importância da participação dos movimentos de mulheres enquanto sujeito político a partir de reuniões a nível de bairros ou mesmo nos sindicatos e congressos colocando suas demandas em debate. A autora observa que partir dos anos de 1980, há o fortalecimento dos movimentos sociais que assumiam demandas urgentes diante da adoção da política neoliberal enquanto sistema econômico, podendo agir propositivamente no processo constituinte através das “emendas populares e das audiências públicas realizadas pelas comissões de trabalho” (Souza-Lobo, 2021, p. 234).

Ao considerar a cidade de Natal/RN, Guimarães (2013), argumenta que até a década de 1950, a organização popular na área urbana da cidade esteve limitada ao movimento sindical. Após isso, em articulação com a Igreja Católica e seus projetos junto à periferia, tem início o movimento de bairro “objetivando a implementação de uma política de ação para atender a população dessa área de Natal” (Guimarães, 2013, p. 76). Nesse sentido, a autora cita o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) e o Levante Popular da Juventude (LPJ) como experiências organizativas com forte influência de seus dirigentes como também pela realidade em que estão inseridos.

Observando que os movimentos de luta por moradia buscam soluções organizadas, Martins (2023) faz uma análise antropológica da ocupação Valdete Guerra, que recebe o nome da já falecida líder e militante do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) na capital potiguar. Já em 2023, foi organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário a Ocupação de Mulheres Anatólia de Souza Melo Alves, onde é possível observar também uma forte participação de mulheres estudantes e da classe trabalhadora[2]. Percebe-se, dessa forma, um movimento de mulheres estruturado em torno de questões pertinentes às mulheres, incluindo a da moradia e nas mobilizações que ocorrem no município em termos mais abrangentes, como transporte, saúde e educação, trabalho, entre outros.

Assim, objetivou-se de modo geral compreender o papel das mulheres nos movimentos de luta por moradia no município de Natal/RN. Mais especificamente, a pesquisa buscou mapear os movimentos sociais que atuam na luta por moradia no município de Natal; identificar as

principais demandas das mulheres que integram os movimentos e com base nos dados obtidos nas entrevistas, discutir sobre sua articulação nos movimentos identificados.

[1] Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

[2] Informações retiradas do perfil da ocupação no Instagram e tomadas em entrevista com uma de suas coordenadoras.

Metodologia

A pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, através da qual se empreendeu uma revisão da literatura especializada para a construção do quadro teórico-analítico que abarcou temas como o acesso à moradia e déficit habitacional, políticas públicas de moradias e mulheres e movimentos sociais. Após isso, seguiu-se de entrevistas semiestruturadas com mulheres da Ocupação Emmanuel Bezerra, localizada no bairro do Alecrim em Natal/RN, do Movimento de Mulheres Olga Benário e Ocupação de Mulheres Anátalia de Souza Melo Alves, localizada na Cidade Alta, todas vinculados ao MLB. Além de lideranças desse movimento, também foi ouvido um representante do Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e duas professoras pesquisadoras do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Após isso, foi feita a análise e interpretação crítica dos dados obtidos em diálogo com a literatura consultada a fim de se compreender o problema pesquisado a luz dos objetivos inicialmente elencados.

Resultados e Discussões

O projeto voltado para a realização da pesquisa teve início em 2023 com leituras iniciais sobre movimentos sociais de luta por moradia em nível nacional. Mas apenas em 2024 elas se constituíram como plano de iniciação científica. A partir de então, discutimos o processo da pesquisa em termos coletivo e individual e em 2025 iniciamos um ciclo de entrevistas com coordenadores dos movimentos mapeados – o MLB e o MLMP –, pesquisadoras sobre o assunto e moradoras e moradores das ocupações[1].

Identificamos que entre os movimentos organizados na cidade de Natal/RN se destacam o MLB e o MLMP, contando com diversas ocupações cada um deles. O MLB tem longa tradição nacional e é organizado em diversos estados do Brasil desde 1999[2]. No Rio Grande do Norte, o movimento está presente desde 2004[3], quando iniciou a ocupação Leningrado e atualmente conta com as ocupações Emmanuel Bezerra, Valdete Guerra e Palmares. Conta com o apoio do Movimento de Mulheres Olga Benário, voltado para a “luta contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes em nossa sociedade” (Cartilha, 2017, p. 5) e que também realiza ocupações para acolhimento e orientação jurídica para mulheres vítimas de violências.

O segundo maior movimento organizado que mapeamos é o MLMP. Conforme informação compartilhada na entrevista com um de seus representantes, este é dissidente do MLB e agora organiza sete ocupações em Natal: Olga Benário, Marcus Dionísio, Aurora Maria, Tiradentes, Padre Tiago, Elenir Ferreira e Alto do Guarapes. Segundo o entrevistado “a ferramenta do

movimento é a luta e organização” [4] frente às investidas do capitalismo através da especulação imobiliária que nega espaços sem uso social a famílias desprovidas de moradia.

Quanto ao modo de organização, ambos os movimentos apresentam aspectos semelhantes. Realizam reuniões para apresentar o movimento a potenciais participantes, falam de seus objetivos, fazem sondagens de imóveis sem função social e organizam o momento ideal para a ocupação. Após a ocupação, montam barracos e cozinhas coletivas, organizam a distribuição de água e energia elétrica e se preparam para o diálogo com o poder público ou proprietários dos imóveis ocupados, no caso de serem privados. Outra semelhança diz respeito a regras de convivências debatidas em assembleias e que preveem possíveis expulsões para aqueles que não respeitarem tais regras fixadas, principalmente no tocante à proibição do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas, aos horários de entrada e saída, uso de violência física e verbal principalmente contra mulheres, crianças e idosos. A última preocupação, segundo o relato de uma coordenadora da Ocupação Emmanuel Bezerra, visa “garantir que as mulheres possam permanecer na ocupação e contar com uma possível reestruturação financeira” [5].

Sobre a relação com o poder público, a nível municipal e estadual, MLB e MLMP enfrentam situações conflituosas, ainda que com algum grau de negociação resultado de sua posição incisiva. Apesar de dispor de canais oficiais que prezam pela participação popular através de audiências, é unânime a constatação de que há certa vontade de que as decisões a respeito de políticas públicas de moradia e relacionadas à dinâmica urbana sejam tomadas com a mínima interferência desses movimentos ou de equipes técnicas que realizam pesquisas a partir da UFRN e que em algumas situações prestam consultoria e apoio aos movimentos.

Todas as pessoas entrevistadas destacaram a importância da atuação das mulheres nas ocupações e nos movimentos que se fazem em torno delas, como mobilizações, assembleias e coordenações. Apesar de não ter sido possível precisar a quantidade de mulheres nas ocupações uma vez que há certa rotatividade dos moradores, foi apontado diversas vezes que elas representam a maioria. Em conversa com pesquisadores e moradores, estima-se que elas representam cerca de 90% nas ocupações. Segundo o representante do MLMP as ocupações são formadas “majoritariamente por mulheres”, tanto moradoras quanto a frente das coordenações. Em uma determinada ocupação dos nove coordenadores, três são homens e seis são mulheres; e outra delas, a coordenação é totalmente formada por mulheres [6].

Segundo uma das professoras entrevistadas “as mulheres são muito ativas nesses movimentos” [7] e isso pode está ligado ao fato das mulheres ocuparem historicamente o lugar de cuidadoras do lar e de crianças. Para a coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Ocupação de Mulheres Anátalia de Souza Melo Alves também tem a ver com a violência e opressão que as mulheres sofrem na sociedade capitalista, onde muitas vezes são conseguem acessar creches e outras estruturas sociais que possibilitem o ingresso ao mercado de trabalho. Ao serem excluídas de tais equipamentos, sobra o lugar de múltiplas vulnerabilidades, sendo a falta de moradia uma delas. Nesse sentido, as ocupações oferecem mais do que uma casa ou rede de apoio. Oferecem estratégias de resistência e perspectiva de futuro.

O relato de uma coordenadora e também moradora da Ocupação Emmanuel Bezerra, aponta na mesma direção. Segundo ela, muitas mulheres chegam às ocupações após episódios de violência doméstica, “carregando apenas uma mochila e um filho” [8]. Nessas situações, ter um teto – ainda que precário – para morar, contar com acolhimento psicológico e orientação jurídica também se confirmam como importantes recursos e estratégias de mobilização para

essas mulheres. Esses recursos são oferecidos voluntariamente pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, que de acordo com uma de suas coordenadoras faz busca ativa nas ocupações do MLB e entorno, mas também por meio de divulgações em redes sociais e em ambientes escolares e acadêmicos. Existindo em nível nacional, este movimento voltado para as mulheres surge a partir do MLB e se constitui como movimento próprio, também realizando ocupações, mas no intuito de receber, sobretudo mulheres vítimas de violência. Desse modo, opera como centro de referência e “abrigo” dessas mulheres, oferecendo acompanhamento psicológico, jurídico e de assistência social. Por surgir a partir do MLB, são considerados como “movimentos irmãos” que realizam um trabalho em conjunto com apoio mútuo em suas mobilizações e demandas.

No entanto, a moradia por si só não representa um fim nessa luta. Conforme relatos dos entrevistados é preciso que ela venha acompanhada por garantias de acesso à saúde, transporte e educação, incluindo uma das grandes reivindicações das mulheres, as creches. Nesse sentido, Martins (2023) confirma a precária estrutura de saúde, educação, cultura e lazer nas ocupações e, na maioria dos casos a total ausência dela. Isso confirma que os movimentos não se voltam unicamente para a questão da moradia, mas para tudo aquilo que viabiliza minimamente as condições básicas necessárias à reprodução da vida em sociedade.

A partir de tais reflexões, podemos inferir que desde a emergência do capitalismo e o desenvolvimento das cidades, os espaços urbanos vêm sendo produzidos e reproduzidos como mercadorias. A organização fundiária que se caracteriza pela concentração de terras nas mãos de uns poucos constitui um componente estrutural da desigualdade de acesso à terra e, por consequência, à moradia. Assim, questões voltadas para pensar o déficit habitacional se tornam prementes, pois escancaram a dinâmica desigual da sociedade capitalista e evidencia as contradições inerentes a ela. Disso, surgem contestações sociais que tem como reivindicação central a moradia, tida como elemento indispensável à dignidade humana.

Nesse sentido, os movimentos de luta por moradia surgem como mecanismos de enfrentamento em meio a relação conflituosa entre capitalismo, urbanização e cidadania, pois denunciam os problemas que atingem as populações urbanas precárias, atuando com base na premissa de que o acesso à moradia digna é um elemento dos direitos humanos que justificam sua luta. De acordo com Harvey (2005), a urbanização desenfreada tem beneficiado historicamente elites econômicas em detrimento das classes mais vulneráveis, acentuando as desigualdades sociais e econômicas ao mesmo tempo em que demonstra que as ações do Poder Público ainda são ineficientes diante do crescente déficit habitacional. Desse modo, a luta por moradia se justifica enquanto importante estratégia na busca por justiça social e cidadania plena.

Pesquisando sobre as dinâmicas urbanas, Caldeira (2000) também aborda as problemáticas comuns às cidades que desencadeiam as desigualdades sociais a partir da dicotomia centro-periferia que separa por meio das diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais aqueles que podem ocupar os centros equipados de instrumentos que possibilitam o melhor bem viver daqueles que são relegados às áreas afastadas da cidade onde a falta de quase tudo é a regra vigente.

[1] Não serão feitas referências diretas às entrevistadas e entrevistados, não sendo necessário, nesse caso, o uso de nomes fictícios. As entrevistas se deram nas seguintes datas: 26 de março de 2025 com uma professora pesquisadora da UFRN; 02 de abril de 2025 com duas coordenadoras e um morador de uma das ocupações do MLB; 15 de maio de 2025 com outra professora pesquisadora da UFRN; 02 de maio de 2025 com uma coordenadora e moradora

da Ocupação Emmanuel Bezerra (MLB); 29 de maio com uma coordenadora da Ocupação de Mulheres Anátalia de Souza Melo Alves e 06 de julho de 2025 com um representante do MLMP.

[2] Disponível em: <https://www.mlbbrasil.org/quem-somos>. Acesso em: 16 jun. 2025.

[3] Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/mlb-rn-luta-popular-20-anos/> . Acesso em: 16 jun. 2025.

[4] Entrevista concedida em 06 de julho de 2025, na UFRN.

[5] Entrevista concedida no dia 02 de abril de 2025, na UFRN.

[6] Entrevista concedida em 06 de julho de 2025, na UFRN.

[7] Entrevista concedida no dia 26 de março de 2025, na UFRN.

[8] Entrevista concedida no dia 02 de maio de 2025, na Ocupação Emmanuel Bezerra.

Conclusão

Podemos concluir, dessa forma, que os movimentos de luta por moradia em âmbito nacional ocorrem pela ineficiência do poder público em garantir o que consta em lei (Brasil, 2000). A falta de acesso a recursos básicos à subsistência é um fenômeno característico do modo de produção capitalista que se firma sobre o antagonismo de classes em que a grande maioria da população é expropriada em detrimento de um pequeno número que se apropria do valor produzido pela força de trabalho dos mais vulneráveis.

Sendo a falta de moradia um dos grandes problemas da atualidade, vimos que o acesso a ela não resolve todos os problemas. Além disso, quando tratamos das relações de gênero atreladas a falta de moradia, observamos que essa é uma questão que também abrange a opressão das mulheres que ainda se faz presente através da violência patriarcal (Saffioti, 2015). Assim, no contexto estudado, as mulheres concebem a luta por moradia, creches, escolas, saúde e transporte adequados, entre outros, como direitos que podem e devem ser conquistados através de mobilizações, enfrentamentos e lutas diárias por meio de um movimento que busca se fortalecer coletivamente.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 nov. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARTILHA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. Brasil, 2017. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento-29-MMOB->

CARTILHA-DO-MOVIMENTO-DE-MULHERES-OLGA-BEN%C3%81RIO.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Movimentos sociais e organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio... 2013. 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MARTINS, Joao Vitor Holanda. MLB e ocupações como forma de lutar: uma análise antropológica da ocupação Valdete Guerra em Natal/RN. In: GT 47: Desafios para acesso ao direito à moradia nas cidades em contextos latino-americanos. XIV Reunião de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios a partir do sul global. 1 a 4 de agosto de 2023, Niterói, RJ. Universidade Federal Fluminense (UFF/ Gragoatá).

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

CÓDIGO: HS1688

AUTOR: DECARTE ALVES BEZERRA JUNIOR

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: O trabalho social nas ocupações urbanas de Natal/RN

Resumo

O presente estudo é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Moradia e Cidadania: Análise dos Movimentos de Luta por Habitação no Município de Natal/RN”, desenvolvido por bolsistas do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais (PET-CS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A investigação parte da ideia do direito à cidade e da conceituação do Serviço Social, relacionando-a aos diferentes tipos de trabalho presentes nas ocupações urbanas, e tem como principal objetivo analisar o papel do trabalho social nesses contextos, com foco na mediação entre os movimentos de luta por moradia e o Estado.

A pesquisa dedica-se a identificar e caracterizar a atuação de dois importantes movimentos sociais: o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), destacando as distintas estratégias de mobilização e resistência adotadas por cada um. Ao fazer isso, busca-se compreender de que forma o trabalho social contribui para a efetivação de direitos e para a resolução das questões sociais nas ocupações urbanas de Natal.

Palavras-chave: Trabalho social; Ocupações urbanas; Direito à moradia; Natal/RN

TITLE: Social work in urban occupations in Natal/RN

Abstract

This study is the result of the research project entitled “Moradia e Cidadania: Análise dos Movimentos de Luta por Habitação no Município de Natal/RN”, developed by scholarship students from the Tutorial Education Program in Social Sciences (PET-CS) at the Federal University of Rio Grande do Norte. The research begins with the conceptualization of Social Work, relating it to the different types of practices found in urban occupations. Its main objective is to analyze the role of social work in these contexts, focusing on its mediating function between housing rights movements and the State.

The study aims to identify and characterize the actions of two major social movements: the Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) and the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), highlighting their distinct strategies of mobilization and resistance. In doing so, it seeks to understand how social work contributes to the realization of rights and the resolution of social issues in urban occupations in the city of Natal.

Keywords: Social work. Urban occupations. Right to housing. Natal/RN

Introdução

As ocupações urbanas manifestam-se de duas formas principais: 1) de maneira individual, quando famílias ou indivíduos ocupam, por iniciativa própria, terrenos e áreas irregulares — processo também conhecido como ocupação voluntária ou assentamento de origem informal; e 2) por meio de ocupações coletivas organizadas por movimentos sociais. No caso de Natal/RN, essas ações são lideradas por dois movimentos principais, com presença em diversas zonas da cidade. Em ambas as modalidades, evidenciam-se a complexidade das questões habitacionais e as dificuldades relacionadas ao exercício do direito à cidade. São justamente essas dificuldades que colocam os sujeitos envolvidos como protagonistas na reivindicação desse direito, que, segundo Harvey (2014, p. 15), “não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais”, mas sim das lutas cotidianas dos movimentos sociais, “(...)das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), o Serviço Social constitui uma especialização do trabalho da sociedade, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Nesse sentido, atua como uma ferramenta prática para o enfrentamento das questões sociais, as quais, estão intrinsecamente ligadas ao conflito entre as classes sociais e às suas contradições estruturais. Com base nessa concepção, identificaram-se formas de trabalho social que, mesmo não sendo exercidas exclusivamente por assistentes sociais, cumprem um papel essencial como mediação entre populações vulneráveis e o Estado. estão intimamente ligadas aos conflitos entre as classes sociais e às suas contradições estruturais. Com base nessa concepção, foram identificadas formas de trabalho social que, mesmo quando não exercidas exclusivamente por assistentes sociais, desempenham um papel fundamental na mediação entre populações em situação de vulnerabilidade e o Estado.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem metodológica de técnicas qualitativas. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de construir o referencial teórico, com foco principal na sociologia urbana. As leituras e os conceitos selecionados foram discutidos em reuniões semanais, promovendo o aprofundamento crítico coletivo. Em seguida, procedeu-se a uma pesquisa documental sobre políticas públicas de habitação e os movimentos sociais urbanos de luta por moradia que atuam no município de Natal/RN. A etapa final envolveu a realização de entrevistas semi-estruturadas e rodas de conversa com lideranças dos movimentos de luta por moradia, docentes de diferentes áreas com atuação direta no tema, além de visitas de campo às ocupações urbanas e entrevistas com os próprios moradores, a fim de compreender as dinâmicas locais e mapear as estratégias de resistência.

Resultados e Discussões

A partir da pesquisa documental, identificamos dois principais movimentos de luta por moradia que atuam na cidade de Natal: o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ambos com ocupações distribuídas por todas as zonas da cidade. Embora partam dos mesmos princípios legais — o direito à moradia como direito social e a dignidade da pessoa humana — adotam estratégias distintas. O MLMP atua de forma mais conciliadora e reformista, buscando o diálogo com o poder público municipal e estadual. Já o MLB segue uma linha mais combativa, apostando na autogestão e na mobilização direta como forma de resistência e reivindicação de direitos, entretanto, possui particularidades que serão abordadas no parágrafo seguinte.

Nesse contexto, identificou-se que o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) fundamenta sua atuação em dois pilares centrais. O primeiro está ancorado na ação direta e na valorização da autonomia das comunidades, com destaque para a campanha Natal sem Fome — um ato simbólico de enfrentamento à fome e ao desperdício de alimentos, que promove a arrecadação e distribuição de cestas básicas junto a grandes centros comerciais. Integra ainda esse eixo a atuação do Movimento de Mulheres Olga Benário, importante frente de apoio social e psicológico voltado às mulheres, bem como a criação de creches populares, como a Creche Tia Carminha, e a formação política comunitária, promovida por meio do jornal A Verdade.

O segundo pilar de sustentação da atuação do MLB refere-se à parceria com instituições de ensino, destacando-se o papel estratégico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no apoio ao trabalho social nas ocupações urbanas, especialmente naquelas articuladas pelo movimento. Nesse âmbito, sobressaem-se os cursos de Arquitetura e Direito, que contribuem por meio do Coletivo Habitat Popular (C-POP) e do Programa de Extensão MOTYRUM.

Essas iniciativas têm se materializado na elaboração de laudos técnicos, na mediação de conflitos e na oferta de assessoria técnica e jurídica, fortalecendo as formas de organização coletiva e as estratégias de reivindicação de direitos por parte das comunidades. Ressalta-se, ainda, a atuação decisiva da UFRN na campanha Despejo Zero, em 2022, a qual foi fundamental para a suspensão das remoções forçadas até junho daquele ano, abrangendo ocupações iniciadas até o início da pandemia de COVID-19, em 20 de março de 2020.

O Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), surgido a partir de uma cisão com o MLB, adota uma abordagem mais conciliadora, pautada no diálogo com as esferas municipal e estadual. Essa estratégia institucional tem como objetivo a captação de recursos financeiros e o fortalecimento de suas ações junto às ocupações.

Embora mantenha articulações com o poder público, o trabalho social desenvolvido nas áreas organizadas pelo MLMP baseia-se, sobretudo, em parcerias com outros setores da sociedade civil, com destaque para a atuação de organizações não governamentais (ONGs) ligadas a instituições religiosas — evidenciando uma possível conexão com o chamado “terceiro setor”. Contudo, as investigações realizadas até o momento sobre o MLMP ainda são limitadas, não permitindo um aprofundamento adequado sobre suas dinâmicas internas e na discussão relativa ao terceiro setor. Futuros estudos poderão contribuir para uma compreensão mais ampla do papel que o movimento desempenha no cenário da luta por moradia em Natal/RN.

O estudo evidencia a complexidade do trabalho social nas ocupações urbanas da cidade de Natal/RN, revelando não apenas as distintas estratégias políticas adotadas pelos movimentos

sociais, mas também o papel fundamental da mediação entre sociedade civil organizada e o Estado na efetivação de direitos sociais. A análise comparativa entre o MLB e o MLMP aponta que, embora ambos compartilhem o compromisso com a luta por moradia digna, operam com metodologias diferentes: o MLB articula uma prática mais combativa, pautada na autogestão e em ações diretas, ainda que estabeleça parcerias com instituições públicas, como universidades; já o MLMP adota uma postura mais institucionalizada, priorizando o diálogo com o poder público e estabelecendo vínculos com organizações não governamentais e religiosas.

Conclusão

Em ambos os casos, o trabalho social se apresenta como uma expressão da divisão social do trabalho e elemento estruturante na organização das ocupações, contribuindo para a promoção de direitos, a formação de redes de solidariedade e a construção de alternativas diante da omissão ou fragilidade das políticas públicas. Destaca-se, nesse processo, a contribuição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cuja atuação reafirma o papel estratégico da universidade pública na construção de respostas sociais comprometidas com a justiça e a dignidade humanas. Exemplo disso foi a missão de investigação realizada em 2007, voltada ao monitoramento do respeito ao direito à moradia em contextos marcados por conflitos fundiários.

Contudo, o trabalho social nas ocupações urbanas de Natal transcende a questão habitacional, inserindo-se num campo mais amplo de disputas por reconhecimento, por justiça social, por cidadania plena e pela efetivação de outros direitos fundamentais. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais e do reconhecimento institucional do papel dos movimentos sociais como sujeitos políticos legítimos de transformação, sobretudo em um cenário político que tem se preocupado em criar uma Comissão Especial de Investigação (conhecida como “CEI das invasões”) que busque deslegitimar e criminalizar essas formas de organização popular.

Referências

IAMAMOTO, Marilda; YAZBEK, Maria. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERREIRA, Glenda Dantas. Produção habitacional, agentes e território: uma análise do programa Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana de Natal (2009-2014). 2016.294f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

PLATAFORMA DHESCA. Efetivação do direito à moradia na cidade do Natal: monitoramento e controle social na missão da Relatoria Nacional do Direito Humano à

Moradia Adequada e Terra Urbana – Plataforma DHESCA. [S.l.]: Plataforma DHESCA, [s.d.].

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CÓDIGO: HS1752

AUTOR: DAMIÃO SILVA DA PAZ

ORIENTADOR: JOAO BOSCO ARAUJO DA COSTA

TÍTULO: ESTÉTICAS DA RESISTÊNCIA: ÀS NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS NAS LUTAS POR MORADIA EM NATAL/RN

Resumo

O presente trabalho discute o papel das imagens fotográficas produzidas pelos movimentos sociais de luta por moradia em Natal/RN, com ênfase nas narrativas visuais construídas por militantes e moradores das ocupações urbanas. Através da perspectiva teórica de autores como Susan Sontag (2004), Boris Kossoy (2012) e José de Souza Martins (2016), analisa-se como a fotografia pode servir como ferramenta de resistência, memória e reconhecimento social. O plano de trabalho é parte do projeto de pesquisa “MORADIA E CIDADANIA: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN” do PET de Ciências Sociais da UFRN, envolveu entrevistas com membros dos movimentos MLB e MLMP, além de análise das imagens produzidas nas ocupações e manifestações. Observa-se que, embora muitas dessas imagens sejam produzidas por dispositivos simples como smartphones, elas carregam forte valor simbólico e político, contrastando com registros jornalísticos ou institucionais. O estudo aponta para a necessidade de reconhecer a fotografia como prática social, incorporada na luta cotidiana das classes populares pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Moradia; Fotografia social; Estética; Movimentos sociais; Natal/RN

TITLE: AESTHETICS OF RESISTANCE: VISUAL NARRATIVES IN THE HOUSING STRUGGLES IN NATAL/BRAZIL

Abstract

This paper discusses the role of photographic images produced by social movements fighting for housing in Natal, Rio Grande do Norte, with an emphasis on the visual narratives constructed by activists and residents of urban occupations. Drawing on the theoretical perspectives of authors such as Susan Sontag (2004), Boris Kossoy (2012), and José de Souza Martins (2016), the paper analyzes how photography can serve as a tool of resistance, memory, and social recognition. The work plan is part of the research project "HOUSING AND CITIZENSHIP: ANALYSIS OF HOUSING FIGHT MOVEMENTS IN THE MUNICIPALITY OF NATAL, RN" by the UFRN Social Sciences Program (PET). It involved interviews with members of the MLB and MLMP movements, as well as an analysis of the images produced during the occupations and demonstrations. It is observed that, although many of these images are produced by simple devices such as smartphones, they carry strong symbolic and political value, contrasting with journalistic or institutional records. The study highlights the need to recognize photography as a social practice, incorporated into the daily struggle of the working classes for the right to the city.

Keywords: Housing; Social photography; Aesthetics; Social movements; Natal/RN

Introdução

A centralidade da imagem na vida social contemporânea não é apenas um dado de cultura visual; nos conflitos urbanos, ela é também instrumento, prova e memória. Nas lutas por moradia, fotografias de acampamentos, marchas e assembleias condensam reivindicações e afetos, inscrevendo corpos e demandas na cena pública. Este artigo analisa as fotografias produzidas no âmbito de acampamentos e ações coletivas em Natal/RN, especialmente por movimentos como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento de Luta por Moradia Popular (MLMP), a partir de um projeto de pesquisa e extensão vinculado ao PET Ciências Sociais/UFRN. Interessa-nos compreender os modos como tais imagens são produzidas, circulam e operam politicamente, interrogando a hipótese de que compõem uma “estética da resistência” – um repertório visual recorrente em que autoria, enquadramentos e circuitos de difusão se articulam para construir presença e disputar sentidos sobre a cidade.

A literatura clássica oferece chaves para essa abordagem. Kossoy problematiza a fotografia como documento e memória: índice do real e, ao mesmo tempo, construção que organiza lembranças e identidades (KOSSOY, 2012). Sontag sublinha sua ambivalência ética: a foto pode simultaneamente denunciar e anestesiá-lo, evidenciar e estetizar o sofrimento; mas, ao fazê-lo, inscreve acontecimentos no campo do visível e, por isso, do dizível (SONTAG, 2004). Martins, por sua vez, recoloca a questão da autoria e do gesto: a fotografia é um ato situado, que envolve escolhas formais e políticas (MARTINS, 2016). No campo urbano, Lefebvre e Harvey fornecem o horizonte de disputa: o direito à cidade como práxis, na qual apropriações e usos do espaço colidem com lógicas de produção e acumulação (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). À luz dessas referências, descrevemos as imagens não como meros espelhos de eventos, mas como atos que convocam, provam e educam, participando da própria constituição dos coletivos.

Em Natal, as ocupações e acampamentos organizados por MLB e MLMP tornaram-se formas de reivindicação: ao erguer barracos, marchar e ocupar prédios e terrenos públicos, as famílias inscrevem direitos no espaço urbano e convocam a cidade a vê-las. Nesse cenário, as imagens são produzidas muitas vezes com dispositivos móveis, como celulares, pelos próprios participantes, circulam nas páginas dos movimentos e também vão parar em cartazes de convocação. Embora haja registros de aliados, prevalece a autoria militante, aproximando o enquadramento do ponto de vista de quem luta. Entrevistas e rodas de conversa indicaram cuidado com a exposição de rostos e corpos, preferência por fotógrafos ligados à causa e devolutiva das imagens; docentes relataram uso dessas fotos em aulas e relatórios, em diálogo com os movimentos. Nessa chave, entendemos a estética da resistência como gramática visual que afirma coletividade (mãos erguidas, cozinhas, assembleias), marca territórios (faixas, nomes das ocupações) e mobiliza afetos, articulando reconhecimento e direito à cidade (HONNETH, 1995; LEFEBVRE, 2008).

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, ancorada na sociologia visual e na etnografia de curta duração, combinando observação participante em acampamentos e atos públicos, entrevistas semiestruturadas com integrantes dos movimentos e análise documental de

registros digitais compartilhados em redes sociais (páginas, perfis e grupos) do MLB e do MLMP. O recorte empírico decorreu do projeto de extensão e pesquisa “Moradia e cidadania”, vinculado ao PET de Ciências Sociais/UFRN, que orientou a seleção de eventos e interlocutores e previu a devolutiva permanente dos materiais aos coletivos, respeitando pactos éticos estabelecidos com as lideranças. Os dados primários foram produzidos em três frentes: (1) diário de campo com notas densas sobre reuniões, marchas, cozinhas coletivas e assembleias; (2) entrevistas e rodas de conversa com militantes, moradores e apoiadores, registradas em áudio, com consentimento, e transcritas integralmente; (3) corpus de imagens captadas pelos próprios participantes e por pesquisadores em colaboração, priorizando fotografias feitas em celulares e publicadas em tempo quase real. Essa opção reflete o protagonismo da autoria militante e o uso corrente de smartphones como ferramenta de registro, mobilização e memória. Relatos coletados indicaram preferência por fotografias feitas por pessoas vinculadas aos movimentos, bem como a prática de solicitar autorização em situações sensíveis e de controlar a exposição de rostos de crianças e de participantes em contextos de risco. A observação em campo utilizou equipamentos discretos (gravadores portáteis, cadernos, canetas) para reduzir reatividade; em atos de rua, registramos horários, trajetos e interações com agentes públicos. Para a análise, combinamos procedimentos de leitura indiciária e análise de enquadramentos: identificamos motivos recorrentes (mãos erguidas, faixas, cozinhas, crianças), planos e pontos de vista (plongée, contra-plongée, olho no olho), e contextos de circulação (grupos de mensagens, páginas oficiais, imprensa). Cada fotografia foi descrita em ficha analítica com campos para elementos formais (luz, cor, composição), elementos narrativos (sujeitos, ação, cenário) e funções pragmáticas (convocar, denunciar, celebrar). A etapa interpretativa articulou tais descrições a categorias construídas com base na literatura: memória e documento (KOSSOY, 2012), testemunho e prova (SONTAG, 2004), autoria e intencionalidade (MARTINS, 2016), e direito à cidade (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Também examinamos comentários, curtidas e compartilhamentos para mapear as rotas de circulação e os efeitos de sentido associados à visibilidade digital. Quanto aos critérios de inclusão, privilegiamos imagens produzidas no período do projeto e que apresentassem legibilidade contextual (faixas com nomes, referências a órgãos públicos, marcos urbanos), além de cenas de cotidiano das ocupações. Excluímos fotos que pudessem expor indevidamente participantes em condições de vulnerabilidade, seguindo orientação acordada com as lideranças e com docentes supervisores. A análise das entrevistas seguiu um protocolo de codificação temática: primeiro, leitura flutuante e síntese por pergunta; depois, codificação aberta com rótulos relativos a autoria, circulação, ética do mostrar, relação com a imprensa e efeitos mobilizadores; por fim, construção de eixos interpretativos e comparação com os achados visuais. O tratamento dos materiais buscou saturação teórica em torno do conceito central de “estética da resistência”, a partir do qual interrogamos como determinados arranjos visuais e gestos fotográficos se repetem e adquirem força persuasiva. A triangulação entre fontes (campo, entrevistas, imagens) e a validação por pares (discussões internas no PET) serviram como estratégias de robustez. Todas as etapas respeitaram princípios éticos: informação clara sobre objetivos, usos e limites; direito de recusa e anonimização quando solicitadas. Por fim, elaboramos quadros-síntese e narrativas descritivas das séries fotográficas, escolhendo casos exemplares que condensassem os achados e permitissem o confronto com a literatura especializada. Complementarmente, tratamos “séries” como unidades analíticas: conjuntos de imagens de um ato, do anúncio à dispersão. Diferenciamos fotos de convocação (pré), acontecimento (durante) e repercussão (pós), atentas a legendas e comentários etc. Para reduzir vieses, promovemos leituras coletivas com estudantes e militantes; convergências e dissensos alimentaram a codificação. Reconhecemos limites do campo situado e da

intermitência de acesso o que reforçou o compromisso de não expor participantes. A curadoria final privilegia casos paradigmáticos, com densidade descritiva para sustentar a interpretação; procedimentos foram revisados no PET.

Resultados e Discussões

Iniciamos a apresentação dos resultados pela caracterização geral do corpus e de seus circuitos de circulação. Foram reunidas séries fotográficas de acampamentos, assembleias, atos em frente a órgãos públicos e protestos de rua, com forte predominância de imagens feitas por celulares, em primeira pessoa, e publicadas em perfis e páginas dos movimentos. A autoria militante configurou a regra, e não a exceção; quando houve participação de fotógrafos aliados, ela se deu sob pactos explícitos de colaboração e respeito à estratégia comunicacional dos coletivos. Registros de entrevistas e conversas indicaram preferência por quem “é de dentro” e preocupação com a autorização em situações sensíveis, incluindo o cuidado com rostos de crianças e com participantes expostos a retaliações. Essa configuração material e política dos fluxos de produção e circulação já é, por si, um dado substantivo: na medida em que os próprios sujeitos controlam o enquadramento, a temporalidade e a plataforma, as imagens adquirem a potência de ser, simultaneamente, documento e intervenção. Partindo de Kossoy, lemos tais fotografias como memórias visuais que condensam informação e emoção (KOSSOY, 2012), mas também como atos de fala visuais que reordenam a cena pública, à maneira sugerida por Sontag quando associa a fotografia a um testemunho que confere estatuto de evidência ao acontecido (SONTAG, 2004). Martins contribui ao enfatizar que toda fotografia é gesto autoral socialmente situado, em que escolhas de ponto de vista, proximidade e momento revelam posições no mundo (MARTINS, 2016). Nosso material confirma tal hipótese: a proximidade física do enquadramento – frequentemente olho no olho, ou a poucos centímetros de corpos em marcha – sinaliza pertencimento e copresença; quando a câmera se afasta, geralmente o faz para inscrever uma coletividade com faixas e bandeiras, construindo uma paisagem política que alterna proximidade afetiva e visada panorâmica.

Ao mapear motivos recorrentes, quatro conjuntos se destacaram. (1) Corpos coletivos: mãos erguidas, braços entrelaçados, fileiras de pessoas que caminham ou ocupam a frente de prédios públicos. Nessas cenas, o primeiro plano frequentemente exhibe expressões intensas, suor, lágrimas e sorrisos que indexam esforço, cansaço e esperança; a profundidade de campo curta concentra a atenção no gesto, enquanto banners e palavras de ordem, ao fundo, situam a ação politicamente. (2) Território e direito à cidade: faixas com o nome das ocupações, barracos, cozinhas comunitárias e marcos urbanos (praças, sedes de secretarias) aparecem como “assinaturas” visuais que asseguram legibilidade territorial. (3) Cuidado e reprodução social: painéis em fogo coletivo, distribuição de alimentos, crianças brincando sob tendas, momentos de descanso. Aqui, a violência estrutural do déficit habitacional é contraposta a práticas de cuidado que sustentam a luta. (4) Negociação e confronto: comissões de diálogo diante de portas cerradas, formação de cordões, presença policial e, por vezes, imagens de tensão que mostram o risco calculado dos atos. Em todos os conjuntos, a materialidade do celular – sua mobilidade, rapidez e ubiquidade – aparece como condição técnica e política da visibilidade; é com ele que se aciona a urgência do “agora”, se produz prova, se convoca apoio e se arquiva a memória para usos futuros. Essa centralidade do smartphone e da circulação digital foi registrada em nossos relatórios e no desenho metodológico do projeto.

Quando aproximamos tais núcleos visuais da literatura, sobressai a tensão produtiva entre documento e intervenção. Se, com Sontag, a fotografia torna “visível” e por isso acreditável o acontecimento, nossos materiais sugerem que a prova não é neutra: poe-se em cena uma perspectiva situada, que seleciona e dramatiza elementos em disputa simbólica. Assim, mãos erguidas e faixas funcionam como signos de legitimidade e de pertencimento, enquanto enquadramentos baixos e proximidades corporais dissolvem distâncias e recusam o olhar “de fora”. A hipótese de Martins sobre a intencionalidade autoral ajuda a compreender esse gesto: ao escolher estar no meio da marcha, o fotógrafo-militante denuncia e convoca simultaneamente, convertendo-se em sujeito e meio da ação. Por outro lado, com Kossoy, reconhecemos que tais imagens sedimentam memória coletiva, oferecendo um arquivo que pode ser reativado em disputas futuras – por exemplo, quando se revisita uma série para lembrar conquistas e promessas não cumpridas. Esse arquivo vivo foi um dos alvos do plano de trabalho, que propôs examinar imagens “produzidas pelos membros dos movimentos” em acampamentos, atos e manifestações, articulando-as a material documental e entrevistas. Nas entrevistas com docentes e estudantes envolvidos, emergiram relatos sobre o uso pedagógico dessas fotografias em sala de aula e em relatórios, bem como a preferência dos movimentos por “fotógrafos de confiança” e a recusa a exposições não autorizadas; tais depoimentos reforçam que a circulação é controlada com vistas à proteção e à eficácia política.

No conjunto “corpos coletivos”, a repetição do gesto de mãos erguidas condensa três operações. Primeiro, cria-se um ritmo visual que sincroniza indivíduos e torna a multidão legível como sujeito político. Segundo, estabiliza-se uma iconografia de resistência reconhecível além do tempo do ato, compondo um repertório que pode ser reempregado. Terceiro, anula-se a imagem da desordem, frequentemente associada a ocupações na cobertura midiática, e afirma-se uma coreografia cívica. Essa deslocção dialoga com a crítica de Gohn ao modo como movimentos populares são classificados e hierarquizados no debate público, ora como “casos de polícia”, ora como “problemas” a serem tutelados (GOHN, 1991; GOHN, 1997). Vistas dessa maneira, as fotografias funcionam como contra-enquadramentos: elas expõem a ordem própria da mobilização, combinando disciplina e afeto em composições que privilegiam rostos e mãos, e não apenas cartazes e números. Na chave do direito à cidade, as fotografias de “território” reforçam a tese de Lefebvre sobre a centralidade da apropriação do espaço como condição de cidadania (LEFEBVRE, 2008). Faixas com nomes de ocupações projetam um “mapa” alternativo de Natal: aquilo que não consta na toponímia oficial torna-se lugar, com história e comunidade. Harvey lembra que o urbano sintetiza relações de classe e processos de acumulação por desapropriação; nossas imagens confirmam essa crítica ao registrar enfrentamentos diante de prédios públicos onde se decidem políticas habitacionais (HARVEY, 2005). Em diálogo com Caldeira, a gramática visual da ocupação desafia a retórica do medo e da ilegalidade ao destacar cenas de cuidado e convivência (CALDEIRA, 2000). Essas cenas são decisivas para quebrar o circuito da suspeita e comunicar à cidade que a luta não é apenas confronto com o Estado, mas também produção cotidiana de vida comum.

A leitura por “séries” evidenciou temporalidades distintas da luta. Fotografias de convocação, geralmente com cartazes digitais ou imagens de arquivo do local, constroem expectativa e autoridade: apresentam hora, trajeto e demanda, e frequentemente resgatam cenas anteriores para dizer “voltaremos”. Durante o acontecimento, predominam planos próximos, tomadas do nível do corpo e movimentos que sugerem marcha; fotografias panorâmicas são usadas para situar a densidade do ato e inscrever prédios públicos no quadro, marcando o confronto como disputa legítima de espaços. Nas imagens de repercussão, multiplicam-se abraços, registros de falas ao megafone, assembleias, e fotografias de portas abertas ou fechadas que

simbolizam vitórias parciais e impasses. A função pedagógica das séries é evidente: ao circularem nas redes, elas oferecem roteiro e memória, ensinando como se organiza um ato, como se protege o grupo e quais símbolos importam. Essa dimensão pedagógica foi ressaltada pelos interlocutores, que descrevem o uso das imagens em formações internas, em aulas e em relatórios de atividades, sempre com retorno aos coletivos. Nas cenas de “negociação e confronto”, nota-se uma contenção estratégica: imagens de tensão não exibem rostos vulneráveis em close; privilegiam planos que preservam identidades, ou recortes em que mãos, braços e objetos (faixas, megafones) bastam para narrar a situação. A escolha aponta para uma ética do mostrar que recusa o sensacionalismo e valoriza o cuidado, em sintonia com discussões do relatório final sobre controle comunitário da visibilidade e preferência por autores vinculados à causa. Já nas cenas de “cuidado e reprodução social”, a cozinha coletiva aparece como coração do acampamento: o vapor das panelas, a fila de pratos, a partilha de alimentos. Essas imagens reconfiguram a imagética da pobreza: em vez de carência, comunicam organização e solidariedade; em vez de “favelização”, mostram comunidade em ação. Se, segundo Sontag, a fotografia pode dessensibilizar pelo excesso de choque, aqui opera o contrário: o cotidiano compartilhado renova a capacidade de afetar, porque revela a infraestrutura moral que sustenta a mobilização (SONTAG, 2004).

No eixo “território e direito à cidade”, duas estratégias se impõem. A primeira é a monumentalização pelo contra-plongée: fotos feitas de baixo para cima ampliam a escala de faixas e bandeiras, fazendo com que o nome da ocupação e a mensagem preencham o céu, como se rebatizassem a paisagem. A segunda é o acoplamento do coletivo a edifícios-símbolo (prefeituras, secretarias, assembleias), de modo que o endereço do poder se torne cenário e evidência de interpelação. Ao reunir ambas, as séries constroem equivalência entre presença e pertencimento: estar diante do prédio é exercer o direito de falar, e a fotografia torna essa fala circulável e arquivável. Com Kossoy, poderíamos dizer que a imagem guarda a “memória visual do mundo”; aqui, ela guarda as marcas de uma contra-cartografia, em que a cidade é reinscrita pelos que a habitam precariamente (KOSSOY, 2012). Na chave do reconhecimento, as fotografias reiteram o pedido – e a exigência – de serem vistas como sujeitos de direitos, o que ressoa a gramática da luta por moradia descrita por Gohn (GOHN, 1997) e, por outra via, as geografias críticas de Harvey (HARVEY, 2005). Já a hipótese autoral de Martins se comprova nos detalhes: as escolhas de proximidade, os cortes que suprimem o sensacional e guardam o digno, o uso de mãos e objetos como metonímias do sujeito, tudo indica uma autoria coletiva orientada por valores. (MARTINS, 2016).

O contraste com imagens externas, produzidas pela imprensa ou por olhares episódicos, foi tema recorrente nas conversas. Relatos assinalaram desconforto com registros que enfatizam o exótico, a desordem ou a vulnerabilidade sem contexto, e que por vezes ignoram as demandas substantivas das pautas; por isso a preferência por fotógrafos “de confiança” e o controle sobre a circulação. Essa recusa aponta para uma consciência ampliada do papel político das imagens e para a necessidade de mediações situadas. Do ponto de vista técnico-político, a temporalidade do upload em redes instantâneas – muitas vezes minutos após a captura – produz um efeito de presente contínuo: o ato “acontece” também no feed, multiplicando públicos e potencializando apoios. É nesse regime que a fotografia milita: convoca, informa, prova, narra e comemora. Ao mesmo tempo, a vida da imagem não se encerra no feed; ela retorna em dossiês, cartazes e memoriais digitais, constituindo arquivo acionável em novas rodadas de disputa.

Três figuras narrativas ajudam a sintetizar o repertório observado. A primeira é a “frente do prédio”: um grupo compacto ocupa o primeiro plano, faixas legíveis erguem o motivo da

pauta, e a arquitetura institucional, ao fundo, confere escala e índice de lugar. A exposição dos rostos é calibrada: quando há risco, preferem-se ângulos laterais ou cortes no nível dos ombros. A segunda figura é a “marcha de cuidado”: adultos e crianças caminham em bloco, muitas vezes ladeados distribui água; a imagem produz uma aliança entre cuidado e luta, recusando dicotomias. A terceira é a “assembleia em círculo”: corpos sentados ou de pé, em roda, com um megafone ao centro; a circularidade sinaliza democracia interna e escuta, enquanto o registro fotográfico transforma a deliberação em cena exemplar, capaz de ensinar e inspirar outros grupos. Essas figuras não esgotam o repertório, mas são exemplares do modo como a fotografia organiza atenção e compõe autoridade coletiva.

Confrontando tais achados com a literatura, podemos dizer que a “frente do prédio” é o emblema do direito à cidade: o coletivo comparece ao endereço do poder e o reinscreve como lugar de fala (LEFEBVRE, 2008). Na chave harveyana, essa cena explicita a disputa por usos do espaço e por recursos urbanos, expondo o circuito da decisão que costuma ser opaco às periferias (HARVEY, 2005). A “marcha de cuidado” introduz na gramática do protesto uma semântica da reprodução social, frequentemente invisibilizada nas narrativas midiáticas; ao unir luta e cuidado, ela afirma que a manutenção da vida é parte da política. Já a “assembleia em círculo” remete à pedagogia dos movimentos populares descrita por Gohn, em que a construção de consciência e de organização ocorre no exercício de práticas participativas (GOHN, 1991; GOHN, 1997). Em todas, a autoria militante opera como dispositivo de enquadramento que torna a visão situada uma virtuosidade, e não um limite (MARTINS, 2016).

Em termos estéticos, notam-se algumas constantes. A luz natural e o uso de cores saturadas nos cartazes e faixas, muitas vezes em vermelho e amarelo, servem para produzir contraste em ambientes de rua e garantir legibilidade no fluxo das plataformas digitais. A composição privilegia diagonais de movimento e planos médios que mantêm o contexto sem perder a expressão facial; quando o objetivo é denunciar, aproxima-se o detalhe significativo (um olhar no instante do grito); quando o objetivo é celebrar, abre-se o campo para incluir a coletividade. A textualidade das faixas e cartazes – datas, palavras de ordem, nomes de ocupações – reforça a fronteira entre documento e intervenção: trata-se de imagens-escrita, nas quais o enunciado verbal organiza a leitura do fotográfico. Como observa Sontag, a crença na força probatória da foto sustenta sua eficácia política; a presença do texto, entretanto, orienta a prova e confere autoria coletiva ao enunciado (SONTAG, 2004). Com Kossoy, essa repetição produz arquivo: o mesmo enunciado reaparece ao longo de meses, acumulando camadas de sentido (KOSSOY, 2012).

A circulação digital amplia o alcance, mas impõe desafios. Algoritmos tendem a favorecer conteúdos com forte contraste e movimento; a própria gramática do feed, fugaz e competitiva, exige imagens que “falem” rapidamente. Os coletivos respondem com composições claras, legendas concisas e repetição de símbolos, garantindo reconhecimento imediato. Por outro lado, a exposição pública em ambientes de vigilância traz riscos: o rastreamento de rostos e a reapropriação maliciosa de cenas podem produzir estigma ou retaliação. Daí as soluções de enquadramento que preservam identidades e o cuidado em solicitar autorizações, conforme diretrizes do projeto e acordos com as lideranças. Essa política da visibilidade não é mero protocolo, mas parte da estética da resistência: decide-se o que mostrar, quando e para quem, de modo a maximizar apoio e minimizar danos, compondo um regime de visibilidade situado.

O confronto com narrativas hegemônicas sobre periferias e ocupações revela ainda outra camada. Na chave proposta por Caldeira, a cidade contemporânea tende a ser guiada por

retóricas do medo e por dispositivos que apartam e silenciam certos corpos no espaço público (CALDEIRA, 2000). As fotografias analisadas atuam como antídoto: ao insistir em cenas de convivência, assembleia e cuidado, elas desautorizam a equivalência automática entre ocupação e ameaça, e deslocam a atenção para o fazer político cotidiano. Nesse sentido, o arquivo visual torna visível o que o urbanismo oficial não reconhece, abrindo fendas numa cartografia que naturaliza a ausência de moradia digna. A reflexão se aproxima também de Milton Santos, para quem o espaço é sistema de objetos e de ações; ao fotografar cozinhas, barracos, faixas, trajetos e corpos em marcha, os movimentos inscrevem no visível a prática de um outro uso do território, em que técnica (celular, rede) e norma (direito, política) se tensionam para conformar o urbano (SANTOS, 1987). Não por acaso, muitas séries fazem da própria rua uma sala de aula e de audiência: o megafone, central no enquadramento, é ao mesmo tempo prova e convite.

Entre as limitações do estudo, destacamos a assimetria de registro entre eventos de grande escala e momentos do cotidiano. Atos com grande circulação geram séries extensas, enquanto deslocamentos internos, reuniões menores e tarefas de manutenção do acampamento muitas vezes ficam fora do quadro. Além disso, dependências técnicas (bateria, conexão, segurança) afetam a continuidade das séries e a qualidade do arquivo. A opção por privilegiar a autoria militante reforça o compromisso com a perspectiva dos sujeitos, ainda que implique aceitar lacunas e silêncios. Outra limitação é a dificuldade de acessar, de modo sistemático, a recepção por públicos diversos: comentários e compartilhamentos indicam alcance, mas não substituem pesquisas de audiência; aqui, optamos por análises indiciárias e triangulação com depoimentos. A despeito dessas restrições, os achados são robustos ao evidenciarem que a estética da resistência articula, nas imagens, três dimensões que se reforçam: afirmação de coletividade, inscrição territorial e ética do cuidado. A tríade produz política do visível que contesta estereótipos e amplia a mobilização. Em perspectiva comparada, o corpus sugere diálogo com outras experiências brasileiras de luta por moradia, em que celulares e redes compõem infraestruturas de visibilidade e memória. No caso de Natal, os resultados convergem com objetivos delineados no plano de trabalho e no relatório, sobretudo quanto ao protagonismo das imagens feitas “de dentro” e ao uso pedagógico do repertório. Essas operações visuais são reiteradas em diferentes séries e tempos de luta agora.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa confirmam a hipótese de que as fotografias produzidas pelos movimentos de luta por moradia em Natal/RN constituem uma estética da resistência: um repertório visual no qual a autoria militante, a inscrição territorial e a ética do cuidado convergem para construir presença pública e disputar sentidos sobre a cidade. Mais do que registrar, as imagens agem: convocam atos, testemunham negociações, celebram conquistas e, sobretudo, montam um arquivo que sustenta a memória coletiva e fornece recursos argumentativos para novas rodadas de confronto político. Identificamos quatro núcleos recorrentes – corpos coletivos, território e direito à cidade, cuidado e reprodução social, negociação e confronto – que se combinam em séries capazes de articular passado, presente e futuro da luta. Esses achados dialogam com leituras clássicas da fotografia como memória e testemunho (KOSSOY, 2012; SONTAG, 2004) e com abordagens que enfatizam autoria e intencionalidade (MARTINS, 2016), além de se aproximarem das formulações sobre o direito à cidade e a disputa pelos usos do espaço (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Do ponto de vista metodológico, a centralidade do celular e das plataformas digitais, reafirmada

no relatório do projeto, mostra que a circulação é parte constitutiva do sentido das imagens e deve ser tratada como dimensão analítica própria. Recomendamos, para pesquisas futuras, o adensamento comparativo com outras cidades e movimentos, incluindo análise diacrônica de longos períodos para mapear continuidades e inflexões no repertório visual; a incorporação de métodos participativos de edição e curadoria, que envolvam militantes na análise e na organização do arquivo; e a investigação das relações entre imagens de movimentos e coberturas jornalísticas locais, visando compreender diálogos, tensões e apropriações. Indicamos, ainda, o desenvolvimento de protocolos de segurança e consentimento que conciliem visibilidade e proteção, com atenção a riscos de vigilância e reuso não autorizado. Por fim, sugerimos aplicar os resultados em processos formativos internos – oficinas de fotografia e direitos, laboratórios de narrativa visual e estratégias de comunicação – de modo a fortalecer a dimensão pedagógica e o poder de mobilização das imagens na construção do comum e na afirmação do direito à moradia digna. Como implicação prática, propomos que universidades e órgãos públicos reconheçam acervos produzidos como fontes para diagnóstico, com salvaguardas. O estudo refina o conceito de estética da resistência como gramática visual situada, operada por coletivos que, ao fotografar, também produzem o urbano.

Referências

- ANDRADE, Rosane de. Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000. FERREIRA, Glenda Dantas. Produção habitacional, agentes e território: uma análise do programa minha casa, minha vida na região metropolitana de Natal (2009-2014). 2016. 294f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. Divagações: memória, fotografia e história. Natal: Sebo Vermelho, 2019.
- DEBORD, G. (1997). A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. Contribuições da fotografia para a pesquisa qualitativa: uma perspectiva histórico-cultural. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo (Sp), v. 11, n. 26, p. 250-264, abr. 2023.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991. BONDUKI, N. Origens da Habitação social no Brasil. São Paulo: Estação liberdade, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.
- HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume. 2005.

HONNETH, Axel. A Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo: Editora 34, 1995. Movimentos sociais e luta pela moradia. Edições Loyola, São Paulo: 1991.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de L'Espace. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006. SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 1ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. França, Revista Actuel Marx, vol. 18, 1995.

LUKES, Steven. Power A Radical View. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2005.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: 2016.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 1ª ed. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.